

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

MURILO CUSTODIO DOS PASSOS

**Figurações da teoria benjaminiana em *A Crise da Razão Histórica* (1989) de Michel
Zaidan Filho: sobre a querela brasileira entre modernos e pós-modernos**

FLORIANÓPOLIS
2022

MURILO CUSTODIO DOS PASSOS

Figurações da teoria benjaminiana em *A Crise da Razão Histórica* (1989) de Michel Zaidan Filho: sobre a querela brasileira entre modernos e pós-modernos

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) como requisito à obtenção do título de Bacharel e Licenciado em História.

Orientadora: Profa. Dra. Flávia Florentino Varella

Florianópolis
2022

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO

Passos, Murilo Custodio dos

Figurações da teoria benjaminiana em A Crise da Razão Histórica (1989) de Michel Zaidan Filho: sobre a querela brasileira entre modernos e pós-modernos / Murilo Custodio Passos; orientador, Flávia Florentino Varella, 2022.

92 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. História. 2. Michel Zaidan Filho. 3. Walter Benjamin. 4. historiografia marxista. 5. nova historiografia brasileira. I. Varella, Flávia Florentino. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em História. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, às catorze horas por videoconferência, reuniu-se a Banca Examinadora composta pela Professora Flávia Florentino Varella, Orientadora e Presidente, pelo Professor Wagner Geminiano dos Santos, Titular da Banca, e pelo Professor Alexandre Fiori de Almeida Martins Costa, Suplente, designados pela Portaria nº 25/2022/HST/CFH da Senhora Chefe do Departamento de História, a fim de arguirm o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico **Murilo Custodio dos Passos**, subordinado ao título: **“Figurações da teoria benjaminiana em A Crise da Razão Histórica (1989) de Michel Zaidan Filho: sobre a querela brasileira entre modernos e pós-modernos”**. Aberta a Sessão pela Senhora Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo o candidato recebido da Professora Flávia Florentino Varella a nota final 10, do Professor Wagner Geminiano dos Santos a nota final 10 e do Professor Alexandre Fiori de Almeida Martins Costa a nota final 10; sendo aprovado com a nota final 10. O acadêmico deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva em versão digital ao Departamento de História até o dia treze de setembro de dois mil e vinte e dois. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.

Florianópolis, 06 de setembro de 2022.

Banca Examinadora:

Prof.a Flávia Florentino Varella



Documento assinado digitalmente

Flavia Florentino Varella

Data: 06/09/2022 15:39:31-0300

CPF: 014.718.756-79

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Wagner Geminiano dos Santos

Prof. Alexandre Fiori de Almeida Martins Costa



Documento assinado digitalmente

ALEXANDRE FIORI DE ALMEIDA MARTINS CC

Data: 09/09/2022 13:13:20-0300

CPF: 092.384.189-00

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Candidato Murilo Custodio dos Passos



Documento assinado digitalmente

MURILO CUSTODIO DOS PASSOS

Data: 07/09/2022 00:16:39-0300

CPF: 098.634.809-08

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico(a) Murilo Custodio dos Passos, matrícula n.º 16201327, entregou a versão final de seu TCC cujo título é “**Figurações da teoria benjaminiana em *A Crise da Razão Histórica* (1989) de Michel Zaidan Filho**: sobre a querela brasileira entre modernos e pós-modernos”, com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 14 de setembro de 2022.



Documento assinado digitalmente
Flavia Florentino Varella
Data: 17/09/2022 14:13:25-0300
CPF: 014.718.756-79
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Orientadora

AGRADECIMENTOS

Ao mistério sagrado que anima o mundo e me coloca em movimento todos os dias. A Exu pelos inícios e caminhos abertos, a Ogum e Oxóssi pelo foco, pela estratégia e pela persistência, a Oxumaré pelos ciclos, a Iemanjá pela saúde mental, consciência e sensibilidade e a Oxalá pelo sopro de vida e pela sabedoria. Aos outros orixás que guiam do Orum meu caminho em Aiê. Ao meu anjo da guarda pela proteção.

A tantos outros dissidentes da heterocisnormatividade que vieram antes de mim, muitos dos quais foram silenciados e apagados da História. Resistimos e avançamos!

À minha ancestralidade, principalmente minha mãe, Sandra, e meu pai, Evandro, pelo dom da vida e pelo meu corpo, com o qual posso navegar o mundo e experimentá-lo. Às minhas avós, Jacira e Orbélia, e ao meu avô, Everaldo, por me apoiarem e me acolherem independentemente dos resultados acadêmicos alcançados.

À minha tia-avó, Maria Luzia, pelo exercício voluntário da função simbólica de avó. À minha irmã, Mariana, pela abertura à diferença, pela escuta, pela compreensão e pelo diálogo. Ao meu padrasto, William, pelo incentivo aos estudos (*To my stepfather, William, for encouraging me to study*).

Ao meu amigo e namorado, Cássio, por compartilhar essa trajetória desde o início, pelo amor construído cotidianamente, pelo apoio e pela compreensão nos momentos mais difíceis. Aos meus sogros, Mena e Paulo, pela hospitalidade de sempre, inclusive em momentos de muita dificuldade. À minha cunhada Paula e ao meu concunhado Rafael pela companhia e pelas conversas amenas.

Ao corpo docente do Departamento de História da UFSC pelas preciosas lições sobre o saber histórico, mas também pelo exemplo de disciplina e dedicação à pesquisa e à educação pública, gratuita e de qualidade. Especialmente à minha orientadora, Profa. Dra. Flávia Florentino Varella, pelos caminhos apontados, pela revisão rigorosa e pela paciência com meu processo de escrita. Também agradeço ao Prof. Dr. Tiago Kramer de Oliveira pela excelente e paciente tutoria do PET História e à Profa. Dra. Aline Dias da Silveira pela indicação da leitura de Walter Benjamin ao orientar minha pesquisa anterior sobre as imagens astrais no século XV.

Aos arguidores da banca, Prof. Dr. Wagner Geminiano dos Santos e M.Sc. Alexandre Fiori de Almeida Martins Costa, pela disposição em ler o meu trabalho, pelas considerações e contribuições feitas.

Aes servidores técnicos da UFSC pela ajuda com as mais diversas questões, principalmente Cristiane e Milano. Aes servidores terceirizados da UFSC pelo trabalho duro que mantém a universidade funcionando.

Aes amigos com quem morei na saudosa Babilônia – Marujo, Sofia e Daiane – pela companhia cotidiana durante aproximadamente quatro anos, pela confiança, pela abertura à diferença, pelas problematizações e pelas conversas de esquerda, por vezes melancólicas, por vezes esperançosas. A Lucas Serafim, frequentador da Haus of Babylon, pela amizade e pelo exemplo de acadêmico respeitável e de homossexual terrível.

Aes amigos do PET História e do Meridianum pelos diálogos sobre a pesquisa, o ensino, a extensão e tantos outros assuntos. À minha dupla de estágio obrigatório pelo compartilhamento da docência com confiança e dedicação. A tantas outras amigas, cujos nomes não caberiam aqui. Especialmente a Jane pelo exercício voluntário da função simbólica de mãe, pela escuta, pelos conselhos e pelos puxões de orelha necessários.

Às equipes do Núcleo de Desenvolvimento Infantil e do Colégio de Aplicação da UFSC pelas oportunidades de estágio não obrigatório.

À Tenda Espírita Vovó Maria Conga e à Mãe Kênia pelo acolhimento e pela oportunidade de desenvolver minha espiritualidade. Aos guias espirituais da casa: Pai João, Exu e Pombagira Sete Porteiras. Especialmente à última, quem me acolheu ao chegar e ao retornar à casa, e ao primeiro por me iniciar na corrente espiritual. Também aos irmanes de fé pelo compartilhamento desse caminho.

À minha psicoterapeuta, Andressa Rosa, com quem compartilho as angústias e delícias desse processo imbricado de formação acadêmica e de crescimento pessoal. Sou grato pela escuta atenta, profissional e ética, pelo acolhimento, pelas ferramentas ensinadas e pelos diálogos, sempre tão frutíferos. À Dra. Ludmila Borges, cuja atuação no cuidado da minha saúde mental foi fundamental nesta etapa de conclusão do curso.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a mim mesmo pela resiliência e flexibilidade diante de tantos tropeços e percalços, pela confiança no meu próprio processo e pela constância no aprendizado do autoconhecimento, da autoconfiança, da autocompaixão e da gratidão. Especialmente à minha criança interna, a qual me proporciona criatividade e entusiasmo para seguir com vida.

RESUMO

Neste trabalho analisa-se a forma como Michel Zaidan Filho se apropriou da teoria da História elaborada por Walter Benjamin em sua defesa da razão histórica diante do que foi percebido como a crise do marxismo e da modernidade e o surgimento de uma historiografia brasileira renovada no contexto da pós-modernidade. Zaidan é um historiador marxista, nascido em Garanhuns, Pernambuco (PE), cujas preocupações centrais tinham sido o movimento sindicalista e o Partido Comunista do Brasil (PCB) em sua relação com a Internacional Comunista. Para situar a obra de Zaidan na historiografia brasileira, apresenta-se um histórico da historiografia marxista e sua perda de espaço para a nova historiografia, caracterizada pela apropriação da historiografia francesa das mentalidades, da micro-história italiana e da história sociocultural britânica, bem como as críticas sofridas pela nova historiografia. Também se contextualiza a obra de Zaidan no campo dos estudos benjaminianos no Brasil. Os principais temas benjaminianos apropriados por Zaidan foram o conceito de crítica, a contra-memória dos vencidos e as noções de alegoria, experiência e messianismo. A alegoria, a citação e a intertextualidade seriam, segundo Zaidan, os fundamentos da historiografia pós-moderna.

Palavras-chave: Michel Zaidan Filho; Walter Benjamin; historiografia marxista; nova historiografia brasileira.

ABSTRACT

This study analyzes the appropriation of Walter Benjamin's theory of history by Michel Zaidan Filho in his defense of reason before what was perceived as the crisis of marxism and modernity and the advent of a renewed Brazilian historiography in the context of post-modernity. Zaidan was a marxist historian, born in Garanhuns, Pernambuco (PE), whose main concerns had been the unionist movement and Communist Party of Brazil (PCB) in its relationship with the International Communist. To situate Zaidan's work in Brazilian historiography, this study presents a history of marxist historiography and its loss of space to the new historiography, characterized by the appropriation of French history of mentalities, Italian micro-history and British sociocultural history, as well as the criticism the new historiography has faced. Zaidan's work is also situated in the field of Benjaminian studies. The main Benjaminian themes appropriated by Zaidan were the concept of criticism, the counter-memory of the oppressed and the notions of allegory, experience and messianism. Allegory, citation and intertextuality are, according to Zaidan, the foundation of postmodern historiography.

Key-words: Michel Zaidan Filho; Walter Benjamin; marxist historiography; new brazilian historiography.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA EM MEADOS DO SÉCULO XX	21
1.1 A historiografia marxista brasileira e os estudos sobre o Brasil republicano	22
1.2 A renovação historiográfica no Brasil e seus críticos	33
2. OS ESTUDOS BENJAMINIANOS NO BRASIL	46
2.1 O ensaio sobre a reprodutibilidade técnica e a estética marxista	47
2.2 Os textos sobre Charles Baudelaire e a teoria da Modernidade	48
2.3 A explosão benjaminiana e a teoria da História	50
3. A HISTÓRIA EM CRISE?	64
3.1 Modernidade e pós-modernidade	66
3.2 Figurações de Walter Benjamin	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS	88
Fonte	88
Bibliografia	88

INTRODUÇÃO

o tempo, o tempo, esse algoz às vezes suave, às vezes mais terrível, demônio absoluto conferindo qualidade a todas as coisas

Raduan Nassar

O presente trabalho tem como objetivo analisar os usos que Michel Zaidan Filho faz da teoria benjaminiana da História em sua defesa da razão no livro *A Crise da Razão Histórica*, publicado em 1989 pela Editora Papirus (ZAIDAN, 1989). Nele, Zaidan reuniu sete textos (entre ensaios e materiais elaborados para seminários) produzidos e apresentados em Brasília, Sergipe e Pernambuco em 1988. A seleção de textos presente no livro teve como fio condutor a relação entre razão e História no contexto daquilo que foi chamado de crise do marxismo e de pós-modernidade.

Devido à estreita relação entre teoria e prática que caracteriza o marxismo enquanto corrente teórica e movimento político, ele teria entrado em crise com o processo de abertura política e econômica da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e de restrição do campo de atuação do socialismo real. Esse processo foi iniciado com a morte de Josef Stalin, a denúncia de seus crimes por Nikita Khrushchov e a Revolução Húngara de 1956. Com o fim do stalinismo enquanto corrente oficial, o próprio marxismo teria entrado em uma fase de fragmentação, em que se buscava uma reformulação teórica de seus pressupostos e suas práticas (CORSI, 1994, p. 1-3; MALERBA, 2018, p. 56-57).

Sua proposta foi buscar fundamentos para reformular o conceito marxista de razão e construir um novo paradigma, reconhecendo os limites da razão moderna. Além disso, pretende-se apontar outros conceitos centrais mobilizados pelo autor em sua defesa da razão histórica, como Modernidade e pós-modernidade, identificando as referências utilizadas pelo intelectual marxista, ou seja, seus interlocutores, e contextualizando a obra nos campos da historiografia brasileira e da apropriação de Walter Benjamin no Brasil.

Michel Zaidan Filho é um filósofo de formação e historiador nascido em 1961 em Garanhuns, Pernambuco (PE). Após graduar-se em filosofia na Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) em 1974, foi indicado para ministrar a (in)disciplina¹ de Introdução

¹ Ao longo do presente trabalho, emprega-se o termo (in)disciplina como forma de marcar essa relação paradoxal de intercâmbio contínuo entre a História e os outros campos do conhecimento. Nesse sentido, cabe pontuar que a definição das fronteiras entre as (in)disciplinas científicas, como a História, a Geografia, a Filosofia, a Sociologia, a Antropologia, a Psicologia, a Literatura e a Economia seria borrada pelas formas de intercâmbio entre estes domínios sedimentados. Um exemplo disso é a trans ou interdisciplinaridade. Segundo Rodrigues, Mudrovcic e Avelar (2021, p. 26-28), haveria um paradoxo no fomento à interdisciplinaridade, já que a produção do conhecimento ocorre em espaços cada vez mais especializados. Haveria, dessa forma, certa disciplina nas práticas de indisciplina (RODRIGUES, MUDROVICIC, AVELAR, 2021, p. 27-28). Nesse sentido, a apropriação de

aos Estudos Históricos nessa mesma instituição (ZAIDAN, 2015. p. 8). Em 1977, foi preso por trinta dias na Polícia Federal de Brasília e expulso da Universidade de Brasília (UnB), onde realizava seu mestrado, por participar de uma greve, o que decorreu na perda do auxílio financeiro que recebia da Universidade Católica de Pernambuco e da reserva de sua vaga no corpo docente. No ano seguinte, iniciou o mestrado em História na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que concluiu em 1982, com a defesa de uma dissertação orientada por Ítalo Arnaldo Tronca² sobre a política de governo e o sindicalismo “reformista” no Rio de Janeiro entre 1923 e 1926. Entre 1980 e 1986, quando trabalhava na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), entrou para o Partido Comunista Brasileiro (PCB) (ZAIDAN, 2015. p. 11). Zaidan havia iniciado sua atividade política e sindical quando deixou seu trabalho para cursar uma pós-graduação na UnB (ZAIDAN, 2015. p. 7-8). Entre 1983 e 1986, realizou seu doutorado em História Social na Universidade de São Paulo (USP), pesquisando a relação entre o PCB e a Internacional Comunista entre 1922 e 1929. Em 1984, deixou a militância no PCB na ocorrência de uma cisão do grupo de São Paulo (ZAIDAN, 2015, p. 12). Em 1986, quando concluiu o doutorado, começou a trabalhar na construção do curso de História na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Sua trajetória acadêmica se insere no que Ronaldo Vainfas (2009, p. 226) caracteriza como o advento das pesquisas sobre o período republicano na historiografia brasileira. Esses estudos tinham como enfoque o movimento operário, ou seja, a relação entre trabalho e política.

Em 1988, foi professor visitante na UnB, quando formulou os textos que foram compilados em *A Crise da Razão Histórica*. No livro, Zaidan entendeu o campo da historiografia atravessado pela crise do marxismo e pela incorporação de novas metodologias. Alguns exemplos são a história das mentalidades, a história do cotidiano, a micro-história e a microfísica do poder, formando o que Zaidan entendia como Nova História. Segundo ele, essas metodologias contribuiriam para a crise da razão instrumental³ e para o irracionalismo. Embora

objetos e métodos de outras (in)disciplinas ao longo dos séculos XIX e XX teria sido a condição de inovações e do surgimento de campos específicos que hoje estão consolidados na História (RODRIGUES, MUDROVICIC, AVELAR, 2021, p. 27).

² Ítalo Tronca desenvolvia pesquisas no campo da História Econômica, com enfoque na política econômica da ditadura civil-militar. Segundo Zaidan (2015, p. 13-15), Tronca teve uma posição contrária à dele na banca de defesa da sua dissertação.

³ A razão instrumental, na concepção de Jürgen Habermas, estaria ligada a um agir com relação a fins característico da Modernidade. Essa racionalidade seria a regente da dimensão do sistema, estando voltada à produção e ao poder. A dimensão do mundo vivido, por outro lado, corresponderia às vivências, sendo regida pela razão comunicativa (OLIVEIRA, 1993, p. 22). A proposta de Habermas vai no sentido de subordinar a razão instrumental à razão comunicativa, a qual consistiria na formulação de regras a partir do diálogo entre os sujeitos. Dessa forma, o sistema estaria subordinado aos fins estabelecidos pela própria humanidade, visando o seu bem-estar (OLIVEIRA, 1993, p. 23).

Zaidan (1989, p. 15-16, 19, 25-26, 37-38, 41, 70, 72-73, 75) não tenha definido claramente o que entende por irracionalismo, o termo figura em seu trabalho como um sinônimo da desrazão, do niilismo, do relativismo, do inconsciente, da superstição, do espiritualismo, do conservadorismo e do despotismo, sendo um antônimo da razão moderna, do espírito crítico, da verdade, da liberdade e da emancipação. Cezar (2015, p. 450), ao analisar a obra de Zaidan (1989) no contexto dos efeitos do giro linguístico na historiografia brasileira, preocupa-se com o irracionalismo enquanto um sinônimo do relativismo. Este, por sua vez, seria um espectro ou uma fantasmagoria social próximo do ceticismo e da indeterminação, ameaçando a definição dos fundamentos epistemológicos das (in)disciplinas do campo das ciências humanas (CEZAR, 2015, p. 441, 443, 446). Zaidan também caracterizou essas novas metodologias como uma forma de ideologia (ZAIDAN, 1989, p. 15-17, 27). Na concepção marxista, a ideologia seria um conjunto de ideias parciais sobre uma dada realidade, disfarçando ou encobrindo a totalidade de forma a justificar a dominação social (CORSI, 1994, p. 3; MALERBA, 2018, p. 43).

Ao mesmo tempo em que reconheceu parcialmente as denúncias contra o pretense discurso científico, buscou repensar criticamente a modernidade e a relação entre razão e História (ZAIDAN, 1989, p. 16-17). A empreitada intelectual de Zaidan se insere no que é possível denominar como uma querela brasileira entre modernos e pós-modernos, um debate que se iniciou na década de 1970 e foi naturalizado, principalmente ao longo da década 1990 (ABREU, 2012, p. 24; SANTOS, 2019, p. 314). A proposta do presente trabalho vai no sentido de desnaturalizar e historicizar esse debate, situando-o em seu espaço-tempo.

Um dos poucos pesquisadores na História a mobilizar conceitos benjaminianos na historiografia brasileira da década de 1980,⁴ o filósofo empreendeu uma defesa da historiografia marxista contra o que é entendido neste trabalho como um giro ou uma virada cultural⁵. Com essa virada, a historiografia socioeconômica de matriz marxista que havia predominado entre as décadas de 1930 e 1970 passa a perder espaço. A tradição historiográfica marxista foi inaugurada pelos estudos de Caio Prado Jr. (1907-1990) sobre o sentido da colonização (MALERBA, 2018, p. 26, 28, 30-35). Do outro lado do debate, alinhado às teses feudais sobre

⁴ Funari (1996, p. 52) constata o predomínio de filósofos e críticos literários na história da apropriação de Benjamin no Brasil e a ausência de historiadores. O trabalho de Michel Zaidan Filho, filósofo de formação e historiador, não é mencionado por Funari.

⁵ Nos anos 1960, há um movimento de aproximação das teorias e métodos da Antropologia num contexto global. Alguns exemplos de países em que isso aconteceu são os Estados Unidos, a Alemanha, a Índia, o Japão e a Rússia. Esse movimento foi chamado de antropologização ou de giro ou virada cultural (BELIEIRO; CARDOSO JR., 2017, p. 411).

a colonização brasileira, vinculadas ao PCB, havia Nelson Werneck Sodré (1911-1999) (MALERBA, 2018, p. 31-32, 37). Nos anos 1970, Fernando Novais aprofundou os estudos de Caio Prado Jr. em seus trabalhos sobre o sistema colonial (VAINFAS, 2009, p. 226; MALERBA, 2018, p. 34-36). A produção de Novais foi criticada por Ciro Flamarion Santana Cardoso (1942-2013), o qual buscou entender a colonização do país a partir da teoria dos modos de produção, a qual foi aplicada também por Jacob Gorender (VAINFAS, 2009, p. 227; MALERBA, 2018, p. 36). Com o golpe militar de 1964, também surgiu no campo marxista o debate sobre o populismo para compreender a integração dos trabalhadores urbanos na política entre os eventos políticos de 1930 e o fim da experiência democrática (MALERBA, 2018, p. 42-43). Outros temas importantes no debate marxista foram a revolução brasileira e a industrialização do país. De todos esses autores, o único com o qual Zaidan (1989, p. 24, 74, 85) dialoga é Ciro Cardoso. Também cabe destacar que o debate marxista se inicia fora dos quadros da universidade, no interior dos movimentos políticos e sociais (MALERBA, 2018, p. 49). O marxismo passou a ser apropriado no contexto acadêmico brasileiro a partir dos anos 1950 com o Seminário d'O Capital na USP, formado por autores como Fernando Henrique Cardoso, Fernando Novais, Octávio Ianni (1926-2004) e Roberto Schwarz (RODRIGUES, 2011, p. 2).

Nos anos 1980, verifica-se um crescimento de pesquisas inspiradas na história cultural, seja ela francesa, inglesa ou italiana, após o predomínio de uma historiografia socioeconômica, principalmente marxista, entre os anos 1950 e 1970 (VAINFAS, 2009, p. 217-218, 228; BELIEIRO; CARDOSO JR., 2017, p. 412). Nesse cenário, prevaleceu o estudo das mentalidades, das práticas e representações, das circularidades⁶, das religiosidades, das sexualidades, do cotidiano, do imaginário e das possibilidades epistemológicas de emergência dos discursos (MUNIZ; SALES, 2009, p. 29; VAINFAS, 2009, p. 228; BELIEIRO; CARDOSO JR., 2017, p. 412).

Por outro lado, há uma resistência dos historiadores marxistas a essa nova historiografia, dentre os quais Zaidan, com a elaboração de diversas acusações aos novos historiadores (VAINFAS, 2009, p. 230, 232-233). Ele denuncia, por exemplo, um suposto reacionarismo da nova historiografia, a qual teria emergido no contexto de uma indústria cultural moderna construída durante o regime civil-militar. Essa indústria cultural seria marcada pelas relações entre as grandes editoras e as universidades (ZAIDAN, 1989, p. 23, 38-39, 71; ABREU 2012,

⁶ As circularidades podem ser entendidas como relações de trocas recíprocas de elementos culturais entre a cultura erudita e a cultura popular. Esses deslocamentos se dão de baixo para cima e de cima para baixo, constituindo movimentos circulares. (GINZBURG, 1987, p. 15).

p. 26; CEZAR, 2015, p. 449). No que se refere às temáticas, o reacionarismo desses historiadores se daria, segundo ele próprio, pelo abandono de temas como o progresso, a ciência, a verdade, a revolução, a felicidade, as classes sociais e a economia (ZAIDAN, 1989, p. 16, 24) em favor de temas particulares, fragmentários, efêmeros, microscópicos, sensuais, corpóreos, hedônicos, micrológicos e fortuitos como o imaginário, o cotidiano, a sensibilidade, o sexo, a moda, o cheiro, o sonho, o inconsciente coletivo, a sociabilidade vivida, a festa, o ritual, a feitiçaria, os homossexuais, as prostitutas e os leprosos. Isso, para ele, agravaria a crise da razão moderna e estimularia o que ele chamou de irracionalismo (ZAIDAN, 1989, p. 16, 23-24; ABREU, 2012, p. 26; CEZAR, 2015, p. 448).

Na história da apropriação⁷ de Walter Benjamin (1892-1940) no Brasil dos anos 1980, há uma multiplicação no número de estudos, um crescente interesse pela sua teoria da História e uma ampliação no diálogo com a (in)disciplina (PRESSLER, 2006, p. 62, 206, 208, 210-211). Walter Benjamin foi um filósofo e crítico literário alemão de origem judia. Ele defendeu uma concepção de História que rompe com o tempo linear, progressivo, vazio e homogêneo da modernidade capitalista, visando a criação de um verdadeiro estado de exceção. Benjamin ressignificou essa categoria para integrar o nazifascismo à normalidade capitalista. Assim, o verdadeiro estado de exceção só poderia ser construído com a ação revolucionária e a superação do capitalismo. A criação desse estado de exceção seria possível com a percepção de um tempo saturado de agoras (*Jetztzeit*), em que a memória dos vencidos é mobilizada para a ação revolucionária.

Sua teoria é uma resposta à ascensão do nazifascismo na Alemanha do período entreguerras e tem como referências o messianismo da mística judaica, especialmente a Cabala, o romantismo alemão, o marxismo e o surrealismo (GAGNEBIN, 1993, p. 9, 11, 13-15; GAGNEBIN, 1987, p. 26, 35, 50-51, 64, 70; LÖWY, 2005, p. 14-15, 17-23; PRESSLER, 2006, p. 104, 109; LÖWY, 2009a, p. 9; LÖWY, 2009b, p. 22, 25-27; LÖWY, 2009c, p. 29-31), operando uma montagem que redireciona a nostalgia dos tempos pré-modernos para a construção revolucionária de um futuro utópico. Walter Benjamin foi perseguido politicamente, assim como outros judeus e outros militantes e intelectuais de esquerda. Devido a isso, buscou exílio em Sanremo (Itália) com sua ex-esposa, em Svendborg (Dinamarca) com Bertolt Brecht e em Paris (França). Após a tomada alemã da França, foi preso em um Campo de Trabalhadores Voluntários. Após sua liberação, apesar da gravidade de seu estado de saúde, tentou fugir para

⁷ Embora Pressler (2006, p. 25) empregue a categoria recepção como leitura ativa e crítica de um texto, entende-se que o termo ainda conota certa passividade. Dessa forma, ao longo do presente trabalho, optou-se pelo uso da categoria apropriação, buscando enfatizar esse caráter ativo, crítico e seletivo da leitura e reelaboração de ideias.

a Espanha por Portbou, onde acabou cometendo suicídio, temendo ser capturado pela Gestapo. (GAGNEBIN, 1982, p. 7, 9, 11, 13-15).

A apropriação de Benjamin no Brasil havia iniciado na década de 1960 no campo da estética marxista, principalmente com o texto “A Obra de Arte na Era de sua Reprodutibilidade Técnica” (escrito em 1933, publicado postumamente em 1955). A primeira tradução desse ensaio foi feita por Carlos Nelson Coutinho e publicada na revista *Civilização Brasileira* em 1968 (PRESSLER, 2006, p. 65-66). Essa tradução foi publicada novamente em 1970 na coletânea *Teoria da Cultura de Massa* de Luiz Costa Lima (PRESSLER, 2006, p. 66, 81). Em 1969, José Lino Grünwald traduziu do alemão a terceira versão do ensaio para o livro *A Ideia do Cinema*. Essa tradução foi reeditada em 1975 no volume *Textos Escolhidos: Walter Benjamin, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Jürgen Habermas* da coletânea *Pensadores* (PRESSLER, 2006, p. 66).

A partir de 1975, os estudos benjaminianos no Brasil passaram a focar a teoria da Modernidade a partir dos textos sobre o poeta Charles Baudelaire. Aqui, a primeira tradução de Benjamin é o ensaio “Paris, Capital do Século XIX” na antologia *Teoria da Literatura em suas Fontes*, organizada por Costa Lima em 1975 (PRESSLER, 2006, p. 94). Nesse mesmo ano, a coletânea *A Modernidade e os Modernos* da editora Tempo Brasileiro também trouxe os textos benjaminianos “A Modernidade”, “Sobre Alguns Temas em Baudelaire” e “Franz Kafka” (PRESSLER, 2006, p. 129).

Em 1984, Sérgio Paulo Rouanet publicou a sua tradução do livro *Origem do Drama Barroco Alemão* (1925) (PRESSLER, 2006, p. 168). Nesse mesmo ano, foram publicadas duas antologias de textos benjaminianos: uma coletânea de textos sobre o haxixe e outra com textos sobre a infância, os brinquedos e a educação (PRESSLER, 2006, p. 132). No ano seguinte, duas novas coletâneas foram publicadas: o primeiro volume da coleção *Obras Escolhidas* da Editora Brasiliense, com traduções de Rouanet e um prefácio de Jeanne-Marie Gagnebin, e o volume *Walter Benjamin. Sociologia*, organizado por Flávio René Kothe (PRESSLER, 2006, p. 94, 205-206, 201-211). Em 1986, Willi Bolle organizou a coletânea *Documentos de Cultura, Documentos de Barbárie* (PRESSLER, 2006, p. 210, 215). No ano seguinte, foi publicado o segundo volume das *Obras Escolhidas*, com a tradução de *Rua de Mão Única*, “Infância em Berlim por volta de 1900” e “Imagens do Pensamento” (PRESSLER, 2006, p. 205-206). Por fim, em 1989, ano de publicação de *A Crise da Razão Histórica*, foram publicados textos benjaminianos sobre Baudelaire no terceiro volume das *Obras Escolhidas* (PRESSLER, 2006, p. 206, 215).

Zaidan (1989, p. 30, 33, 39, 42, 52-53, 56) leu Benjamin pelas traduções brasileiras. Entre elas, é possível citar a tradução de Rouanet do livro *Origem do Drama Barroco Alemão*, além das coletâneas *Walter Benjamin. Sociologia*, de Kothe, *Documentos de Cultura*, *Documentos de Barbárie*, de Bolle, e o primeiro volume das *Obras Escolhidas* da Editora Brasiliense. Segundo Zaidan (1989, p. 23-25, 29) Walter Benjamin figuraria ao lado de Michel Foucault e da *Nouvelle Histoire* como uma referência do que chamou de nova historiografia. Para Zaidan (1989, p. 12, 29, 33, 36) a apropriação de Benjamin e suas noções seria o fundamento para o uso de recursos como a alegoria, a citação e a intertextualidade pelo que chamou de historiografia pós-moderna.

Desde os anos 1980, verifica-se um crescimento no campo da história da historiografia, com a instituição de linhas de pesquisa em programas de pós-graduação em História, a organização de eventos especializados e a criação de revistas direcionadas à área. Contudo, ainda são poucos os estudos sobre o período em questão. Os livros focados na historiografia brasileira dos anos 1980 são antigos, além de diminutos (FICO; POLITO, 1992; DIEHL, 1993). Encontra-se também artigos sobre a trajetória da História Social e da Nova História Cultural (SANTOS, 2005), sobre a relação entre a História Cultural e a historiografia brasileira (VAINFAS, 2009), sobre os efeitos do giro linguístico na historiografia brasileira (CEZAR, 2015; SILVA, 2015; SANTOS, 2019) e sobre a relação entre a pós-graduação em História na USP e a Terceira Geração da Escola dos *Annales* entre 1985-1994 (BELIEIRO; CARDOSO JUNIOR, 2017). Há também alguns artigos sobre a apropriação dos conceitos foucaultianos na historiografia brasileira (RAGO, 1993a; 1993b; 1995; 1999) e sobre a historiografia brasileira posterior aos anos 1970 (FONSECA, 1990). Além disso, informações importantes sobre a historiografia brasileira dos anos 1980 podem ser encontradas em estudos sobre a apropriação de Thompson no Brasil (MATTOS, 2006), sobre a apropriação de Foucault em *Do Cabaré ao Lar* (1985) de Margareth Rago (ABREU, 2012), sobre a apropriação de Thompson e Foucault nos anos 1980 (RAMOS, 2014), sobre a apropriação da micro-história nas décadas de 1980 e 1990 (LINO, 2017) e sobre *O Queijo e os Vermes* (1976) de Carlo Ginzburg (ASSIS; MATTOS, 2019).

No que toca à história da apropriação do pensamento de Walter Benjamin, encontra-se investigações com diferentes recortes e abordagens. Entre essa diversidade, observa-se desde investigações mais gerais sobre sua apropriação na era da informação (ISENBERG, 2001) até estudos mais delimitados com enfoque em uma determinada língua, país ou autor. No cenário internacional, há estudos sobre a apropriação de Benjamin nos estudos acadêmicos literários

anglo-americanos (GROSSMAN, 1992), sobre a transferência das ideias benjaminianas para os estudos culturais americanos (CHERNOVSKAYA, 2020) e sobre as apropriações seletivas de conceitos benjaminianos por Hannah Arendt (GOYENECHEA, 2015). Também existem pesquisas em espanhol sobre a apropriação das ideias benjaminianas (VARGAS, 2012; TOSCANO, 2017). Além disso, algumas informações sobre Benjamin podem ser encontradas em estudos sobre a apropriação da Teoria Crítica ou da Escola de Frankfurt (GARCÍA, 2014; 2020; TEDESCO, 2020). O que se percebe é que ainda são escassas pesquisas sobre a apropriação de Walter Benjamin, mesmo no cenário internacional.

No Brasil, a principal referência sobre a história da apropriação de Benjamin é Gunter Karl Pressler (2006),⁸ com um estudo extensivo sobre seus leitores entre os anos 1960 e 2005. Os trabalhos de Pedro Paulo Funari (1996) e Bruno Barreto Gomide (2016) completam o quadro da história da apropriação de Benjamin no Brasil. Também no caso brasileiro, há pesquisas sobre a apropriação da Escola de Frankfurt e da Teoria Crítica, as quais podem oferecer informações sobre a apropriação de Walter Benjamin no país (CAMARGO, 2012; 2014; DUARTE, 2009).

A atual proposta de análise se justifica pela necessidade de estudos mais delimitados e aprofundados sobre a recepção de Benjamin no país, um campo de estudo ainda pouco explorado, especialmente com enfoque na apropriação por um autor específico. Além disso, este trabalho busca contribuir para a melhor compreensão do advento daquilo que foi chamado de pós-modernidade e de crise do marxismo e a inauguração de um campo de pesquisa sobre a produção acadêmica do filósofo e historiador Michel Zaidan Filho.

Neste trabalho a história da historiografia é entendida como um campo da (in)disciplina História e como um gênero da literatura histórica cuja preocupação central é a memória (in)disciplinar (BARROS, 2004, p. 18, 24; TURIN, 2013, p. 79-81, 86, 92). Define-se seu objeto, a historiografia, como o produto de uma operação de formatação do saber histórico acumulado na pesquisa por meio de uma prática de escritura (MALERBA, 2002, p. 10, 20-21, 36, 43; RÜSEN, 2007, p. 10, 20-21, 36, 64). A escritura se diferencia da escrita por ser um gesto em si, em que se destaca a relação com a estética, com a retórica e com a narrativa, buscando formular perguntas. Nesse gesto, o emprego da linguagem é um meio e um fim em si

⁸ O livro de Pressler (2006) foi baseado na tradução de sua tese de doutorado, a qual havia sido apresentada em 1995 na USP, originalmente em alemão. A obra foi antecedida por uma bibliografia comentada sobre Benjamin (PRESSLER, 1992) e um artigo que delineava a proposta do livro (PRESSLER, 2001). O livro de Pressler foi resenhado por Maria Antonieta Pereira (2008).

mesmo. A escrita, por outro lado, entende a linguagem como um instrumento para falar de algo e para dar respostas (BENATTE, 2014, p. 62, 78, 82-85).

Essa fabricação de textos ocorre em relação a um lugar social e implica na criação de um saber redigido que busca representar o passado, assumindo dimensões estéticas e retóricas (BELIEIRO; CARDOSO JUNIOR, 2017, p. 411-415; MALERBA, 2002, p. 44-46; RÜSEN, 2007, p. 29-38). Ao assumir essa forma expressiva, o saber histórico pode cumprir sua função de orientação temporal e constituição narrativa de sentido dos sujeitos (MALERBA, 2002, p. 44-46; RÜSEN, 2007, p. 10, 21, 29, 36, 43.).

A historiografia é a fase escritural em que se efetiva a intenção do historiador de representar o passado o mais próximo possível de como aconteceu. Essa fase corresponderia à operação que fabrica o conhecimento histórico em texto. Dessa forma, a historiografia ou escritura da história seria o produto final da operação historiográfica, em que o saber é representado e expresso na linguagem textual (MALERBA, 2002, p. 45-46). Entende-se essa operação como uma prática (in)disciplinada de fabricação de textos a partir de um lugar social (CERTEAU, 1982, p. 65-77; MALERBA, 2002, p. 45; BELIEIRO; CARDOSO JUNIOR, 2017, p. 411-425; RODRIGUES; MUDROVIC; AVELAR, 2021, p. 26-28, 31-32, 35-38), em meio a uma cultura historiográfica (DIEHL, 2002, p. 85, 102, 108) e em diálogo com outras narrativas presentes na cultura histórica (RÜSEN, 2016, p. 55-59, 64).

Dessa forma, a historiografia é valorizada diante de um cenário de ênfase na pesquisa, e torna-se possível formular princípios que indicam a pretensão de racionalidade da ciência e que servem para ambas as etapas de produção do saber histórico: pesquisa e formatação. A teoria da História (*Historik*)⁹ adquire, assim, uma nova função: racionalizar a pragmática textual exercida pela teoria da história na historiografia. Portanto, a formatação volta a ser entendida como parte integrante da produção do saber histórico, o qual se enuncia em um saber redigido (MALERBA, 2002, p. 46).

A historiografia é entendida como o produto intelectual dos historiadores, com sua historicidade e sua efetividade textual. É nela que se exprime o conhecimento da experiência acumulada na etapa da pesquisa, assumindo uma forma de apresentação que desempenha um papel tão importante quanto a própria pesquisa para que o saber histórico efetue sua função de orientação temporal (MALERBA, 2002, p. 44). Toda história está prefigurada extralinguisticamente, o que significa, por um lado, que existem limites em seu potencial de

⁹ Alberti (1996, p. 18-19) define a *Historik* como ciência teórica sobre as condições de produção de narrativas históricas. A *Historie*, por sua vez, é entendida pela historiadora como a ciência e arte de apresentação narrativa, enquanto a *Geschichte* é definida como a (in)disciplina histórica e o conjunto de acontecimentos do passado.

representação, mas também demandas por estudos objetivos para verificar a existência das fontes. A historiografia (*Historie*) apresenta uma articulação estreita com a história enquanto passagem temporal (*Geschichte*) (MALERBA, 2002, p. 42).

Além disso, a hermenêutica mantém uma relação estreita com a história, pois transporta o texto de sua época para o presente, interpretando seu significado a partir de conhecimentos históricos e gramáticos sobre o texto. O surgimento da hermenêutica filosófica na primeira Modernidade e sua teorização no século XIX marcam o deslocamento dessa operação para fora da exegese mítica e bíblica, em que predominava a busca pelos sentidos alegóricos e ocultos. A hermenêutica passa, então, a constituir um “modo de pensar” a vivência caracterizado pela metáfora da leitura do mundo. A hermenêutica se apoia em um conjunto de procedimentos para alcançar os sentidos profundos do texto, entendendo-o como expressão da temporalidade e historicidade de uma vivência, a qual é anterior à lógica (ALBERTI, 1996, p. 7-8, 10).

A interpretação da fonte em um círculo hermenêutico, no qual as partes e o todo iluminam seus sentidos mutuamente, seria insuficiente para a compreensão das condições de emergência dos sentidos e dos aspectos externos ao texto. Dessa forma, a proposta do presente trabalho é aproximar História e hermenêutica para pensar as condições da emergência dos sentidos da obra analisada, além de identificá-los. Nesse contexto, é tarefa da *Historik* conceber a racionalidade das histórias (*Geschichten*), que por si só são irracionais (ALBERTI, 1996, p. 18-19).

Entende-se aqui a própria historiografia como uma forma de documentar o seu tempo de produção (OLIVEIRA; GONTIJO, 2016, p. 33). Por meio dos *documentos*, elaboram-se fatos sobre o passado, cuja inteligibilidade em outro tempo é a sua condição de existência (ALBERTI, 1996, p. 18-19). Dessa forma, entende-se que a existência da história da historiografia tem como condição a inteligibilidade dos fatos documentados pela historiografia na posterioridade. Essa inteligibilidade deve ser alcançada a partir de um diálogo entre o campo hermenêutico e o campo pós-hermenêutico da *Historik* (ALBERTI, 1996, p. 18-23). Dessa forma, entende-se que o objeto da história da historiografia

não pode ser deduzido de forma a-histórica, a partir de sua suposta natureza ou autenticidade, mas definido no confronto controlado entre as categorias de análise e os textos investigados, identificando as formas e os usos, eles próprios históricos, que configuravam os diferentes suportes e suas texturas temporais. Os textos, nessa perspectiva, não são tratados como exemplos de uma filosofia da história qualquer, mas pensados a partir do reconhecimento de sua própria obscuridade que, como já ressaltava Schleiermacher, demanda e justifica todo o esforço hermenêutico. Como consequência dessa problematização do texto em sua historicidade, a investigação da história da historiografia acaba por se constituir como um espaço eminentemente aberto de investigação e reflexão (ARAUJO, 2006, p. 81)

Como dito anteriormente, a história da historiografia é concebida como um gênero da literatura histórica e um campo da (in)disciplina cuja preocupação central é a memória (in)disciplinar. Em suas operações de produção do gênero, o campo produz narrativas que constroem identidades para a disciplina e para os profissionais, efetuando exclusões (TURIN, 2013, p. 86; OLIVEIRA; GONTIJO, 2016, p. 32). Nesse sentido, também é preciso atentar-se para a existência de uma relação entre a identidade (in)disciplinar e a historicidade das formas e dos conteúdos. Na história da historiografia, observa-se processos de sedimentação de certas formas de narrar os temas relevantes e de questionamento dessas formas sedimentadas a partir de novos conteúdos da experiência, ou seja, de enfrentamento das tradições (in)disciplinares (TURIN, 2013, p. 81-82, 91-92). É preciso lembrar, no entanto, que o papel desse campo é analisar as obras historiográficas pela sua historicidade, não pela sua qualidade estética ou pela veracidade do seu conteúdo (MALERBA, 2002, p. 37). Outro desafio desse campo é não se perder em um relato cronológico, que seria insuficiente para compreender a complexidade dos sentidos da realidade histórica (PRESSLER, 2006, p. 59, 61-62). Nas palavras de Vainfas (2009, p. 234):

Não é caso de celebrar ou condenar esta ou aquela moda historiográfica, senão de contextualizá-la, de tentar explicar suas condições de produção no meio acadêmico, bem como sua maior ou menor capacidade de irradiação ou recepção. E, sobretudo, buscar extrair dos resultados concretos de cada pesquisa aquilo que nos ajuda a compreender melhor as várias faces de nossa história, sem preconceitos.

A história da apropriação se produz a partir do debate crítico, filológico e histórico de uma obra, mas também das forças históricas que favorecem ou não esse debate (MALERBA, 2002, p. 26). Nesta pesquisa, articula-se um documento da apropriação de Walter Benjamin no Brasil com seu contexto. Assume-se aqui um papel crítico na compreensão da pré e pós-história do texto, em seus aspectos condicionantes (MALERBA, 2002, p. 23-26, 35, 59-60; ALBERTI, 1996, p. 18-23). Considera-se que Michel Zaidan Filho foi um leitor ativo e crítico da obra de Walter Benjamin, mobilizando as concepções benjaminianas em uma reflexão sobre a relação entre a razão e a História em um contexto próprio. Esse contexto se trata daquilo que foi chamado de crise do marxismo e de surgimento da pós-modernidade, com a incorporação de novos temas, teorias e metodologias em uma virada cultural na historiografia brasileira. Por tudo que se discute aqui, situa-se essa investigação acerca dos usos da teoria benjaminiana por Michel Zaidan Filho em defesa da razão histórica nos campos da história da historiografia brasileira e da história da apropriação de Walter Benjamin.

1. A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA EM MEADOS DO SÉCULO XX

*Não me iludo / Tudo permanecerá do jeito que tem sido /
Transcorrendo, transformando / Tempo e espaço navegando
todos os sentidos*
Gilberto Gil

A historiografia brasileira experimentou nos anos 1980 sua institucionalização em programas de pós-graduação nas universidades com o aumento no número de lugares de produção, concomitantemente a uma ampliação do mercado editorial (ABREU, 2012, p. 22-23, 28, 52, 67; BELIEIRO, CARDOSO JR., 2017, p. 401; MALERBA, 2018, p. 57). Com o avanço do processo de redemocratização, diversos intelectuais retornaram do exílio político, e os trabalhadores passaram a organizar um Novo Sindicalismo, além da articulação de diversos movimentos sociais¹⁰. Tudo isso contribuiu para a apropriação de diversas correntes historiográficas que circulavam no cenário europeu e para uma renovação historiográfica no cenário brasileiro (VAINFAS, 2009, p. 229; ABREU, 2012, p. 11, 22-23, 28-31, 37-38, 53, 57, 60, 67-68; BELIEIRO, CARDOSO JR., 2017, p. 401, 413; MALERBA, 2018, p. 56-57; ASSIS; MATTOS, 2019, p. 58). Nesse contexto, a historiografia marxista passou a perder espaço para a nova historiografia que surgia a partir da apropriação da história das mentalidades, da micro-história italiana e da história sociocultural britânica, suscitando reações críticas por parte dos historiadores marxistas (VAINFAS, 2009, p. 217-218, 228-229; BELIEIRO; CARDOSO JR., 2017, p. 412).

Além disso, houve um aprofundamento da autorreflexão (in)disciplinar, o que se efetivou na multiplicação de estudos de crítica historiográfica e de história da historiografia *stricto sensu*¹¹ (VAINFAS, 2009, p. 225, 229; ABREU, 2012, p. 24-25; OLIVEIRA; GONTIJO, 2016, p. 33; BELIEIRO; CARDOSO JR., 2017, p. 401; MALERBA, 2018, p. 61). Um exemplo disso é a criação da linha de pesquisa em Teoria e Metodologia em História¹² na pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 1986 (ABREU, 2012, p. 24). Nesse cenário, Belieiro e Cardoso Jr. (2017, p. 413) atestam a presença de reflexões teóricas densas, como a crise do marxismo e do racionalismo moderno, a presença do paradigma pós-moderno, os efeitos do giro linguístico e o retorno da narrativa.

A USP, onde Zaidan realizou seu doutorado entre 1983 e 1986, teve uma grande importância na apropriação da história das mentalidades, quando essa historiografia ainda era

¹⁰ Alguns exemplos são o movimento feminista, homossexual (LGBT+), negro, indígena, e ambientalista.

¹¹ Oliveira e Gontijo (2016, p. 18-28) situam as mudanças na história da historiografia, bem como a multiplicação e diversificação de estudos nesse campo a partir da década de 1970.

¹² Atualmente a linha se chama Teoria da História e historiografia.

“incipiente e marginal” no Brasil, contribuindo muito para a profissionalização do campo historiográfico no país (BELIEIRO; CARDOSO JR., 2017, p. 403, 408, 413). Cabe lembrar que a USP havia tido um papel central na apropriação da segunda geração dos *Annales* a partir da figura de Fernand Braudel, um dos historiadores que participou da sua inauguração.

A Unicamp, onde Zaidan havia realizado seu mestrado entre 1978 e 1982, criou em 1984 seu programa de doutorado (ABREU, 2012, p. 20). Entre os cursos de pós-graduação em História do país, o curso da Unicamp era um dos que tinha as linhas de pesquisa mais bem definidas, sendo uma das poucas universidades a manter um movimento de publicação dos trabalhos defendidos na pós-graduação (ABREU, 2012, p. 20-21).

No programa de pós-graduação em História da UnB – onde Zaidan havia iniciado um mestrado na década de 1970 e onde foi professor visitante em 1988, quando escreveu os textos compilados em *A Crise da Razão Histórica* – as consequências da virada cultural só puderam ser verificadas a nível institucional entre 1992 e 1993, com a criação da linha de pesquisa História: Discurso, Imaginário e Cotidiano (MUNIZ; SALES, 2007, p. 19-20).

Além das mudanças apresentadas aqui, é possível citar a criação de cinco cursos de mestrado – Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Assis, UNESP/Franca, UFRGS, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) – e outros três cursos de doutorado – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) – no campo historiográfico da década de 1980 (ABREU, 2012, p. 22).

1.1 A historiografia marxista brasileira e os estudos sobre o Brasil republicano

me enterrem com os trotskistas / na cova comum dos idealistas / onde jazem aqueles / que o poder não corrompeu
Paulo Leminski

No Brasil do fim do século XIX, é possível identificar alguns sinais de conhecimento da obra de Marx (MALERBA, 2018, p. 25). No entanto, é no começo do século XX que o marxismo se torna relevante no cenário político, com seus princípios de ação política, ainda sem vinculação a uma reflexão teórica no debate acadêmico (MALERBA, 2018, p. 25). Esse corpo doutrinário foi apropriado pelo pensamento social brasileiro¹³, principalmente a partir da obra de Caio Prado Jr. (1907-1990), considerado o “fundador” da historiografia marxista no

¹³ De acordo com Malerba (2018, p. 27, 29), as três matrizes desse pensamento social seriam as obras de Gilberto Freyre (1900-1987), Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) e Caio Prado Junior (1907-1990).

país, desenvolvida entre as décadas de 1930 e 1970 (MALERBA, 2018, p. 26). Este subcapítulo apresenta os principais debates da historiografia marxista, buscando evidenciar a forma como Zaidan se relaciona ou não com eles.

Segundo Malerba (2018, p. 28), muitos dos grandes temas da historiografia brasileira teriam sido sugeridos pelos historiadores marxistas. Todos esses temas “remetem, direta ou indiretamente, à história da classe trabalhadora como objeto de investigação” (MALERBA, 2018, p. 49). Dessa forma, há uma convergência das “pesquisas em história social do trabalho, história social da urbanização e industrialização, história do movimento operário e história dos partidos políticos e sindicatos de esquerda” para o campo da historiografia marxista. A abordagem marxista teve um “predomínio quase absoluto [...] ao longo do século XX”, seguindo uma trajetória semelhante à da história do trabalho na Inglaterra. Assim, a historiografia do movimento operário foi produzida fora das universidades e no interior dos próprios movimentos sindicalista e partidário entre as décadas de 1930 e 1960, identificando as classes trabalhadoras com esse movimento organizado e atribuindo a ele um papel que não era reconhecido por “nenhum outro setor da sociedade” (MALERBA, 2018, p. 49).

Ronaldo Vainfas (2009, p. 225), por sua vez, caracteriza a historiografia brasileira como “hegemonizada pelo marxismo” ou pelas suas diversas correntes desde os anos 1950 e 1960, principalmente nos anos 1970, constituindo uma história militante. Essa historiografia é também caracterizada por ele como uma narrativa preocupada com as origens ou determinações socioeconômicas do atraso, do subdesenvolvimento ou da dependência ao imperialismo (VAINFAS, 2009, p. 225). Os principais autores marxistas elencados por ele foram Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré (1911-1999) e Celso Furtado (1920-2004). Malerba (2018, p. 56), por outro lado, prefere falar de uma “presença marcante de uma série de elementos políticos, conceituais e institucionais profundamente marcadas [sic] pelo pensamento marxista [...] na historiografia brasileira entre 1930 e 1980” em vez de utilizar a categoria hegemonia para compreender esse fenômeno.

O principal historiador marxista com quem Zaidan (1989, p. 24, 74, 85) estabeleceu um diálogo foi Ciro Flamarion Cardoso, o qual figura em *A Crise da Razão Histórica* como a primeira referência crítica aos procedimentos da nova historiografia brasileira (CEZAR, 2015, p. 449). Embora seja a principal referência crítica à nova historiografia, o historiador pernambucano acreditava que faltava aos *Ensaios racionalistas* (1988) de Cardoso uma teoria da crise da modernidade. Além disso, Ciro Flamarion Cardoso foi criticado por Zaidan (1989, p. 24) por reiterar velhos pressupostos marxistas como o materialismo dialético, a teoria do

reflexo e a teoria dos modos de produção, os quais não eram considerados por ele como apropriados para os estudos históricos (CEZAR, 2015, p. 449).

A escrita de Cardoso foi caracterizada por Vainfas (2009, p. 227) como uma história engajada, ao menos teoricamente, a um marxismo não militante. Segundo ele, Cardoso buscava formular uma teoria materialista afastada das atividades partidárias (VAINFAS, 2009, p. 226-227). Em uma série de artigos nos anos 1970, Cardoso criticou as elaborações de Fernando Novais¹⁴ sobre o antigo sistema colonial, principalmente por questões teórico-metodológicas.¹⁵ Ele contestou a precisão lógica da forma como a categoria modo de produção foi utilizada por Novais, sua formulação da empresa colonial, a “excessiva preocupação com a transferência de excedente para a metrópole e a formulação teleológica segundo a qual a opção pelo trabalho escravo era resultado das vantagens observáveis no comércio atlântico de cativos” (MALERBA, 2018, p. 36). Além disso, Cardoso não via, segundo Vainfas, necessidade de encontrar uma etapa feudal na história econômica do país para justificar uma revolução burguesa, ou mesmo origens capitalistas que exigissem uma revolução socialista antecipada, como ocorreu em Cuba.¹⁶

Fernando Novais, por sua vez, havia dado acabamento, na obra *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1877-1808)* de 1973, à chave analítica desenvolvida por Caio Prado Jr. (VAINFAS, 2009, p. 226; MALERBA, 2018, p. 34-36). Essa tradição historiográfica sobre o período colonial brasileiro teve influência duradoura, aproximando pesquisas de diversos historiadores e deslocando-se da USP para outros centros de pesquisa brasileiros (MALERBA, 2018, p. 34-36). Além disso, aproximou a historiografia de uma geração de cientistas sociais e economistas marxistas da USP, como Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso (FHC), Florestan Fernandes e Francisco de Oliveira, os quais estavam afastados do

¹⁴ Novais foi discípulo de Antônio Cândido de Mello e Souza e integrante do Seminário d'O Capital.

¹⁵ Apesar das críticas teórico-metodológicas de Cardoso, a empiria da obra de Fernando Novais só foi criticada a partir dos anos 1980, com a amplificação das pesquisas acadêmicas e a renovação nos estudos coloniais, os quais passaram a evidenciar a “diversidade e complexidade das unidades produtivas, da mão-de-obra, das rotas de comércio e dos investimentos na América portuguesa” (MALERBA, 2018, p. 36). Nesse sentido, Malerba (2018, p. 36) destaca alguns autores como Maria Yedda Linhares, Hebe Maria de Castro, João o Fragoso e Manolo Florentino, os quais opunham-se à ideia de que a economia e a sociedade brasileira fossem estruturadas de maneira condicionada às “variáveis exógenas”, empregando ainda categorias marxistas. Nenhum desses autores, incluindo Novais, foi mencionado por Zaidan (1989).

¹⁶ A teoria dos modos de produção coloniais elaborada por Cardoso foi empregada ao caso brasileiro por Jacob Gorender, com o que foi qualificado por Vainfas (2009, p. 227) como um forte teor stalinista. As reflexões de Gorender no campo da economia política foram caracterizadas por Malerba (2018, p. 36) como monumentais, apresentando um esquema alternativo de modo de produção específico do período colonial. Gorender buscou compreender a originalidade das estruturas coloniais a partir da lógica interna dos modos de produção aqui formados. Além disso, seu entendimento da escravidão não se limitava à dinâmica do capital comercial. De acordo com Vainfas (2009, p. 227), seu modelo seria uma forma de autocrítica em relação aos postulados de seu partido, como a tese feudal de Sodré. Os estudos de Gorender, no entanto, não foram mencionados por Zaidan (1989).

campo historiográfico entre os anos 1950 e 1960 e antecederam o pensamento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) (MALERBA, 2018, p. 42).

Na década de 1970, o estudo de dois períodos passou a predominar nas pesquisas historiográficas brasileiras. O primeiro, em que se inserem Novais e Cardoso, se trata do período colonial, com ênfase na temática da escravidão. O segundo, em ascensão nesse momento, é o período republicano da história brasileira (VAINFAS, 2009, p. 226), em que se inserem as pesquisas de Zaidan sobre o movimento operário, mais especificamente sobre o que chamou em sua dissertação de sindicalismo reformista e sobre o PCB, cuja atuação foi analisada em sua tese (ZAIDAN, 1982; ZAIDAN, 1986).

A temática da escravidão já havia começado a ser debatida pela historiografia marxista na década de 1930, com a obra de Caio Prado Jr. Sua intenção era encontrar o sentido da colonização brasileira, ou seja, “o vetor ou vetores determinantes da história do país”, buscando compreender seu papel de subordinação às outras nações no contexto global (MALERBA, 2018, p. 28). A reflexão historiográfica marxista sobre a colonização da América portuguesa surgiu profundamente marcada pela ideia paradoxal de coexistência de um Brasil arcaico, rural e atrasado com um Brasil industrial, desenvolvido e moderno¹⁷ (MALERBA, 2018, p. 30-31).

Esse debate fazia referência ao clássico debate a respeito da passagem do feudalismo ao capitalismo, o qual envolveu autores como Henri Pirenne, Fernand Braudel, Paul Sweezy, Maurice Dobb, Christopher Hill e Rodney Hilton, Pierre Vilar. (MALERBA, 2018, p. 31). Dessa forma, os historiadores brasileiros foram instigados pelo marxismo, num primeiro momento, a uma reflexão sobre as permanências e a atualidade do passado colonial. O principal desafio enfrentado por esses historiadores foi a articulação de elementos diversos e contraditórios. Tratava-se de uma busca pela melhor leitura da categoria modo de produção a partir dos capítulos XXIV e XXV de *O Capital*, os quais abordavam a acumulação primitiva e o colonialismo (MALERBA, 2018, p. 31).

Sendo advogado de formação, autodidata e tendo grande importância institucional para a universidade, Caio Prado Jr. publicou dois livros fundamentais: *Evolução Política do Brasil* (1933) e *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), sendo este último considerado por Malerba (2018, p. 32-33, 35) como “o ápice de sua obra”. Nesse livro, Caio Prado Jr. se apropriou do método dialético marxista a partir de um ponto de vista não ortodoxo (MALERBA, 2018, p. 33). O historiador marxista apresentou, na perspectiva de Malerba (2018,

¹⁷ Esse Brasil industrial, desenvolvido e moderno teria origem nos eventos de 1930 e nas políticas de Getúlio Vargas (MALERBA, 2018, p. 30-31).

p. 32), a “mais sofisticada leitura materialista dialética da história brasileira até então concebida”, superando outras interpretações marxistas existentes na época e equiparando-se às melhores interpretações não marxistas (MALERBA, 2018, p. 33).

Sua obra tomou a produção, o consumo e a má distribuição de riqueza como objetos, colocando o Brasil como vetor da expansão do sistema capitalista. O sentido da colonização e da história do país foi atribuído a partir dos influxos econômicos internacionais (MALERBA, 2018, p. 32). Sua investigação tinha como enfoque a luta de classes, situando o povo pobre, anônimo e escravizado numa posição central do “palco do drama histórico brasileiro”. Efetuava assim um “resgate das rebeliões da arraia miúda, da plebe [...] nas rebeliões das cidades e das senzalas”, dando a esse povo anônimo uma “fisionomia própria” (MALERBA, 2018, p. 32).

Formação do Brasil contemporâneo (1942) se baseava em uma vasta documentação e em um conhecimento empírico da realidade brasileira, tendo o período colonial como enfoque. Ao se apropriar da teoria marxista, a qual pode ser considerada uma teoria da práxis e da intervenção na realidade social, Caio Prado Jr. buscava contribuir para a superar as contradições, os obstáculos e as injustiças originadas no passado e que ainda se faziam presentes (MALERBA, 2018, p. 33). Em sua interpretação, o início do século XIX, contexto da independência política, guardaria a chave para a compreensão do processo histórico que decorreu na configuração contemporânea do Brasil (MALERBA, 2018, p. 32). Nessa perspectiva, a ruína das estruturas coloniais básicas ficou evidente nesse período, figurando como uma constelação de “sinais dos rumos das transformações que se anunciavam” (MALERBA, 2018, p. 33).

A subordinação do Brasil à história do mercantilismo europeu teria como contrapartida a possibilidade de esboço de um senso de nacionalidade em oposição ao opressor europeu. Esse sentimento teria início no começo do século XIX e consumação na Independência. Contudo, a persistência de um sistema de produção com bases no latifúndio monocultor, no trabalho escravo e na exportação de produtos tropicais enquanto estrutura limitavam a autonomia brasileira, constituindo um quadro de dependência crônica. Esse processo de transição teria sido marcado por continuidades e permanências (MALERBA, 2018, p. 34). Numa perspectiva de longa duração, utilizava-se da figura da feitoria para entender a relação entre o Brasil e a Europa e o sentido da colonização (MALERBA, 2018, p. 34). Essa chave analítica foi mobilizada por muitos autores, com destaque para o já mencionado Fernando Novais (MALERBA, 2018, p. 35). Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães (1908-1993), por outro lado, mantiveram-se engajados com as concepções ortodoxas do PCB, reiterando pressupostos

etapistas (MALERBA, 2018, p. 31-32). Esses intelectuais davam ênfase aos elementos feudais e à natureza escravista da economia colonial.

Ao longo do século XX, o tema da revolução, enquanto um desdobramento da questão da herança colonial, trouxe aos marxistas o desafio teórico de definir o processo histórico e os principais atributos da revolução burguesa no Brasil, tendo a revolução socialista como horizonte a ser alcançado. O advento de uma industrialização tardia a partir das ruínas da sociedade escravista mobilizou os intelectuais brasileiros, principalmente nos anos 1950 e 1960, a refletir sobre os caminhos para se alcançar a revolução no país (MALERBA, 2018, p. 28). Nesse contexto, destacava-se a simultaneidade, interligação ou proximidade dos dois eventos: revolução burguesa e socialista. Assim como o debate sobre o período colonial, essa discussão se polarizava entre uma concepção etapista ligada à ortodoxia do PCB e outra mais próxima da academia (MALERBA, 2018, p. 37).

Nelson Werneck Sodré, representante do primeiro grupo, defendia que a revolução brasileira teve seu início na crise dos anos de 1920, com a transformação da burguesia (classes médias ou pequena burguesia) e do proletariado em agentes históricos do processo de modernização capitalista. Esses agentes teriam como principal tarefa a superação da herança social de três séculos de escravidão e a eliminação definitiva dos vestígios do feudalismo (MALERBA, 2018, p. 37). Esse processo seria marcado pela indecisão da burguesia nacional e ainda estaria em voga na década de 1990 (MALERBA, 2018, p. 37-38).

Com uma perspectiva diferente, Caio Prado Jr. deu destaque à luta de classes em seus estudos a partir de 1933, analisando o contexto da independência política brasileira e ressaltando os interesses conflitantes entre as classes dominantes do país e as cortes portuguesas diante da necessidade de contenção dos movimentos populares protonacionalistas. As transformações associadas ao processo de independência foram apresentadas por Prado Jr. como consequência da ação consciente dos sujeitos históricos (MALERBA, 2018, p. 38). A ideia predominante de um capitalismo colonial ocasionou a interpretação de que o país passaria por uma sucessão de processos modernizadores. Esses processos seriam adequações na construção de uma sociedade liberal, democrática e burguesa, antecedendo a revolução socialista. A ideia predominante entre os historiadores era a de uma revolução burguesa processual iniciada com a independência política em 1822. Nessas análises, a abolição da escravidão e a transição para o trabalho livre figuravam como ajustes necessários ao pleno desenvolvimento do capitalismo (MALERBA, 2018, p. 39). Poucas interpretações situavam a revolução burguesa no Brasil como um evento histórico singular ou um evento político

específico, temporalmente localizado (MALERBA, 2018, p. 39-40). Embora não os tenha citado em *A Crise da Razão Histórica* (1989), Zaidan (2015, p. 15) reconheça que tenha lido Prado Jr. e Sodré na disciplina de História da Filosofia no Brasil¹⁸. Alberto Passos Guimarães, por outro lado, não foi mencionado pelo historiador pernambucano.

Os eventos da revolta tenentista de 1930 foram reinterpretados por Edgar Salvadori de Decca na virada dos anos 1970 e 1980, um cenário acadêmico caracterizado pela tendência a aproximar as reflexões teóricas de E. P. Thompson, Michel Foucault e Walter Benjamin (MALERBA, 2018, p. 45, 57), especialmente os dois primeiros (MATTOS, 2006, p. 89; ABREU, 2012, p. 31-32). O eixo central da análise de De Decca foi a hegemonia do comunismo entre a militância de esquerda, tornando-a vulnerável à manipulação de Getúlio Vargas e o projeto trabalhista por ele empreendido (MALERBA, 2018, p. 45-46). De Decca foi criticado por Zaidan (1989, p. 39, 86) pelo recrutamento de Benjamin ao que denominou “nominalismo historiográfico”, caracterizando-o como “foucaultiano”. Com nominalismo, Zaidan (1989, p. 39) se referia à identificação do objeto histórico à coisa-em-si kantiana e à sua conseqüente ininteligibilidade. O estudo de De Decca se inseria, assim, em um debate iniciado com o golpe de Estado em abril de 1964 e a institucionalização da ditadura civil-militar em dezembro de 1968 com o Ato Institucional n. 5 (AI-5).

Nesse momento, a tarefa política e intelectual de refletir sobre o esvaziamento da experiência democrática vivida a partir de 1945 e sobre a organização dos trabalhadores urbanos em partidos e sindicatos se colocou como uma necessidade (MALERBA, 2018, p. 42-43). Dessa forma, surgiu o debate acadêmico sobre o que foi denominado populismo, buscando explicar o

processo histórico pelo qual as elites políticas latino-americanas lograram ampliar cuidadosamente os direitos de cidadania para a maioria da população, a partir dos principais centros urbanos, desde a crise dos anos 1930, sem colocar em risco o controle que possuíam do processo políticos, econômico e social (MALERBA, 2018, p. 43).

Nesse sentido, o quadro histórico elaborado por Boris Fausto para interpretar o que foi chamado de revolução de 1930 estava perfeitamente compatível com essas considerações sobre a integração dos trabalhadores urbanos ao cenário político. Embora não o tenha mencionado em *A Crise da Razão Histórica* (1989), Zaidan (2015, p. 17-18) pontua que De Decca não respondeu às críticas de Fausto e de outros pesquisadores ao seu trabalho, nem modificou sua posição ou publicou outros textos sobre o tema.

¹⁸ Não fica claro na entrevista se Zaidan (2015, p. 15) se refere a Michael Hall ou a Leôncio Martins Rodrigues como o professor que ministrou a disciplina de História da Filosofia no Brasil.

Após os anos 1960, a história operária passou a ganhar espaço no debate acadêmico. Esses “trabalhos pioneiros [...] permanecem restritos à história do movimento operário e das lideranças organizadas, principalmente em função dos acervos de documentos disponíveis, quase sempre de caráter oficial ou relativos à imprensa operária”. Aqui Malerba (2018, p. 50) destaca a obra de alguns autores, dentre as quais figura *Classes sociais e movimento operário* de Edgard Carone, orientador da pesquisa de doutorado de Michel Zaidan Filho sobre o PCB e a Internacional Comunista entre 1922 e 1929 (ZAIDAN, 1986).

As análises históricas sobre o populismo foram desenvolvidas nos trabalhos de autores como Ênio Silveira (1925-1996), Octávio Ianni (1926-2004) e Francisco Weffort¹⁹ (1937-1921), sendo este último o que mais se destacou no debate dos anos 1970 sobre o tema. Essa chave analítica foi amplamente utilizada com um sentido negativo para se referir a uma forma particular de os políticos se aproximarem dos trabalhadores. Nesse período, a categoria articulou o conceito gramsciano de hegemonia à categoria frankfurtiana de massa e uma noção de manipulação. Nessas análises, ressoava uma noção de ideologia como forma de dominação a partir de uma deturpação da realidade (MALERBA, 2018, p. 43). Não há referência a nenhum desses autores em *A Crise da Razão Histórica* (1989), embora Gramsci seja mencionado e a categoria massa seja mobilizada, principalmente em relação à comunicação social (ZAIDAN, 1989, p. 20, 21, 25, 38-40, 61, 64-65, 71).

Entre 1970 e 1978, houve a consolidação do esquema analítico do populismo em uma sequência lógico-histórica que se iniciaria com uma crise econômica nos países desenvolvidos do sistema capitalista. Essa crise teria efeitos na periferia do sistema, incluindo a América Latina, cuja atividade principal era a produção agroexportadora (MALERBA, 2018, p. 43-44). A isso se seguiria uma perda de hegemonia política das oligarquias que se articulavam ao Estado desde o século XIX. Isso teria ocasionado um vácuo de poder, pois não havia outro setor da burguesia capaz de ocupar o lugar deixado por essas oligarquias. A resolução política para a manutenção da estabilidade institucional teria sido o estabelecimento de um Estado de compromisso responsável pela conciliação dos diferentes setores da burguesia nacional e pelo controle dos setores populares que exigiam maior participação política. Essa estabilidade, entretanto, seria caracterizada pela inexistência “de um setor hegemônico entre as elites econômicas” e pela sua precariedade (MALERBA, 2018, p. 44). Essa precariedade teria possibilitado a escalada de líderes políticos carismáticos, os quais teriam pouco comprometimento “com os principais membros das elites nacionais tradicionais”. A

¹⁹ Uma análise detalhada do uso da categoria populismo por Weffort é feita por Gomes (1996, p. 5-12).

sustentação política dessas lideranças seria baseada na sua capacidade de manipulação das massas de trabalhadores a partir da “concessão calculada de benefícios sociais”. Por sua vez, esses benefícios seriam concedidos “por meio dos sindicatos colaboracionistas, ou ‘pelegos’, em troca de apoio, fidelidade e subserviência política” (MALERBA, 2018, p. 44-45). Em sua dissertação de mestrado, Zaidan utilizava a categoria “sindicalismo reformista” para se referir a esses sindicatos, em oposição à militância revolucionária, como é o caso do PCB, analisado por ele em sua relação com a Internacional Comunista na sua tese de doutorado. Em *A Crise da Razão História* essa questão não é abordada por Zaidan (1989).

Em 1978, várias críticas foram elaboradas por Luiz Werneck Vianna ao esquema de leitura do que foi chamado de revolução de 1930. Em um trabalho de intenções teóricas e historiográficas, Vianna empreendeu uma releitura do conceito de hegemonia, aproximando-se de noções como revolução pelo alto, revolução sem revolução e via prussiana. Em sua interpretação, haveria uma incorporação de interesses de diversos setores da burguesia e, conseqüentemente, uma ampliação das alianças políticas onde anteriormente se percebia uma crise de hegemonia política. Também haveria uma expansão da máquina estatal onde antes se observava um vazio de poder. Essa expansão teria como objetivo a ampliação da ingerência e do planejamento de diversos setores econômicos e sociais. Dessa forma, os acontecimentos na política brasileira em 1930 figurariam somente como parte do processo conservador de modernização implementado pelas elites políticas e econômicas (MALERBA, 2018, p. 45). Assim como os outros autores do debate sobre o populismo, o trabalho de Vianna também não foi mencionado por Zaidan (1989).

Nesse cenário, embora seja possível verificar um aumento efetivo no número e na visibilidade dos estudos sobre o período colonial, os estudos sobre o período republicano passam a ser predominantes nas pesquisas universitárias (VAINFAS, 2009, p. 231). Ao longo dos anos 1970, passaram a predominar os estudos sobre a formação das classes trabalhadoras, com destaque para alguns autores, como Boris Fausto e Michael Hall (MALERBA, 2018, p. 50). Este último ajudou Michel Zaidan Filho em sua pesquisa de mestrado sobre a política de governo e o sindicalismo reformista (ZAIDAN, 2015, p. 14). Esses trabalhos tiveram a Primeira República (1889-1930) como enfoque e buscaram compensar a desmobilização política do movimento operário durante a ditadura com pesquisas que resgatavam a história dos trabalhadores socialistas, anarquistas e comunistas (MALERBA, 2018, p. 50).

Na década de 1980, contudo, verifica-se o reaparecimento do movimento operário e sindical de esquerda e uma mudança significativa nas referências para a pesquisa da história

operária com a apropriação da história sociocultural britânica, especialmente a obra de E. P. Thompson,²⁰ na historiografia marxista, o que implicou uma ênfase no cotidiano e na cultura dos trabalhadores (VAINFAS, 2009, p. 218; BELIEIRO; CARDOSO JR., 2017, p. 408; MALERBA, 2018, p. 50-51). Jurandir Malerba (2018, p. 51) destaca a atuação de Ângela de Castro Gomes e Cláudio Batalha para a relativização do “predomínio do socialismo, do anarquismo e do comunismo no movimento operário da Primeira República”.

Ao final dos anos 1980, a categoria trabalhismo foi formulada e passou a ser empregada com uma frequência cada vez maior, em detrimento da categoria populismo, para lidar com a experiência política das classes trabalhadoras entre a década de 1930 e o golpe militar de 1964. A formulação dessa categoria foi antecedida pela chave analítica da modernização conservadora. Nesse sentido, destaca-se a contribuição de Ângela de Castro Gomes ao problematizar com a categoria populismo a noção de manipulação dos trabalhadores em interpretações que tinham o Estado como único ator político relevante. O uso dessa categoria foi ampliado e complementado pelos trabalhos de Daniel Aarão Reis Filho e Jorge Ferreira (MALERBA, 2018, p. 46).

Com William H. Sewell Jr., E. P. Thompson e Adam Przeworski como referências teórico-metodológicas, Gomes foi capaz de revisar as interpretações historiográficas centradas na categoria populismo e incorporar a noção de formação da classe trabalhadora como um fenômeno histórico vinculado à experiência política. Dessa forma, seu enfoque se deu sobre a construção da identidade dos trabalhadores e a ressignificação dos valores e tradições operárias em contextos de mudança social (MALERBA, 2018, p. 46). Com o exame do processo em que a classe conquistou o acesso à cidadania e construiu sua identidade e consciência a partir de várias lutas políticas, foi possível explicitar a formação da classe trabalhadora com atuação e centralidade na própria história. Dessa forma, a categoria trabalhismo passou a ter outro significado, afastando-se da noção de um projeto político e ideológico estatal manipulatório (MALERBA, 2018, p. 47). Também ficou evidente que

o sucesso do “trabalhismo”, enquanto projeto estatal, dependeu de sua capacidade de absorver do discurso articulado dos trabalhadores os elementos chave de sua autoimagem, investindo-os de novos significados em um novo contexto discursivo, no qual se constitui uma identidade coletiva da classe trabalhadora que articulava uma lógica material (benefícios da legislação social) e uma lógica simbólica (benefícios como doação mediante a luta dos trabalhadores). (MALERBA, 2018, p. 47).

²⁰ Cabe destacar que, no Brasil, Thompson foi lido primeiramente pelos cientistas sociais que buscaram analisar o surgimento do Novo Sindicalismo (MATTOS, 2006, p. 88).

A ideologia trabalhista passou então a ser entendida como consequência da relação entre as demandas dos trabalhadores e a elaboração do governo “num jogo de pressões e concessões mútuas”, com destaque para a consciência e expressão política da classe trabalhadora (MALERBA, 2018, p. 47). Estranhamente, nenhum dos autores ligados à renovação dos estudos sobre o movimento operário, estrangeiros ou brasileiros, foi mencionado por Zaidan em *A Crise da Razão Histórica* (1989). Esses autores também não são citados em sua dissertação de 1981 sobre a política de governo e o sindicalismo, o que é compreensível quando se tem em vista que a pesquisa é anterior à renovação historiográfica nos estudos republicanos (ZAIDAN, 1982). Não foi possível acessar a sua tese de doutorado (ZAIDAN, 1986).

Além da reflexão sobre os eventos políticos de 1930 e o período democrático que os sucederam, com as condições que possibilitaram o golpe de 1964, os anos de 1960 foram marcados por uma “reflexão sobre o golpe e o regime militar em si”, a qual foi acompanhada por uma “versão historiográfica marxista sobre o fenômeno” (MALERBA, 2018, p. 47). Nesse sentido, a historiografia marxista se caracterizou pela “tentativa de relacionar os acontecimentos de 1964 com os determinantes econômico-estruturais, a expansão do capitalismo internacional, a luta de classes e o desempenho político dos diversos setores da burguesia brasileira” (MALERBA, 2018, p. 47-48). Na maioria dessas narrativas, os militares foram entendidos como “instrumentos da burguesia para efetuar um golpe reacionário e de direita” (MALERBA, 2018, p. 47-48).

De acordo com o Malerba (2018, p. 28), os pontos em que a historiografia marxista deu sua maior contribuição foram os estudos sobre os mundos do trabalho. No caso dos estudos sobre a “vida cotidiana” e a “cultura dos trabalhadores”, o marxismo de matizes thompsonianas tinha domínio, ainda que outros marcos teóricos como Mancur Olson, Albert Otto Hirschman e Adam Przeworski sejam frequentemente utilizadas (MALERBA, 2018, p. 60-61). Nenhum desses autores, contudo, é mencionado por Zaidan (1989).

A partir dos anos 1980, o marxismo perdeu espaço na historiografia brasileira para referências teórico-metodológicas diversas com a apropriação simultânea e tardia de referenciais teóricos estrangeiros como a história das mentalidades francesa, a micro-história italiana e a história sociocultural britânica (VAINFAS, 2009, p. 217-218, 228; BELIEIRO; CARDOSO JR., 2017, p. 412). Diante disso, diversos historiadores marxistas, dentre os quais Zaidan Filho, levantaram-se contra o que chamaram de irracionalismo, relativismo e reacionarismo. No que se refere a referências marxistas, o historiador pernambucano recorreu a Marx (ZAIDAN, 1989, p. 77-84), aos intelectuais frankfurtianos, como Jürgen Habermas,

Theodor W. Adorno, Max Horkheimer e Herbert Marcuse (ZAIDAN, 1989, p. 27, 37-38, 43, 45-47, 75, 85), além dos leitores frankfurtianos brasileiros, como Carlos Nelson Coutinho, Flávio René Kothe, Nelson Brissac Peixoto, Renato Ortiz, Sérgio Paulo Rouanet e Teixeira Coelho (ZAIDAN, 1989, p. 21, 24, 29, 31-32, 38, 40-41, 53, 55-57, 85, 87). Zaidan (1989, p. 20) também faz uma breve alusão ao italiano Antônio Gramsci, apontando que ele e os frankfurtianos já haviam teorizado a capilaridade do poder antes de Foucault.

1.2 A renovação historiográfica no Brasil e seus críticos

*é como voltar e achar crianças crescidas, e sentar na
varanda para trocar pensamentos e memórias de um tempo
que passou*
Ana Cristina Cesar

No fim do século XX, principalmente a partir dos fins da década de 1970, surgiu no Brasil, uma nova história²¹ (VAINFAS, 2009, p. 228). Essa nova historiografia brasileira foi caracterizada pela apropriação dos referenciais teóricos da historiografia francesa das mentalidades, da história cultural italiana ou micro-história²² e da história sociocultural britânica (VAINFAS, 2009, p. 217-218, 228; BELIEIRO; CARDOSO JR., 2017, p. 412). Enquanto a história das mentalidades estava ligada à terceira geração dos *Annales* e a autores como Emmanuel Le Roy Ladurie, Georges Duby, Jacques Le Goff, Jean Delumeau, Jean-Louis Flandrin, Philippe Ariès e Robert Mandrou (VAINFAS, 2009, p. 228; BELIEIRO; CARDOSO JR., 2017, p. 422), a micro-história tinha Carlo Ginzburg e Giovanni Levi como fundadores (VAINFAS, 2009, p. 218). A história sociocultural britânica, por sua vez, estava ligada a nomes como Christopher Hill, Edward Palmer Thompson, Eric Hobsbawm, Perry Anderson e Raymond Williams, discípulos de Maurice Dobb (MATTOS, 2006, p. 84). Esses historiadores buscavam situar a luta de classes e os movimentos sociais no campo da cultura, mantendo pouca relação com a história das mentalidades e com a micro-história (VAINFAS, 2009, p. 218). Neste capítulo, aborda-se a renovação pela qual passou a historiografia brasileira nos anos 1980 e as reações críticas por parte de alguns historiadores marxistas.

Como dito anteriormente, a historiografia brasileira dos anos 1980 foi marcada por uma combinação de matrizes teóricas diversas como E. P. Thompson, Michel Foucault e Walter Benjamin (MALERBA, 2018, p. 45, 57), especialmente os dois primeiros (MATTOS, 2006, p.

²¹ Essa categoria, segundo Vainfas (2009, p. 228), era muito mais utilizada pelos críticos do que era assumida pelos “jovens historiadores que passaram a estudar as mentalidades, as sexualidades, as religiosidades ou as circularidades culturais”.

²² Tradição historiográfica cujos principais nomes são Carlo Ginzburg e Giovanni Levi.

89; ABREU, 2012, p. 31-32). Também cabe destacar que o surgimento dessa nova historiografia no Brasil foi entendido por Malerba (2018, p. 63) como uma consequência dos eventos políticos e culturais de 1968 na historiografia ocidental, um marco temporal citado por Zaidan (1989, p. 37) como início do irracionalismo por ele tematizado. Em maio desse ano, houve uma série de protestos estudantis reivindicando reformas no sistema educacional francês e mudanças no ensino de Ciências Sociais, além de greves de trabalhadores reivindicando melhorias das condições laborais. Esses movimentos de contestação da juventude e da classe trabalhadora tiveram como inspiração a Revolução Cultural Chinesa, os protestos estadunidenses contra a guerra no Vietnã, as lutas armadas na América Latina e na África (THIOLLENT, 1998, p. 65).

O campo de estudos mais afetado por essa mudança historiográfica, segundo Vainfas (2009, p. 230), foi a historiografia do período colonial. Esse predomínio dos estudos coloniais ocorreu tanto pela equivalência temporal, quanto pela similaridade temática com o contexto europeu: as religiosidades, as sexualidades e a vida cotidiana, já que essa renovação historiográfica foi originalmente desenvolvida pelos medievalistas e historiadores dedicados à Idade Moderna (VAINFAS, 2009, p. 230-231). Isso estimulou comparações entre os dois contextos espaciais, com a identificação de semelhanças e diferenças e de influências europeias nos trópicos, com a redescoberta de problemas presentes na bibliografia clássica²³, como as “heranças culturais ibéricas, africanidades, indianidades, hibridismos” (VAINFAS, 2009, p. 231).

Jurandir Malerba (2018, p. 54), por outro lado, considera autores como João José Reis, Silvia Hunold Lara, Sidney Chalhoub, Robert Slenes e Hebe Castro como “os principais expoentes” da renovação historiográfica empreendida no campo dos estudos da escravidão. Impulsionada pela proximidade do centenário da abolição no Brasil (1988) e pela expansão do financiamento das pesquisas acadêmicas, essa historiografia foi marcada pela superação do binômio violência e revolta como chave analítica. Apropriando-se da obra de E. P. Thompson, esses autores permaneceram próximos do marxismo teórico-metodologicamente, mas dando enfoque às temáticas culturais como a procura de autonomia, as “estratégias cotidianas de

²³ Essa bibliografia clássica – produzida por historiadores, sociólogos e antropólogos brasileiros – teve um importante papel ao fornecer pistas, como temas e problemas, para a história da cultura, entendida aqui como uma história antropológica, bem como para o estudo do passado colonial do país. Suas matrizes teóricas são diversas, seja em relação à historiografia ou à perspectiva antropológica. Nesse sentido, destacam-se os memorialistas e folcloristas do século XIX, os historiadores oitocentistas Karl von Martius e Francisco Adolfo de Varnhagen, bem como intelectuais do século XX de diversas áreas, como Mário de Andrade, Capistrano de Abreu, Paulo Prado, Alcântara Machado, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Antônio Cândido (VAINFAS, 218-225, 233-234; BELIEIRO; CARDOSO JR., 2017, p. 406, 412; ASSIS; MATTOS, 2019, p. 58).

resistência” e as “concepções dos cativos acerca da justiça, da liberdade e da própria escravidão” (MALERBA, 2018, p. 54-55). Dessa forma, foi possível observar a “subjetividade dos escravos”, “a luta de classes sem classe” e o “paternalismo nas relações sociais”, predominando elaborações com destaque para a resistência e a integração dos escravos ao sistema social (MALERBA, 2018, p. 54).

Seria impossível refletir sobre o surgimento da nova história praticada no Brasil dos anos 1980 sem fazer referência à Nova História²⁴ praticada pela terceira geração de intelectuais associados aos *Annales*. O primeiro sinal de sua apropriação no Brasil é a “tradução precoce e mal feita de *Faire de l’Histoire*” (1974), coletânea organizada por Jacques Le Goff e Pierre Nora, dois anos após seu lançamento, embora só tenha sido usada amplamente pelos historiadores brasileiros na década seguinte (VAINFAS, 2009, p. 227). Essa historiografia das mentalidades foi produzida entre os anos 1960 e 1980, sendo pouco a pouco traduzida, lida e apropriada no Brasil. Alguns exemplos citados por Vainfas (2009, p. 228), Belieiro e Cardoso Jr. (2017, p. 422) são as obras de Emmanuel Le Roy Ladurie, Georges Duby, Jacques Le Goff, Jean Delumeau, Jean-Louis Flandrin, Philippe Ariès e Robert Mandrou.

Dentre esses historiadores, Zaidan (1989, p. 74) criticou Ariès, junto com Paul Veyne, pela projeção anacrônica de questões como a homossexualidade²⁵ e o feminismo. Duby, por sua vez, foi a referência de Zaidan (1989, p. 20) para colocar a fantasia, o jogo e a ilusão como antídotos contra visões definitivas e triunfalistas da História. Ladurie, no que lhe toca, foi citado por Zaidan (1989, p. 74) para elogiar uma historiografia das mentalidades que analisava as obras em seu contexto sociocultural e em relação ao quadro material e econômico. Le Goff, por fim, foi referenciado na explicação de Zaidan (1989, p. 72) sobre o nominalismo historiográfico, a redução da História à experiência individual do historiador e a incognoscibilidade do objeto histórico. Le Goff ainda figura, com Pierre Nora, como o organizador dos volumes *A Nova História* e *Faire de l’Histoire*. Outro volume organizado pelos dois com Duby é *História e Nova História* (ZAIDAN, 1989, p. 20, 72-73, 85). Além deles, Michel Vovelle, assim como Carlo Ginzburg, é contraposto, como um bom exemplo de historiador das mentalidades, a Ariès (ZAIDAN, 1989, p. 23).

²⁴ O termo serviu de título a uma coletânea organizada por Jacques Le Goff.

²⁵ Zaidan (1989, p. 74) se referiu ao fenômeno da homossexualidade com o termo “homossexualismo”, atualmente em desuso pela conotação de patologia.

Como dito anteriormente, a USP teve um papel central na apropriação da história das mentalidades, bem como de outras gerações dos *Annales*²⁶, quando essa historiografia ainda era “incipiente e marginal”, contribuindo muito para a profissionalização do campo historiográfico no país (BELIEIRO; CARDOSO JR., 2017 p. 403, 408, 413). Esse processo de profissionalização e (in)disciplinarização fez com que a história social e econômica de inspiração francesa mantivesse um diálogo próximo com outras áreas do conhecimento como a Sociologia, a Economia e a Filosofia, bem como com o marxismo e a cultura política de esquerda. Nesse sentido, a ideia predominante era a de uma História enquanto Ciência Social (MALERBA, 2018, p. 56).

A história das mentalidades passou ser predominante na França a partir dos anos 1970, o que ocorreu no Brasil “entre meados da década de 1980 a meados da década de 1990” (BELIEIRO; CARDOSO JR., 2017 p. 412), quando “novos problemas, novos objetos e novas abordagens”²⁷ passaram a ser tratados em teses e dissertações (ASSIS; MATTOS, 2019, p. 58). Os principais novos temas foram as mentalidades, o imaginário, a família, a infância, o cotidiano, a sexualidade, as festas e a religiosidade. Essa nova historiografia brasileira foi marcada pela presença de questões teóricas relativas ao tempo histórico, definições conceituais²⁸, abordagens metodológicas – como o uso de fontes inquisitoriais – e a citação de novos autores estrangeiros (BELIEIRO; CARDOSO JR., 2017 p. 412). Outras características foram o “uso de novas tecnologias que proporcionavam a democratização do acesso às fontes documentais” e a “valorização de arquivos locais”, possibilitando “iluminar pontos obscuros e reinterpretar temas-chave da historiografia” (ASSIS; MATTOS, 2019, p. 58). Também é possível perceber nessa historiografia a correlação entre duas realidades distintas – a europeia medieval e moderna e a brasileira colonial – e a convivência de temas, conceitos e teorias distintos num mesmo trabalho (BELIEIRO; CARDOSO JR., 2017, p. 412, 421, 424).

Vainfas (2009, p. 228) insere Michel Foucault no quadro de autores da história das mentalidades, com suas obras sobre a loucura, a sexualidade e as prisões, as quais foram lidas no Brasil primeiramente nos campos das Ciências Sociais e da Psicologia. Abreu (2012, p. 31-

²⁶ Cabe destacar o papel que a historiografia francesa, em especial a figura de Fernand Braudel – intelectual que liderou os intelectuais da segunda geração da revista *Annales d’Histoire Économique et Sociale* –, desempenhou na internacionalização do programa de pós-graduação da USP desde a sua fundação. Também é necessário ressaltar a presença de outros modelos teóricos e administrativos na universidade em questão, como os estadunidenses, alemães e italianos, além do diálogo com o marxismo e a convivência com modelos teóricos empiristas e positivistas (BELIEIRO; CARDOSO JR., 2017, p. 413-414).

²⁷ Cada uma dessas expressões serviu de subtítulo a um volume organizado por Jacques Le Goff e Pierre Nora sob o título *Faire de l’Histoire*.

²⁸ Os principais conceitos utilizados nessa renovação historiográfica foram imaginário, mentalidades, representações e circularidades culturais (BELIEIRO, CARDOSO JR., 2017, p. 412).

32), por sua vez, em diálogo com Mattos (2006, p. 89), aponta para o uso simultâneo com Thompson para compreender a “classe social como processo e relação” nas pesquisas sociológicas sobre o novo sindicalismo, posterior a 1978, em um quadro de disputa política e contestação social. Nesse contexto, a apropriação de Foucault teria ocorrido principalmente a partir de sua estadia no Departamento de Filosofia da USP – onde lecionou em 1965 e 1975 – de suas conferências na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1973, dos estudos feitos por Roberto Machado²⁹ e de um colóquio de 1985 em São Paulo, quando houve uma tentativa de sistematizar o debate sobre a obra foucaultiana (ABREU, 2012, p. 32).

A apropriação de Foucault no Brasil ocorreu de forma fragmentária, quando comparada ao pensamento marxiano e, conseqüentemente, transfigurando-o em uma vulgata. O enfoque se dava sobre a desconstrução dos dispositivos de poder em um período em que as instituições estatais de repressão estavam em seu auge (ABREU, 2012, p. 32). O escopo temático dessa apropriação foi amplo: “escravos, mulher, castigos, literatura, doenças, sexo, ciência, instituições políticas” (DIEHL, 1993, p. 118 *apud* ABREU, 2012, p. 32).

A principal causa da apropriação de Foucault, segundo Astor Antônio Diehl, seria uma suposta crise de significação decorrente da mudança estrutural pela qual a sociedade brasileira passava. Nesse cenário, pesava a expectativa de que o conhecimento do passado servisse de base ao progressismo modernista (*apud* ABREU, 2012, p. 32-33). O que ocorria, porém, era um fogo cruzado sob o qual se encontravam os programas modernizadores e a própria ideia de modernidade. Isso acontecia, segundo Diehl, pois as forças produtivas se desenvolviam de maneira desigual, ocasionando a coexistência de diversas estruturas sociais. Dessa forma, as questões colocadas pela pós-modernidade teriam como origem o crescimento demográfico, a acentuação das tensões sociais e o progresso de uma modernidade excludente (*apud* ABREU, 2012, p. 33).

Abreu (2012, p. 33) critica, contudo, a interpretação de Diehl por ser demasiadamente mecanicista ao desconsiderar a dinâmica interna e a lógica própria do campo historiográfico em proveito dos aspectos socioeconômicos estruturais. De qualquer maneira, é possível afirmar que Foucault assumiu uma posição central na crítica à modernidade e aos saberes com sua proposta demolidora do controle que a (in)disciplina tenta exercer sobre o passado e sobre as potencialidades de oposição aos processos de modernização (ABREU, 2012, p. 33).

²⁹ Machado foi responsável pela organização e tradução de *Microfísica do Poder*, além de ter publicado textos sobre o poder em *Danação da norma: medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil* de 1978, trabalho que foi escrito em coautoria com Ângela Loureiro, Kátia Muricy e Rogério Luz, e sua tese de doutorado *Ciência e Saber. A Trajetória da Arqueologia de Foucault* (1981), traduzida em 1982.

No entanto, a obra de Foucault teve dificuldades em ser apropriada pelos historiadores brasileiros, pois suas reflexões apresentam noções que questionavam as bases do conhecimento produzido pela (in)disciplina histórica (MUNIZ; SALES, 2007, p. 28; ABREU, 2012, p. 33). Entre esses elementos, é possível citar “a crítica às essências, a história como uma tarefa interpretativa, o papel do acaso e a imprevisibilidade da história, a crítica à imparcialidade do historiador e a história enquanto discurso fabricado, inventado e fictício, a história enquanto jogo” (ABREU, 2012, p. 33). Os procedimentos analíticos de Foucault, sustentados na loucura e na História, propõem uma ruptura na fictícia e ilusória cisão entre o discurso científico, o ético ou moral e o político ou ideológico (ABREU, 2012, p. 34). Ao olhar de fora o tempo e a sociedade em que se vive, tornar-se-ia possível compreender os limites dos valores, dos projetos e das verdades, bem como, a partir das margens, perceber aqueles que são invisíveis ou silenciados e as formas e os motivos dessas invisibilidades e silenciamentos (ABREU, 2012, p. 34).

Dessa forma, a apropriação de Foucault pelos historiadores brasileiros possibilitou uma ampliação do campo de pesquisa e das fontes históricas para temas como higienização das cidades, a medicalização dos corpos, a disciplina fabril e a sexualidade, entre outros. Essa apropriação teria se dado, segundo Margareth Rago, em três momentos: a compreensão da positividade do poder, a elisão da agência histórica do sujeito e, por fim, o enfoque nos modos de subjetivação (RAGO, 1993b, p. 22 *apud* ABREU, 2012, p. 34). Assim, a história da historiografia brasileira seria caracterizada por uma inversão cronológica na apropriação de Foucault, iniciada com a leitura da obra *Vigiar e punir* e o uso das noções de poder disciplinar e microfísica do poder (ABREU, 2012, p. 35). A apropriação da obra do intelectual francês teria ocorrido, entre as décadas de 1970 e 1980, em um contexto de “descortinar de novos possíveis” (RAGO, 1993b, p. 22 *apud* ABREU, 2012, p. 35).

As reações dos historiadores brasileiros à obra de Foucault, segundo Abreu (2012, p. 35), poderiam ser divididas esquematicamente em dois tipos. Por um lado, havia os que o rejeitavam em nome de uma revitalização do marxismo com os autores britânicos, firmes na crença em uma realidade exterior aos discursos e na busca pela agência dos indivíduos na história (ABREU, 2012, p. 35). O trabalho de Zaidan se aproxima mais desse tipo, pois insistia na revitalização do marxismo e na existência de uma realidade exterior aos discursos. Contudo, não utilizava as referências britânicas para isso, mas Walter Benjamin. Do outro lado, houve a apropriação de conceitos foucaultianos em diálogo com campos teóricos incompatíveis, como a história sociocultural britânica, que também era utilizada pelos historiadores marxistas para

rejeitar o pensamento foucaultiano (ABREU, 2012, p. 35). Exemplos disso são os trabalhos *1930: O Silêncio dos Vencidos* (1981) de Edgar Salvadori de Decca e a dissertação de mestrado *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890-1930* (1985) de Margareth Rago, por ele orientada. Enquanto a dissertação de Rago foi apenas referenciada como um exemplo de estudo foucaultiano na bibliografia comentada (ZAIDAN, 1989, p. 85), o trabalho de De Decca foi abertamente criticado por Zaidan (1989, p. 39, 86), como dito anteriormente, pelo recrutamento do pensamento benjaminiano ao que ele chamou de nominalismo historiográfico e irracionalismo.

Essa apropriação de Foucault teria um aspecto problemático, pois tentava combinar análises de escala micro com modelos totalizadores (ABREU, 2012, p. 35-36). Nos anos 1980, isso foi possível, pois as fronteiras epistemológicas entre Thompson e Foucault ainda não estavam claramente definidas aos historiadores brasileiros, como ficariam a partir da intensificação da querela entre modernos e pós-modernos nos anos 1990 (ABREU, 2012, p. 38). Na época, entendia-se que os dois autores traziam abordagens de temas ou momentos diferentes da dominação burguesa. Thompson abordaria o protagonismo da classe operária, ao passo que Foucault discutiria a oposição à razão e à disciplina militar (ABREU, 2012, p. 38). A proposta de analisar as “microestruturas panópticas da sociedade, os subpoderes, a microfísica do poder” legitimou a abertura da história social e operária para novas questões, “como o cotidiano, a sexualidade, a cidade, a doença, [...] a fábrica, a mulher, a criança e a habitação” (ABREU, 2012, p. 38). A principal implicação da apropriação de Foucault na historiografia brasileira, no entanto, foi a inovação epistemológica trazida por sua forma de questionar a história, contribuindo para a desconstrução da própria (in)disciplina na tentativa de resolver problemas ou questões específicas (ABREU, 2012, p. 36).

De qualquer forma, independentemente da posição em relação a Foucault, os historiadores se viram interpelados por suas colocações e buscaram respondê-las (ABREU, 2012, p. 35). Michel Zaidan Filho (1989, p. 19, 23, 27), por exemplo, criticou Foucault pela recuperação da crítica cultural nietzscheana e pela crítica anarquista à razão disciplinar elaborada pela nova historiografia brasileira em diálogo com esse autor. Além disso, Foucault seria o responsável, para Zaidan, pela análise do poder como ciência pós-moderna (ZAIDAN, 1989, p. 23, 27; CEZAR, 2015, p. 448).

Embora sua apropriação tenha sido tardia no Brasil, a micro-história protagonizou diversos debates nos anos 1980 (VAINFAS, 2009, p. 232). Isso ocorreu concomitantemente à apropriação das tradições de obras francesas e inglesas no campo da história cultural. Dessa

forma, tratava-se do início da sua apropriação em pesquisas de pós-graduação, principalmente sobre o período colonial (VAINFAS, 2009, p. 232). Em 1987, o livro *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição* (publicado na Itália em 1976) foi traduzido para o português e publicado pela Companhia das Letras. O livro havia alcançado uma grande repercussão imediatamente após sua publicação, sendo considerado por muitos como um manifesto da história vista de baixo e da antropologia histórica. Além de ser um marco da micro-história, tornou-se uma referência fundamental para a historiografia sobre a Inquisição e as religiosidades, repercutindo, inclusive, fora dos círculos acadêmicos (ASSIS; MATTOS, 2019, p. 55). O livro de Ginzburg abordou “questões que se tornariam [...] cada vez mais frequentes” na historiografia, como “as análises microanalíticas, os códigos sociais e comportamentais, a circularidade cultural, o método indiciário” (ASSIS; MATTOS, 2019, p. 56).

Edições estrangeiras, no entanto, já circulavam nos círculos acadêmicos como leituras de disciplinas de graduação e pós-graduação, sendo também referências para dissertações e teses defendidas ao longo dos anos 1980, antes mesmo de sua tradução (ASSIS; MATTOS, 2019, p. 57). Ainda na década de 1980, foram traduzidos no Brasil *Os andarilhos do bem: feitiçarias e cultos agrários nos séculos XVI e XVII* em 1988 (publicado na Itália em 1966) e *A Micro-História e outros ensaios* em 1989 (ASSIS; MATTOS, 2019, p. 52-53). Zaidan (1989, p. 74) elogiou Ginzburg (2006, p. 16-18) pela “excelente” crítica à história das mentalidades e a ao “‘irracionalismo’ estruturalista” de Foucault presente no prefácio à edição italiana de seu livro (CEZAR, 2015, p. 450).

Ele também buscou diferenciar as obras de Emmanuel Le Roy Ladurie, Carlo Ginzburg, Paul Veyne e Philippe Ariès em relação à forma como praticavam a história das mentalidades. O primeiro abordaria as mentalidades como um conjunto de obras intelectuais em seu contexto sociocultural e em relação com o quadro material e econômico (ZAIDAN, 1989, p. 74). O segundo reconstruiria as diferenças entre passado e presente. De acordo com ele, Ginzburg teria criticado a tendência de analisar as mentalidades por um viés interclassista, sem fazer distinção entre as classes sociais, e enfoque em aspectos obscuros de uma visão de mundo (ZAIDAN, 1989, p. 74). Paul Veyne e Phillippe Ariès, por outro lado, seriam responsáveis pela projeção anacrônica de questões atuais como a homossexualidade³⁰ e o feminismo (ZAIDAN, 1989, p. 74). Ainda segundo ele, seria necessário distinguir autores como Carlo Ginzburg e

³⁰ Zaidan (1989, p. 74) se refere ao fenômeno da homossexualidade pelo termo “homossexualismo”, atualmente em desuso pela conotação de doença.

Michel Vovelle de Philippe Ariès, embora ele não tenha deixado evidente o que pensava a respeito de Vovelle (ZAIDAN, 1989, p. 23-24; CEZAR, 2015, p. 449).

Assis e Mattos (2019, p. 57) destacam duas obras importantes para os historiadores brasileiros ligados à história cultural. A primeira é *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial* (1986) de Laura de Mello e Souza, orientada por Fernando Novais. Ela utilizou a edição francesa de *O queijo e os vermes* para comparar os personagens da América Portuguesa com o Menocchio de Ginzburg. Dessa forma, ela foi capaz de identificar “ideias parecidas, como a simplificação da religião, o abandono dos sacramentos e a crença somente em Deus, sem a intervenção dos representantes da Igreja” (ASSIS; MATTOS, 2019, p. 57). Além das referências a Ginzburg, Mikhail Bakhtin e aos historiadores franceses das mentalidades, ela citava antropólogos como Roger Bastide, Bronislaw Malinowski, Evans Pritchard e Keith Thomas (BELIEIRO; CARDOSO JR., 2017, p. 417, 423). A segunda obra destacada por eles é *Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil* (1989) de Ronaldo Vainfas (ASSIS; MATTOS, 2019, p. 57). Outras referências utilizadas por Vainfas, além de Ginzburg e dos historiadores das mentalidades, foram Jean Bérard, Bartolomé Bennassar, Jean-Pierre Dedieu, Michel Foucault e Mikhail Bakhtin (BELIEIRO; CARDOSO JR., 2017, p. 422). Dessa forma, ambas as pesquisas combinavam procedimentos da Nova História e da micro-história.

Segundo Assis e Mattos (2019, p. 57), essas pesquisas foram grandes referências para a historiografia de cunho cultural, sendo responsáveis pela formação de novas gerações de pesquisadores, marcadas pela apropriação das ideias de Ginzburg. Outros autores a analisar a documentação eclesiástica e inquisitorial por uma perspectiva cultural nos anos 1980 foram Eliana Maria Rea Goldschmidt, Lana Lage, Leila Algranti, Luiz Mott e Mary del Priore (VAINFAS, 2009, p. 232; BELIEIRO; CARDOSO JR. 2017, p. 418-420; ASSIS; MATTOS, 2019, p. 59).

Dos autores que analisaram a documentação eclesiástica e inquisitorial brasileira, somente Vainfas é referido por Zaidan (1989, p. 86) pelo livro *Amor e Sexualidade na Colônia* de 1987, não pelo seu *Trópico dos Pecados*. A referência está na sua bibliografia comentada, ao final de *A Crise da Razão Histórica*, como um exemplo da renovação historiográfica vivida no Brasil, a qual foi criticada por Zaidan (1989) ao longo do livro. Assim, fica evidente que a Nova História foi apenas um dos muitos caminhos trilhados pelos historiadores brasileiros dos anos 1980 (BELIEIRO; CARDOSO JR., 2017 p. 414). Outros caminhos foram a apropriação

de Foucault, da micro-história e da história sociocultural britânica, além de combinações variadas entre essas referências teórico-metodológicas.

Ao longo da década de 1980, concomitante ao surgimento de trabalhos inseridos no que foi chamado de nova história, verifica-se a reprovação dessa nova historiografia pelos “críticos de plantão” (VAINFAS, 2009, p. 229). Os chamados novos historiadores foram acusados de submissão a modas estrangeiras, de contribuição para um cenário de pulverização e fragmentação do objeto e do campo histórico, de descompromisso e reacionarismo político em suas narrativas, de preferência por análises de escala micro e de afastamento da questão da luta de classes no capitalismo (VAINFAS, 2009, p. 229; ASSIS; MATTOS, 2019, p. 58). Também foram condenados por darem enfoque a “temas irrelevantes e minúsculos” (VAINFAS, 2009, p. 229), “sem o aprofundamento teórico necessário” (ASSIS; MATTOS, 2019, p. 58).

O primeiro crítico da nova historiografia foi Ciro Cardoso. Em seus *Ensaios racionalistas* de 1988, ele lamentava o “declínio de uma historiografia totalizante presente tanto no marxismo como na história social dos *Annales* até 1969”, condenando totalmente essa nova historiografia, considerada “despolitizada pela negação da efetividade das revoluções sociais e pelo deslocamento do interesse para temas inócuos e politicamente desmobilizadores” (CARDOSO, 1988 *apud* VAINFAS, 2009, p. 230). Como exemplos desses temas citados por ele estão as “mobilizações feministas, ecologistas ou do movimento gay” (VAINFAS, 2009, p. 230). A utilização de novos referenciais teórico-metodológicos pelos historiadores brasileiros foi vista por ele como “uma tendência basicamente reacionária” (CARDOSO, 1988 *apud* VAINFAS, 2009, p. 230), como uma distorção ou inversão radical de perspectivas e como “uma corrente retrógrada sob aparências de novidade e ousadia” (CARDOSO, 1988, p. 94 *apud* CEZAR, 2015, p. 448). Ainda que não fosse explicitamente apologética ao capitalismo, a nova historiografia se tratava, segundo Cardoso, de um apoio sutil a partir de concepções que não o abalariam (CEZAR, 2015, p. 448).

Por um lado, Cardoso citou alguns “riscos e/ou erros” das novas vertentes apropriadas pelos historiadores brasileiros nos anos 1980: a desvalorização da realidade social, a preferência por temas periféricos – como o sonho, o imaginário e as ideologias – e a pobreza metodológica ocultada pelo uso de tecnologias da informação (CEZAR, 2015, p. 448). Entre os temas periféricos, Cardoso cita “os loucos, os marginais, os homossexuais, as bruxas, as prostitutas” (CARDOSO, 1988, p. 100 *apud* CEZAR, 2015, p. 448). De acordo com ele, a escolha dos documentos seria arbitrária e o tratamento careceria de rigor, sendo marcado pela falta de criticidade e racionalidade. Por outro lado, ele reconheceu a validade de algumas temáticas

(CEZAR, 2015, p. 448), as quais foram consideradas “pertinentes e solicitadas pelo momento” (CARDOSO, 1988, p. 114 *apud* CEZAR, 2015, p. 448). Segundo Cezar (2015, p. 448), o trabalho de Cardoso é um “ataque generalizado a quase toda produção recente que não seja orientada pelo marxismo”.

O trabalho de Cardoso foi utilizado por Zaidan (1989, p. 24, 74, 85) como a primeira referência crítica em relação à Nova História. Para esses historiadores, as mentalidades assumiriam, por vezes, o papel de infra-estrutura social no lugar da economia ou até mesmo uma independência completa em relação a ela (ZAIDAN, 1989, p. 24, 74). Outra opção teórica da Nova História, segundo eles, é o que foi chamado de “obsessão pela Antropologia”, a qual justificaria e fundamentaria o estudo do inconsciente coletivo, da festa, do ritual, da sensibilidade, da sociabilidade vivida e do cotidiano, em vez de temas como as classes sociais, as revoluções e a economia. Além disso, os novos historiadores destruiriam objetos de estudo “maiores e ilustres” como a Revolução Francesa para construírem esses seus objetos. A escola dos *Annales* seria, assim, caracterizada pelo ecletismo e pela interdisciplinaridade como forma de compensar a falta de uma teoria do social por uma combinação de elementos aleatórios de outras (in)disciplinas, como a sociologia, a economia e a demografia. À abordagem de Cardoso, no entanto, faltaria uma teoria articulada da crise da modernidade. Isso teria como consequência a insistência em velhos pressupostos, como o materialismo dialético, a teoria do reflexo e a teoria dos modos de produção (ZAIDAN, 1989, p. 24). Sua interpretação, segundo Zaidan (1989, p. 24), estaria aquém da ontologia do ser social lukácsiana. Suas referências seriam o “velho *diamant*, por um lado, e a conversão metodológica do marxismo, por outro” (ZAIDAN, 1989, p. 24).

Outro crítico da nova historiografia foi Jacob Gorender. No ano seguinte à publicação de *A Crise da Razão Histórica* de Zaidan (1989), ele criticou a apropriação da nova história francesa por estimular estudos sobre “o fragmentário, o extravagante, o antiteórico [sic], na verdade o anti-histórico” ao abordar o imaginário (GORENDER, 1990 *apud* VAINFAS, 2009, p. 229). Em seu balanço da historiografia sobre a escravidão produzida na década de 1980, sobretudo com o Centenário da Abolição, ele denunciou a ênfase dada ao contratualismo multifacetado entre senhores e escravos, além de outras temáticas que surgiam na historiografia brasileira sobre a escravidão, Gorender aproximava a história das mentalidades e a história sociocultural britânica. Nessa revisão da temática da escravidão, ele percebia uma confluência do uso de referências externas com o reacionarismo interno, especialmente a “exumação da obra de Gilberto Freyre” com seu modelo harmonioso de escravidão, reprovando o que era

considerado por ele como “novos paradigmas não marxistas, pouco marxistas ou mesmo antimarxistas” (VAINFAS, 2009, p. 230).

A micro-história, especificamente, foi por vezes caracterizada como o “exemplo mais completo do pior que se podia fazer em história”, recebendo algumas críticas que eram comuns às metodologias apropriadas pela “nova historiografia” brasileira dos anos 1980, como pela “pulverização do objeto” e pela “narrativa descompromissada” (VAINFAS, 2009, p. 229, 233). Segundo Vainfas (2009, p. 233), “houve até quem dissesse que a micro-história não estava baseada em pesquisa”. Nesse sentido, *O queijo e os vermes* de Carlo Ginzburg, uma das maiores referências dessa metodologia histórica, foi reprovado por alguns historiadores por usar apenas um processo inquisitorial para desvelar a cultura popular (ASSIS, MATTOS p. 63-64). Também é interessante notar que muitos historiadores associados à “nova historiografia” negavam que sua escrita pudesse ser caracterizada como micro-história (VAINFAS, 2009, p. 233).

Embora tenha elogiado Ginzburg e feito uma distinção entre ele e outros historiadores da nova historiografia, como Le Roy Ladurie, Paul Veyne e Philippe Ariès, Zaidan (1989, p. 73) apontou que a micro-história seria responsável por uma pulverização do objeto social em um conjunto de anedotas, dados dispersos e instantâneos. Ao longo do trabalho de Zaidan (1989), não fica clara a ligação dessa vertente ao trabalho de Ginzburg e sua distinção em relação a outras abordagens que o pernambucano denominou micrológicas, como a microfísica do poder foucaultiana, por exemplo.

De acordo com Vainfas (2009, p. 233), “a imensa maioria dos debatedores [...] não sabia do que estava falando”, o que é qualificado por ele como o “mais curioso, embora patético” no debate historiográfico daquele momento. História cultural e história das mentalidades eram entendidas como sinônimos, tanto pelos seus praticantes, quanto pelos seus críticos, enquanto a nova história cultural – associada principalmente à obra de Roger Chartier – era completamente desconhecida, embora cada vez mais empregada no exterior para “superar as imprecisões e ambiguidades teóricas da história das mentalidades francesa”. Essas duas categorias, história cultural e das mentalidades, também eram confundidas com a micro-história, principalmente pelos “adversários da chamada Nova História, [...] inspirados num paradigma marxista de tipo economicista” (VAINFAS, 2009, p. 233), o que parece ser o caso de Zaidan (1989).

Vainfas (2009, p. 233) responsabiliza o “atraso de 10 ou 15 anos” na apropriação dessas vertentes, o que ocorreu simultaneamente nos anos 1980, por essas confusões. Com o

passar do tempo e o avanço dos debates, os diversos sujeitos que dele participavam foram retificando suas posturas, ainda que lentamente. Os críticos da chamada nova historiografia suavizaram o teor de suas reprovações. Um exemplo citado por Vainfas (2009, p. 234) e Cezar (2015, p. 450) é o próprio Ciro Cardoso, o qual situa o debate teórico, na década de 1990, como um embate entre paradigmas rivais: o iluminista e racionalista contra o pós-moderno. O primeiro seria caracterizado pelo bom uso da razão (CEZAR, 2015, p. 450) e estaria em “declínio progressivo desde os anos 1970” (VAINFAS, 2009, p. 234). O segundo, por outro lado, seria marcado pelo ceticismo, pela ironia, pelo relativismo cultural, pela hermenêutica relativista, pelo subjetivismo, pelo irracionalismo, pelo misticismo e pela microanálise (CEZAR, 2015, p. 450), além de uma tendência à “fragmentação das totalidades explicativas” e um apego à “narrativa de casos” (VAINFAS, 2009, p. 234). Pelo cenário descrito na bibliografia, seria possível associar o paradigma moderno ao marxismo, e o pós-moderno à história das mentalidades e à micro-história. Ainda que tenha suavizado o teor de suas críticas, Cardoso sugeriu “relações perigosas entre o pós-modernismo e o capitalismo mundial” (VAINFAS, 2009, p. 234).

Entre os críticos de plantão da nova historiografia, encontra-se Zaidan (1989), o qual buscou fundamentos em Walter Benjamin para reformular o conceito marxista de razão histórica em um cenário caracterizado por ele como uma crise. Essa apropriação de Benjamin por ele se deu num contexto de crescente interesse pela teoria benjaminiana da História e diálogo dos campos de sua apropriação inicial, a crítica literária e a filosofia, com a (in)disciplina histórica.

2. OS ESTUDOS BENJAMINIANOS NO BRASIL

*Se alguém tem que morrer / Que seja pra melhorar / Tanta
vida pra viver / Tanta vida a se acabar / Com tanto pra se
fazer / Com tanto pra se salvar / Você que não me entendeu
/ Não perde por esperar*
Geraldo Vandré

No contexto brasileiro dos estudos benjaminianos, quatro fases da apropriação da obra de Benjamin foram identificadas por Gunter Karl Pressler (2006, p. 62). A primeira, entre 1960 e 1974, teria como centro o ensaio “A Obra de Arte na Era de sua Reprodutibilidade Técnica”³¹ e o debate da estética marxista. No segundo período, entre 1975 e 1984, Benjamin foi reconhecido como teórico da Modernidade, principalmente com os textos sobre Charles Baudelaire. Entre 1985 e 1990, na terceira fase, a teoria da História de Benjamin ganha destaque, ampliando o diálogo de seus leitores com a (in)disciplina histórica. As principais referências são as “Teses sobre o Conceito de História” (escritas em 1940 e publicadas postumamente em 1942) e a *Obra das Passagens*³². É nessa fase da apropriação de Benjamin no Brasil que Michel Zaidan Filho publicou *A Crise da Razão Histórica* (1989). Entre 1990 e 2005, vários estudos foram estimulados pela publicação da tese de doutorado de Benjamin sobre *O Conceito de Crítica de Arte no Romantismo Alemão* (1919), e houve o preparo para a tradução das *Passagens* (PRESSLER, 2006, p. 62). Ainda faltam estudos sobre a apropriação de Benjamin no Brasil após 2005. Como dito anteriormente, percebe-se que a apropriação inicial do pensamento de Benjamin no Brasil se deu principalmente nos campos da crítica literária e da filosofia (FUNARI, 1996, p. 52). No caso de Zaidan (1989), filósofo e historiador, é possível pensar em um momento de transição entre a apropriação inicial pelos filósofos e críticos

³¹ Destaca-se aqui a especificidade dos estudos benjaminianos no Brasil, onde o ensaio sobre a reprodutibilidade técnica foi discutido antes mesmo do que na Europa (PRESSLER, 2006, p. 61). A sua primeira tradução, de Carlos Nelson Coutinho, foi publicada em 1968 na revista *Civilização Brasileira*. Nas referências bibliográficas dessa publicação, também consta o livro sobre o drama trágico. A ligação de Benjamin com a Escola de Frankfurt, contudo, não foi estabelecida por Coutinho (PRESSLER, 2006, p. 65-66). Essa primeira tradução foi publicada novamente na antologia *Teoria da Cultura de Massa*, organizada por Luiz Costa Lima em 1970 para divulgar os resultados de um seminário do Departamento de Sociologia da PUC-RJ que havia ocorrido em 1969 (PRESSLER, 2006, p. 66, 81). Em 1969, José Lino Grünwald traduziu do alemão a terceira versão do ensaio para o livro *A Ideia do Cinema*. Essa tradução foi reeditada em 1975 no volume *Textos Escolhidos: Walter Benjamin, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Jürgen Habermas* da coletânea *Pensadores* (PRESSLER, 2006, p. 66). Uma nova tradução do ensaio foi feita por Sérgio Paulo Rouanet para o primeiro volume das *Obras Escolhidas* da editora Brasiliense. Zaidan (1989, p. 38) se refere à tradução de Rouanet e textos de Adorno e Marcuse como “as formulações clássicas sobre o conceito de indústria cultural”, além de leitores brasileiros dos frankfurtianos, como Carlos Nelson Coutinho, Renato Ortiz, o próprio Sérgio Paulo Rouanet e Teixeira Coelho. Zaidan (1989, p. 29) ainda pontua que o ensaio seria considerado uma reflexão antecipada sobre a cultura do simulacro.

³² A *Obra das Passagens* se trata de um trabalho inconcluso de Walter Benjamin, cujos desenvolvimento e finalização foram adiados diversas vezes por razões financeiras. As teses sobre a História, por sua vez, constituem uma série de aforismos sobre a História que serviria de prefácio teórico às *Passagens*. O título das *Passagens* foi dado pelos frankfurtianos herdeiros de Benjamin (PRESSLER, 2006, p. 147). Esse trabalho também foi chamado de *Paris, Capital do século XIX* por Giorgio Agamben na edição italiana (PRESSLER, 2006, p. 159).

literários e a apropriação entre os historiadores brasileiros com o crescimento da importância da teoria benjaminiana da História na década de 1980.

Este capítulo apresenta as leituras brasileiras de Benjamin, dando destaque àquelas com as quais Zaidan estabeleceu um diálogo, buscando evidenciar sua relação com essas leituras. Embora Zaidan busque se afirmar como um historiador marxista, sua principal referência não é Flávio René Kothe, o qual buscou fazer uma conversão marxista ortodoxa de Benjamin, mas Sérgio Paulo Rouanet e sua proposta racionalista de um Novo Iluminismo. O presente capítulo está dividido em três subcapítulos, cada qual associado a uma fase da apropriação de Benjamin no Brasil.

2.1 O ensaio sobre a reprodutibilidade técnica e a estética marxista

*Copiaste? Fizeste bem. / Cópia mais, sem canseira. /
Cópia, pilha, retém. / É a única maneira*
Fernando Pessoa

A partir da segunda metade dos anos 1960, a teoria benjaminiana ultrapassa o círculo de especialistas em sua obra e passa a ser apropriada pelo movimento estudantil (PRESSLER, 2006, p. 63). Nesse contexto, Benjamin foi lido por uma chave “revolucionária e antiautoritária” (ISENBERG, 2001, p. 147). Essa recepção internacional tardia teve como alguns fatores a publicação de textos esparsos (1955, 1961, 1963, 1966, 1969) e a tradução tardia em outras línguas (para o francês em 1959; italiano em 1962; japonês em 1963 e 1965; espanhol em 1967, na Argentina, e 1971, na Espanha; inglês em 1969, nos Estados Unidos, e em 1970, no Reino Unido). Contribuiu para esse cenário a identificação de partes não-ortodoxas da esquerda com o pensamento que foi censurado pelo Instituto para Pesquisa Social (também conhecido como Escola de Frankfurt)³³, o qual teria adotado uma posição conservadora em relação ao movimento estudantil alemão e à resistência ao nazismo (PRESSLER, 2006, p. 64).

No Brasil, esse período foi caracterizado por uma mudança na estrutura tecnológica e empresarial dos meios de comunicação e por movimentos de oposição política e intelectual à ditadura civil-militar, um cenário favorável para a apropriação das reflexões teóricas do filósofo marxista sobre a relação entre as inovações técnicas e a cultura, especialmente as obras de arte (PRESSLER, 2006, p. 64). Nesse contexto, destacam-se os livros *Razão do Poema* (1965) e

³³ O Instituto, fundado por Felix Weil (1898-1975) a partir do encontro com Kurt Albert Gerlach (1886-1922). Com a morte de Gerlach, a direção dos rumos do Instituto foi disputada por Friedrich Pollock (1894-1970), Max Horkheimer (1895-1973) e Carl Grünberg (1861-1940), que se tornou seu primeiro diretor. Em 1931, Grünberg precisou se afastar do Instituto por razões de saúde. A direção passou a ser feita por Max Horkheimer e Theodor W. Adorno (1903-1969). Outros nomes vinculados à Escola de Frankfurt são Jürgen Habermas, Herbert Marcuse (1898-1979), Siegfried Kracauer (1889-1966), Ernst Bloch (1885-1977) e Erich Fromm (1900-1990).

Arte e Sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin (1969) de José Guilherme Merquior, *Os Marxistas e a Arte* (1966) de Leandro Konder, a *Introdução à Filosofia da Arte* (1966) de Benedito Nunes e as coletâneas *Sociologia da Arte IV* (1969) de Gilberto Velho e *Teoria da Cultura de Massa* (1970) de Luiz Costa Lima, além da produção dos irmãos Augusto e Haroldo de Campos sobre a Poesia Concreta³⁴. Essas obras constituem o que Pressler (2006, p. 62) caracterizou como a primeira fase da apropriação de Benjamin no Brasil.

2.2 Os textos sobre Charles Baudelaire e a teoria da Modernidade

E a cidade se apresenta / Centro das ambições / Para mendigos ou ricos / E outras armações / Coletivos, automóveis, / Motos e metrô / Trabalhadores, patrões, / Policiais, camelôs / A cidade não pára / A cidade só cresce / O de cima sobe / E o de baixo desce
Chico Science

As publicações de 1975 inauguraram o que Pressler (2006, p. 62) caracterizou como uma segunda fase da apropriação de Benjamin no Brasil, com enfoque nos textos sobre Baudelaire e na teoria da Modernidade. Em 1975, Costa Lima publicou uma tradução do ensaio benjaminiano “Paris, Capital do Século XIX” na antologia *Teoria da Literatura em suas Fontes*, em que empreendeu uma análise sociológica da literatura (PRESSLER, 2006, p. 94). Os textos benjaminianos “A Modernidade”, “Sobre Alguns Temas em Baudelaire” e “Franz Kafka” também foram publicados em 1975 na coletânea *A Modernidade e os Modernos* da editora Tempo Brasileiro (PRESSLER, 2006, p. 129). Nesse mesmo ano, a editora Abril Cultural iniciou a publicação das antologias *Os Pensadores* e *Os Economistas*³⁵ (PRESSLER, 2006, p. 130). Ainda em 1975, os textos benjaminianos “Sobre Alguns Motivos em Baudelaire”, “O Narrador” e “O Surrealismo” foram publicados na coleção *Os Pensadores* junto da tradução de “A Obra de Arte na Época de suas Técnicas de Reprodução” de José Lino Grünwald (PRESSLER, 2006, p. 66, 132).

³⁴ A Poesia Concreta foi formulada pelos irmãos Augusto e Haroldo de Campos e por Décio Pignatari, os quais fundaram em 1952 o grupo Noigandres. A reflexão benjaminiana sobre os modernos meios de comunicação como o jornal e o cinema foi mobilizada pelos poetas concretistas para refletir sobre as reações criativas de poetas e escritores em relação às novas formas de utilizar a linguagem no século XX a partir da onipresença da tecnologia no cotidiano. Dessa forma, os poetas do grupo Noigandres se apropriaram da produção tardia do poeta Stéphane Mallarmé, considerado o auge da conscientização do que foi chamado de crise do verso (PRESSLER, 2006, p. 81, 121)

³⁵ Flávio René Kothe, que estudava com Peter Szondi (1929-1971) na Alemanha e presenciou a forte apropriação de Benjamin pelo movimento estudantil, e Carlos Nelson Coutinho passaram a trabalhar na tradução de diversos livros para essas antologias. O primeiro foi *O Capital* (1867) de Karl Marx (1818-1883), publicado posteriormente, entre 1983 e 1985 (PRESSLER, 2006, p. 130).

Ainda em 1975, foi defendida a primeira tese sobre Walter Benjamin no Brasil e o primeiro trabalho de comparação com Theodor Adorno na filologia benjaminiana internacional: *Benjamin & Adorno: Confrontos*, de Kothe. A tese foi defendida no programa de Teoria Literária e Literatura Comparada da USP (PRESSLER, 2006, p. 132-133). Três anos mais tarde, houve a sua publicação na maior editora de livros acadêmicos do país, a Ática, com uma apresentação de Oswaldinho Marques (PRESSLER, 2006, p. 132-134). De acordo com Marques, os dois críticos abordados por Kothe seriam uns dos maiores sociólogos da arte. Ainda de acordo com ele, a tese contribuiu para um “salto qualitativo” no conhecimento sobre autores famosos internacionalmente, buscando atualizar o debate brasileiro. Contudo, as referências francesas predominavam no cenário intelectual da USP, dificultando a apropriação mais ampla de um trabalho sobre autores alemães como os da Escola de Frankfurt (PRESSLER, 2006, p. 134). Pressler (2006, p. 134-135) diferencia o trabalho de Kothe e Merquior pela academicidade³⁶ e pelo uso exclusivo de referências em alemão por parte do primeiro. Em seu livro, Kothe apresentou uma proposta de renovação da crítica literária a partir de um aprofundamento da Teoria Crítica. Ele lamentava a escassa bibliografia sobre Benjamin e apresentou uma introdução ao seu pensamento, já que seu projeto de publicar textos escolhidos pela editora Globo de Porto Alegre ou pela editora Ática de São Paulo não foi realizado na década de 1970, quando Benjamin ainda não era considerado um autor suficientemente importante (PRESSLER, 2006, p. 132, 210).

Kothe utilizou o jogo de xadrez como uma alegoria para a forma como Adorno se apropriou das ideias benjaminianas, efetuando reelaborações (PRESSLER, 2006, p. 135). Assim, as *Passagens* e o livro *Origem do Drama Barroco Alemão* seriam respectivamente o rei e a rainha benjaminianos, enquanto a *Teoria Estética* e a *Dialética Negativa* seriam o rei e a rainha adornianos. Na tese de Kothe, a teoria adorniana figura “como um palimpsesto em que Benjamin aparece”, tendo sua obra abordada sincronicamente, enquanto a de Adorno é abordada diacronicamente. Na primeira parte, as convergências e divergências entre os dois autores são apresentadas, enquanto a segunda parte discorre sobre o desenvolvimento das elaborações de Adorno (PRESSLER, 2006, p. 135). Zaidan (1989, p. 42) referenciou equivocadamente uma citação sobre o conceito de crítica, originária da dissertação de Kothe, como sendo parte do livro benjaminiano sobre o drama barroco alemão. Na citação, Kothe apontava que o papel da crítica seria a transformação da decadência em ressurreição por meio

³⁶ A academicidade é a característica das produções intelectuais realizadas nas universidades e nos centros de pesquisa. Algumas marcas dessas produções são a exposição das referências utilizadas na pesquisa e, principalmente, a revisão do trabalho por pares especializados.

da transfiguração do teor coisal de uma obra em seu teor de verdade, afirmando seu caráter de ruína.

No ano da defesa da tese de Kothe e da publicação dos textos benjaminianos sobre a Modernidade, Gabriel Cohn atestou um crescimento do interesse pela Escola de Frankfurt, citando a coleção *Os Pensadores* e os estudos de Kothe e de Merquior (PRESSLER, 2006, p. 207). No ano seguinte, Kothe publicou o livro *Para Ler Benjamin* e, em 1977, Roberto Schwarz publicou *Ao Vencedor as Batatas*, um estudo em que compara Machado de Assis e Charles Baudelaire, utilizando a noção de alegoria para desvelar a história brasileira do século XIX (PRESSLER, 2006, p. 90-92, 132, 141-146). Embora não sejam referenciados por Zaidan (1989), esses estudos também constituem o que Pressler (2006, p. 62) caracterizou como a segunda fase da apropriação de Benjamin no Brasil.

2.3 A explosão benjaminiana e a teoria da História

*Viajo pela matéria / de braços com satanás: / Ó anjo
anunciador, levai-me ao passado / onde desmancharei a
vida futura
Cacaso*

Em 1979, Edgar Salvadori de Decca defendeu sua tese de doutorado *As Dimensões Históricas do Insucesso Político*. Dois anos mais tarde, a tese foi publicada sob o título *1930. O Silêncio dos Vencidos. Memória, História e Revolução* (PRESSLER, 2006, p. 211), com prefácio de Marilena Chauí. O livro enfoca o contexto político e ideológico de 1928, questionando a historiografia e as interpretações intelectuais da esquerda “sobre os acontecimentos de 1930”. Dessa forma, De Decca reflete sobre as condições de produção da memória histórica e sua reelaboração pela crítica historiográfica. A escrita de uma história dos vencidos benjaminiana ou uma interpretação correta dos eventos de 1930 não eram, portanto, seu objetivo (PRESSLER, 2006, p. 231). Segundo Pressler (2006, p. 231), essa “interpretação da própria história” teria sido estimulada pela obra de Michel Foucault e por autores da *nouvelle histoire* como Jacques Le Goff e Georges Duby. Ainda segundo Pressler (2006, p. 231-232), Benjamin e Foucault não constariam entre as referências de De Decca, diferentemente de Eric Hobsbawm e E. P. Thompson. Como dito anteriormente, De Decca foi criticado por Zaidan (1989, p. 39, 86) pelo recrutamento de Benjamin ao que denominou “nominalismo historiográfico”, caracterizando De Decca como “foucaultiano”.

Os anos 1980 foram marcados pelo processo de abertura democrática, iniciado com o movimento pela Anistia em 1975, o qual alcançou uma relativa vitória em 1979, e intensificado em 1985 com o movimento pelas Diretas Já. Nesse contexto, houve uma explosão nos estudos

benjaminianos, com a multiplicação dos trabalhos, por um lado, e um interesse crescente pela sua teoria da História e pelas suas “Teses sobre o Conceito de História”, por outro, ampliando o diálogo com a (in)disciplina histórica (PRESSLER, 2006, p. 206, 208, 210). A publicação de *A Crise da Razão Histórica* (1989) pode ser situada nessa fase da apropriação de Walter Benjamin, a qual foi marcada pela publicação de antologias de textos benjaminianos e encerrada com o simpósio *Sete Perguntas a Walter Benjamin* em 1990, quando a maior parte dos intelectuais benjaminianos brasileiros se encontrou pela primeira vez para debater, além de estudiosos internacionais da obra benjaminiana, como Klaus Garber, Bernd Witte e Norbert Bolz (PRESSLER, 2006, p. 209, 253-271).

Em 1980, Jeanne-Marie Gagnebin publicou um artigo *Sobre o Conceito de Crítica em Walter Benjamin* com a introdução ao ensaio benjaminiano sobre as afinidades eletivas em Goethe e fragmentos da correspondência entre Benjamin e Adorno como anexos (GAGNEBIN, 1980, p. 228-230). Segundo ela, a crítica dialética seria objeto das reflexões benjaminianas ao longo de toda a sua obra, tornando-se materialista em seus escritos sobre Baudelaire (GAGNEBIN, 1980, p. 219). No artigo, ela diferenciou o teor coisal de uma obra de seu teor de verdade.³⁷ Essa diferenciação foi empregada para pontuar que a atividade crítica deve ser precedida pela prática do comentário, com o reconhecimento da estranheza da obra literária, opondo-se assim à empatia historicista (GAGNEBIN, 1980, p. 219-221). Nessa prática, a interpretação construída sobre uma obra e sua sedimentação em uma tradição seriam criticadas a partir do trabalho com um caso limite, desvelando outros futuros possíveis para a obra que foram soterrados por sua transmissão pela classe dominante (GAGNEBIN, 1980, p. 221-223).

A atividade crítica, segundo Gagnebin, seria constituída por um momento de destruição e outro de reconstrução. Ao elaborar sobre isso, Benjamin partiu de associações arbitrárias em vez de utilizar a dedução ou um método sistemático. Dessa forma, seu pensamento pode ser figurado pelo quebra-cabeça, em que as citações da obra criticada são agrupadas para formar uma nova imagem que suscite estranhamento e choque (GAGNEBIN, 1980, p. 223). Essa montagem teria Bertolt Brecht e os surrealistas como inspiração, sendo a destruição acompanhada da tentativa de salvação da obra por meio da descontextualização. Haveria, então, uma dupla destruição, em que a ordem ou sentido interno da obra seriam abalados, assim como a tradição construída sobre o texto. Esse processo, contudo, seria marcado pelo paradoxo, pois

³⁷ Segundo Fernandes (2016, p. 333), O conceito benjaminiano de teor busca superar a dicotomia entre forma e conteúdo. O teor coisal está ligado à materialidade, estranheza, especificidade e historicidade do texto, enquanto o teor de verdade, indissociável do teor coisal, está associado à vivacidade do texto (GAGNEBIN, 1980, p. 220; GAGNEBIN, 1993, p. 40; FERNANDES, 2016, p. 337-340).

Benjamin mantinha uma preocupação com a filologia e o teor coisal da obra (GAGNEBIN, 1980, p. 224).

Por fim, Gagnebin (1980, p. 225) abordou a desconfiança benjaminiana em relação à dialética. Partindo de uma apresentação do histórico do texto *Paris, Capital do Segundo Império* como uma etapa do projeto das *Passagens*, ela pontuou que os principais temas presentes no texto seriam a solidão do poeta e o anonimato da multidão. O texto apresentaria paralelos entre a poesia de Baudelaire e o contexto histórico da vivência na metrópole parisiense do século XIX. Analisando a correspondência entre Benjamin e Adorno, Gagnebin (1980, p. 226) apontou que a mediação exigida por Adorno não poderia resolver o confronto entre a generalidade do capital e a singularidade da obra de arte. Para ela, seria infrutífero elaborar uma teoria em que as obras derivam totalmente da estrutura econômica, pois a história passaria a ser o único sujeito ativo nessa relação (GAGNEBIN, 1980, p. 226). Zaidan (1989, p. 42-43) se baseou neste artigo de Gagnebin e em uma citação da tese de Kothe, erroneamente atribuída ao livro benjaminiano sobre o drama barroco alemão, para pontuar a abertura da obra e as duas etapas da atividade crítica. Isso demonstra que a leitura de Zaidan (1989) não estava limitada à conversão marxista ortodoxa empreendida por Kothe, embora o filósofo e historiador pernambucano tenha tentado se afirmar como marxista e tenha criticado Gagnebin por uma suposta apropriação teológica de Benjamin.

Em 1981, Sérgio Paulo Rouanet publicou *Édipo e o Anjo: itinerários freudianos em Walter Benjamin* (PRESSLER, 2006, p. 132). Partindo de uma citação do ensaio sobre a reprodutibilidade técnica, ele comparou os métodos da psicanálise com a linguagem cinematográfica. Nessa comparação, o filme revelaria o inconsciente óptico, enquanto a psicanálise revelaria o inconsciente desejante. O olhar da câmera teria a capacidade de congelar o tempo e descontextualizar o seu objeto, assim como o pensamento alegórico. Sob o olhar alegórico e melancólico, o objeto poderia morrer e renascer com um significado diferente. A alegoria seria um produto da culpa e um signo da ruína, da debilidade e da fraqueza mundana. Ela possibilitaria a aproximação da mortalidade e da imortalidade, sendo resultado da contradição entre uma natureza culpada e uma natureza divina incorruptível. O pensamento alegórico também possibilitaria a salvação da coisa por meio da sua transfiguração em testemunho de uma época. Assim, essa figura de pensamento confrontaria a historiografia oficial com a história dos vencidos, salvando os fragmentos e desenterrando os mortos. Assim como Kothe, Rouanet diferencia uma fase benjaminiana pré-marxista e outra marxista (PRESSER, 2006, p. 147).

Em concordância com Benjamin, Rouanet colocou Paris como a principal figura alegórica da Modernidade, cristalizando simultaneamente em uma cidade a pré-história do capitalismo e sua pós-história. A cidade seria, assim, trans-histórica e repleta de significados (PRESSLER, 2006, p. 147). A cidade incorpora, na interpretação de Rouanet, a dialética da ruína, sendo expressão do que foi destruído pelo vencedor da história e do próprio presente condenado à destruição. O olhar alegórico, portanto, seria aquele capaz de ver a ruína no interior do que ainda vive. Nessa chave de leitura, a cidade é o “palco alegórico da Modernidade”, onde as mercadorias figuram como personagens, ganhando morada nas galerias das passagens. O alegorista seria capaz de ver as coisas para além de seu valor de troca. Um exemplo seria a figura do colecionador, que tira as coisas de seu contexto original. Para Rouanet, os surrealistas assumiram uma postura política nesse processo de descontextualização (PRESSLER, 2006, p. 148). Ele utilizou a figura do caleidoscópio para compreender a metodologia benjaminiana como um olhar que produz uma ordem anárquica ao se deslocar (PRESSLER, 2006, p. 149).

Rouanet relacionou Benjamin e Freud pela emergência do significado do objeto, especialmente o marginalizado, na experiência do choque e no sonho. O fundamento dessa reflexão sobre a linguagem (*Sprachliches*) é a teoria da mimesis. Nessa comparação entre os dois autores, Rouanet associou a salvação do particular em Benjamin ao lapso freudiano, a temática do declínio da experiência ao trauma, a imagem dialética ao sonho, a mimesis à telepatia e o anjo da História a Édipo. No itinerário desenvolvido por Rouanet, ele abordou os temas mais recorrentes nas obras dos dois autores, inclusive a questão da história. Utilizando o *flâneur* como figura alegórica, Rouanet passeou pela questão da continuidade, pela relação entre memória e experiência, pela questão do novo e do sempre-igual e, por fim, pela questão da origem enquanto língua adamítica (PRESSLER, 2006, p. 148). Para ele, Benjamin e Freud poderiam ser aproximados por sua atenção ao detalhe e ao particular (PRESSLER, 2006, p. 149).

Rouanet abordou as noções benjaminianas de choque e modernidade sob o ponto de vista da memória e da consciência. Em Freud, as duas se encontram separadas pelo para-excitação (*Reizschutz*), uma proteção para que o choque seja suavizado. Benjamin tematizou a vivência de choques permanentes que caracteriza a vida na cidade moderna, aumentando a atividade da consciência e diminuindo a atuação da memória. Dessa forma, Rouanet diferenciou as reflexões de Freud e Benjamin. Nesse contexto, ele situou o golpe de Estado (*putsch*) como expressão política do choque (PRESSLER, 2006, p. 149). A poesia de Baudelaire, por sua vez, seria a expressão da vivência na metrópole moderna, enquanto o cinema representaria a

maturidade da estética do choque (PRESSLER, 2006, p. 149-150). Perde-se a experiência da tradição (*Erfahrung*) com o surgimento da vivência (*Erlebnis*). Dessa forma, a leitura de Rouanet aproxima a experiência da memória e a vivência da consciência. Também associa a primeira à memória voluntária e a segunda à memória involuntária de Marcel Proust. De acordo com ele, somente a segunda seria capaz de extrair os conteúdos significativos do inconsciente (PRESSLER, 2006, p. 150).

Somente uma figura seria capaz de recuperar o tempo perdido no mundo sem aura na visão de Rouanet: o *flâneur*. Ele sabia narrar as histórias contadas pela cidade, possibilitando a sobrevivência da experiência coletiva, embora à margem da sociedade. Nessa figura convergiam a memória individual e coletiva novamente. O declínio da aura, contudo, seria acompanhado pelo fim da autonomia postulada pelo iluminismo e o *flâneur* se tornaria um funcionário do capital. Dessa forma, o declínio da aura seria um fato estético, mas também político, pois as novas formas de arte estariam baseadas na política enquanto práxis social. Rouanet entende a aura como não pertencente ao alegórico nem ao simbólico. Na memória, a aura se refere ao mundo anterior à dominação humana e à palavra, um momento de pleno pertencimento ao paraíso e à natureza. Assim, ela estaria relacionada à utopia e ao desejo de redenção (PRESSLER, 2006, p. 150). Rouanet reconheceu a função crítica e ambígua da aura no contexto político, já que ela dependeria do mito em sua promessa de uma ordem social sem dominação (PRESSLER, 2006, p. 150-151). Rouanet, como Merquior e Kothe, comentou as “principais intervenções e críticas de Adorno”, recusando-as por Adorno deixar de procurar as possibilidades de libertação presentes na cultura de massas, ao contrário de Benjamin (PRESSLER, 2006, p. 151).

O livro *Rua de Mão Única* (1928) foi caracterizado por Rouanet como um protocolo para leitura de sonhos, temática central no pensamento benjaminiano. O livro, no entanto, seria um estágio embrionário, ainda distante da tentativa de interpretação freudiana dos sonhos. Para Benjamin, os conteúdos latentes não são importantes. Sua preocupação é fenomenológica, enfocando a desorganização do mundo, a desarticulação e a descontextualização expressadas pelo conteúdo manifesto dos sonhos (PRESSLER, 2005, p. 151). Dessa forma, Benjamin valoriza o caótico pela sua potência anárquica (PRESSLER, 2006, p. 151-152). Reduzir o sonho à lógica do desejo equivaleria à ordem dos dominadores identificada por Benjamin. O sonho alcançaria seu potencial ao desarticular e rearticular a história, estabelecendo ligações entre a consciência individual e coletiva e entre o passado e o futuro.

Para Rouanet, a concepção benjaminiana das imagens dialéticas teria como objetivo o despertar da Modernidade. Ele ressaltou a face mítica e utópica da dialética e a existência de um agora que é reconhecível. Para ele, o ponto principal da teoria benjaminiana do sonho seria a função do despertar, o que o diferenciaria de Adorno. Rouanet aproxima Benjamin e Adorno pela ideia de que as imagens dialéticas traduziriam a existência do sempre-igual nas estruturas do capitalismo. Para Benjamin, contudo, o sempre-igual guardaria em si a possibilidade do novo. Para Adorno, uma época sonharia com sua catástrofe, enquanto, para Benjamin, ela sonharia com sua utopia (PRESSLER, 2006, p. 152).

A concordância entre Freud e Benjamin estaria, de acordo com Rouanet, na estruturação linguística da realidade. Há uma necessidade de que as coisas sejam chamadas pelo seu nome verdadeiro para que elas possam ser salvas. Rouanet colocou Édipo como o herói fundador da cultura, a qual seria marcada pela ambiguidade de ser uma ideologia dominadora que guarda as possibilidades de libertação (PRESSLER, 2006, p. 155). O anjo da história, por sua vez, seria o anti-Édipo, o destruidor da ordem cujo *telos* é a origem. Seu olhar se direciona ao passado para salvar os mortos ignorados por Édipo sob as ruínas. Nesse sentido, o mundo é visto como ruína e a história é entendida como catástrofe (PRESSLER, 2006, p. 156).

Em sua leitura de Rouanet, Pressler (2006, p. 156-157) percebe uma esperança em relação ao contexto político do país, uma tentativa de combate ao que chama de novos irracionalismos e populismos e de reconciliação entre a humanidade e a natureza. Para isso, Rouanet seguiu a trilha do pensamento de Habermas e sua defesa do discurso racional. Ele percebeu as contradições no pensamento assistemático de Benjamin, o qual teria como preocupação o casual e o fragmentário (PRESSLER, 2006, p. 156). Embora o trabalho de 1981 de Rouanet seja mencionado por Zaidan (1989, p. 40, 87), a principal referência do historiador pernambucano foi *As Razões do Iluminismo* (1987), em que Rouanet desenvolve sua crítica ao que chamou de irracionalismo e sua proposta de um novo racionalismo.

Em 1982, houve a publicação de *Walter Benjamin: os Cacos da História*, de Gagnebin, a “primeira biografia com referências maiores à filosofia da história” de Benjamin (PRESSLER, 2006, p. 132). O livro de Gagnebin tinha como objetivo uma compreensão histórica e biográfica (PRESSLER, 2006, p. 158), iniciando com uma descrição dos anos do exílio e apresentando os fundamentos filosóficos do pensamento benjaminiano em uma linguagem acessível, com destaque para o judaísmo e o materialismo como substratos filosóficos e para os temas da crítica, memória e liberação (PRESSLER, 2006, p. 157). Segundo ela, Benjamin teria uma “sensibilidade aguda para transformações materiais e econômicas da

criação e produção moderna da arte” (PRESSLER, 2006, p. 157-158). Gagnebin também descreveu as dificuldades financeiras de Benjamin e revisou criticamente a “imagem estereotipada da vítima” que foi construída postumamente sobre sua história. O que Gagnebin (1993, p. 8, 27, 39) caracteriza como exemplo de fracasso na vida acadêmica foi a sua liberação para exercer o ensaísmo e a crítica literária (PRESSLER, 2006, p. 158).

Dessa forma, o livro de Gagnebin (1993, p. 8-9) oferece uma narrativa das dificuldades enfrentadas por um intelectual judeu no regime nazista e sua tentativa de reformular teoricamente o marxismo. Para ela, o objetivo das *Passagens* seria contrapor, por meio da obra de Baudelaire, as condições modernas de produção artística aos períodos anteriores. As “Teses sobre o Conceito de História” (1940) serviriam como uma introdução teórica a essa obra e seriam, na perspectiva de Gagnebin, uma síntese do pensamento benjaminiano e um testemunho do sofrimento de um intelectual judeu exilado no início da Segunda Guerra Mundial. Para ela, a originalidade das teses sobre a História estaria em interpretar a obra de Marx sem recorrer à dialética e em criticar o progresso enquanto crença, seja pelo capitalismo ou pelo comunismo (PRESSLER, 2006, p. 159). Segundo Gagnebin (1993, p. 26, 34-35, 50-51, 64, 70), Benjamin abordou em suas teses sobre a História a problemática da historicidade do tempo e da própria historiografia, elaborando uma teoria da experiência histórica marcada pelo entrelaçamento de elementos teológicos e materialistas, respectivamente a tradição messiânica judaica e a história dos vencidos (PRESSLER, 2006, p. 160).

Em sua narrativa histórica e biográfica, Gagnebin retornou aos anos da juventude de Benjamin para caracterizar as correntes filosóficas e culturais do início do século XX, entre as quais ele circulava e a partir das quais formulou seu estilo e seu ponto de vista sobre a crítica cultural e literária. Ela destacou a crítica benjaminiana à formulação de verdades eternas e atemporais, pois ele buscava a compreensão da historicidade das obras (PRESSLER, 2006, p. 160). A preocupação central de Benjamin seria, de acordo com ela, a correlação entre verdade e historicidade. Gagnebin (1993, p. 34-35, 70-71) também reconheceu a aplicação benjaminiana do princípio cabalístico da leitura infinita à análise materialista com uma postura irônica e lúcida (PRESSLER, 2006, p. 161).

Sobre a relação entre crítica literária e historicidade colocada por Benjamin nos ensaios sobre *As Afinidades Eletivas* de Goethe (escritos entre 1921 e 1922, publicados entre 1924 e 1925), Gagnebin (1993, p. 40) retomou suas reflexões sobre o teor coisal (*Sachgehalt*) e teor de verdade (*Wahrheitsgehalt*) presentes no artigo sobre o conceito benjaminiano de crítica. Ela também afirmou que Benjamin foi o responsável pela atualização e teorização da alegoria na

Modernidade (PRESSLER, 2006, p. 161). Partindo de Benjamin, Gagnebin (1993, p. 41-45) caracterizou o mundo barroco pelo sentimento de perda e declínio dos valores, estando o humano preso à queda, à morte e à culpa. Nesse sentido, a alegoria possibilitaria a expressão da ruína e do fragmentário. Ela seria, dessa forma, o contraponto do conceito clássico de símbolo e sua concepção harmoniosa. As formas literárias do início do século XX teriam origem, portanto, na melancolia e na revolta, tendo a alegoria como principal recurso estético. Ao lado da alegoria, outra questão central para Benjamin, segundo Gagnebin (1993, p. 45-46), seria o declínio da aura com a reprodutibilidade técnica, principalmente das imagens. Ela reconhece nessa categoria uma ambiguidade, o que possibilitou que Adorno e Horkheimer a considerassem demasiadamente otimista quando comparada ao seu conceito de indústria cultural (GAGNEBIN, 1993, p. 47; PRESSLER, 2006, p. 162).

A partir de Benjamin, Gagnebin pontuou que a tarefa do historiador materialista seria a de salvar a história dos oprimidos do esquecimento e do silêncio, atualizando aquilo que poderia fazer da História outra (PRESSLER, 2006, p. 163-164). Dessa forma, a teoria da memória e da experiência fabricada por Benjamin consistiria em resgatar uma história que não consta na versão oficial. Esse trabalho poderia ser aproximado da arte do narrador, o qual não tem a necessidade de explicar, mas deixa o passado aberto para novos sentidos em vez de construir uma imagem fixa dele. Para Gagnebin, a escrita de Marcel Proust sobre a memória involuntária foi o modelo para Benjamin e sua história dos vencidos a partir do fragmentário. Enquanto o primeiro trabalhou com a memória individual, o segundo refletiu sobre a memória coletiva (GAGNEBIN, 1993, p. 61-62; PRESSLER, 2006, p. 163). Benjamin colocou o trabalho do historiador a serviço da salvação dos vencidos de ontem e de hoje, sendo que foi a noção de libertação que possibilitou sua aproximação entre messianismo e marxismo. Para Gagnebin, a vida de Benjamin enquanto um fracasso exemplar seria a figura alegórica de uma era de crise e decadência, em que o suicídio figura como clímax do enredo, significando o primado da produção capitalista em detrimento da vida (GAGNEBIN, 1993, p. 67; PRESSLER, 2006, p. 164). A partir dessas reflexões, Gagnebin (1993, p. 66, 71) pontuou o caráter aberto e fragmentário que a história assumiu na obra de Benjamin (PRESSLER, 2006, p. 165).

Zaidan (1989, p. 24, 31, 40, 54, 70, 87) criticou Gagnebin por uma suposta apropriação teológica ou talmúdica da obra benjaminiana. É possível supor que essas críticas sejam uma tentativa de Zaidan de circunscrever a obra benjaminiana a leituras marxistas. No entanto, a crítica de Zaidan é equivocada, pois Gagnebin (1993, p. 26, 34-35, 50-51, 64, 70) buscou evidenciar a presença concomitante de elementos marxistas e teológicos no pensamento de

Benjamin. Mesmo com as críticas colocadas por Zaidan, o livro de Gagnebin foi utilizado como referência para uma citação de Benjamin sobre a mercadoria e a desvalorização do aparente como fundamentos da alegoria baudelairiana (ZAIDAN, 1989, p. 31, 54).

De acordo com Pressler (2006, p. 132), os livros de Rouanet e Gagnebin estimularam uma ampliação na apropriação de Benjamin no país. Ainda em 1982, a revista *Tempo Brasileiro* publicou seu número 68 intitulado Cultura e Comunicação, em que remete a Benjamin para abordar o assunto. No mesmo ano, a revista publicou um número intitulado *Passagens da Modernidade*, em que constava a segunda parte de um ensaio de Sérgio Paulo Rouanet que havia sido publicado no número anterior.

A partir de 1984, é possível falar de uma presença maior da figura melancólica de Benjamin, aparecendo em diversas conferências e suplementos literários (PRESSLER, 2006, p. 133). Nesse ano, ocorreu a publicação da coletânea de textos benjaminianos sobre o haxixe, com introdução escrita por Olgária de Matos (PRESSLER, 2006, p. 132). Ainda em 1984, foi publicada a coletânea *Reflexões: a Criança, o Brinquedo, a Educação* (PRESSLER, 2006, p. 132), entendida por Pressler (2006, p. 167) como uma “contribuição para repensar a área da educação e da escola diante da abertura política”. A introdução da edição foi feita por Uilcon Pereira e fala de um contexto de ressurreição do marxismo, com a necessidade de aproximar teoria e práxis (PRESSLER, 2006, p. 167). Para Pressler (2006, p. 167) o livro apresenta um importante “aspecto pedagógico-político”: o de buscar um reencontro com a felicidade perdida da infância. A coletânea possui ainda uma segunda introdução, escrita por Willi Bolle. Nenhuma das duas coletâneas de 1984, contudo, são referidas por Zaidan, o que é compreensível, dada a distância em relação aos temas abordados pelo filósofo e historiador pernambucano.

Em 1984, foi publicada a tradução de Sérgio Paulo Rouanet de *Origem do Drama Barroco Alemão* (PRESSLER, 2006, p. 168).³⁸ A tradução de Rouanet acompanha diversas notas explicativas e uma introdução ao vocabulário epistemológico benjaminiano. Ao longo do texto, ele expôs as dificuldades de tradução, sendo a primeira o termo *Trauerspiel*³⁹ presente no título. Rouanet apresentou uma teoria do conhecimento, do drama barroco e do pensamento

³⁸ Segundo Pressler (2006, p. 210) publicação foi interpretada como um sinal para iniciar a organização de uma coletânea de textos benjaminianos, o que se concretizou no primeiro volume das Obras Escolhidas da editora Brasiliense.

³⁹ Pressler (2006, p. 175) aponta que o termo teria um sentido de tragédia no século XVIII, porém Benjamin o distingue desse gênero, ao mesmo tempo em que os mantém relacionados. Drama seria outra possibilidade de tradução, embora também seja um termo genérico para se referir às peças teatrais. Além disso, o termo *Trauerspiel* é constituído a partir das palavras *Trauer* (luto ou tristeza) e *Spiel* (jogo ou peça). A solução encontrada foi drama barroco alemão, embora Benjamin também aborde peças teatrais posteriores ao período barroco.

alegórico marcada por uma leitura sistemática de Benjamin (PRESSLER, 2006, p. 175). Ele reconheceu o caráter mimético e irônico que o texto benjaminiano apresenta em relação ao rigor acadêmico (PRESSLER, 2006, p. 175-176). Pressler (2006, p. 177-178) destaca que o conceito benjaminiano central de verdade (*Wahrheit*) não aparece nenhuma vez na introdução de Rouanet, negligenciando a diferença entre conhecimento e verdade e a dimensão messiânica da epistemologia benjaminiana. Para Rouanet, a teoria da linguagem de Benjamin ofereceria uma compreensão da autonomia dos gêneros artísticos como ideias, ao mesmo tempo em que oferece um instrumento para a análise de um gênero particular: o drama barroco alemão.

Para Rouanet, o conteúdo da ideia seria fornecido pela singularidade das obras (PRESSLER, 2006, p. 178). Ele discorreu sobre a noção benjaminiana de origem, entendida como um salto temporal, e a relaciona à noção de estrutura, a qual abarca a relação entre pré-história e pós-história de uma ideia. A alegoria desempenharia sua função nessa relação entre origem e estrutura (PRESSLER, 2006, p. 179-180). O outro significado pela alegoria pode ser decifrado a partir da história e da metafísica. Essa figura de pensamento é caracterizada pela concepção barroca da natureza, marcada pela figura da morte e da ruína (PRESSLER, 2006, p. 180-181). Rouanet destacou o papel ilusório da alegoria, a qual impediria o conhecimento das coisas em vez de o possibilitar. O barroco e sua concepção cíclica da história, em que os personagens precisam cumprir seu destino, excluiria a concepção temporal messiânica. Rouanet citou as teses sobre a História para pontuar que a recuperação dos fragmentos do passado significaria uma ruptura com uma visão em que a história é um sinônimo do destino e com o passado oprimido (PRESSLER, 2006, p. 182). Zaidan (1989, p. 30) tomou o livro benjaminiano sobre o drama barroco alemão como base para caracterizar a alegoria barroca pela sua dimensão de inacabamento e abertura à história.

Em 1985, a editora Brasiliense iniciou a publicação da coletânea *Obras Escolhidas* com o volume 1, o qual consistia de dezoito textos e tinha com o título *Magia e Técnica, Arte e Política*.⁴⁰ O prefácio de Jeanne-Marie Gagnebin ao volume apresentava ressonâncias não explícitas ao contexto político e social da época, quando se verifica uma reformulação democrática, uma autocrítica da intelectualidade de esquerda e uma redefinição teórica da História (PRESSLER, 2006, p. 211). A própria Gagnebin destacou a importância das “Teses sobre o Conceito de História”. Além disso, ela ressaltou a formulação de uma teoria da experiência histórica como objetivo de Benjamin, dando enfoque às categorias tempo de agora

⁴⁰ O subtítulo fazia referência aos subtítulos franceses – *Mito e Violência* e *Poesia e Revolução* – e espanhóis – *Imaginação e Sociedade, Poesia e Capitalismo, Tentativas sobre Brecht e Para uma Crítica da Violência* (PRESSLER, 2006, p. 211).

(*Jetztzeit*), experiência (*Erfahrung*) e vivência (*Erlebnis*). Segundo ela, as reflexões de Benjamin nesse texto visavam o discurso histórico. Sua intenção era procurar no passado outra história, uma que desse conta dos sofrimentos e das esperanças frustradas (PRESSLER, 2006, p. 217). Gagnebin também comentou o desenvolvimento das ideias de Benjamin para pontuar o eixo central de sua reflexão teórica: a perda da capacidade de narrar a experiência coletiva e a necessidade de reconstrução dessa experiência a partir de uma nova forma de narratividade (PRESSLER, 2006, p. 217-218). O caráter aberto da obra de arte e das formas de narrar foi reconhecido por ela. Assim, ao comparar a escrita da história por Heródoto e Tucídides, ela exaltou a recusa do primeiro em explicar e interpretar, restringindo-se a narrar.

Ela se referia aos ensaios benjaminianos sobre Proust e Kafka para demonstrar a fixação de Benjamin pela abertura de sentido, buscando as semelhanças entre o passado e o presente, ou seja, a presença do presente no passado como prefiguração e do passado no presente na forma de alegoria e ruína. As teses sobre a História de Benjamin são comentadas a partir desse ponto de vista, fabricadas como produto de um materialismo marcado pela estética de Proust. Nessa concepção de História, presente e passado são transformados: o passado, pois sai do esquecimento, e o presente, pois passa a ser visto como possibilidade de realização de uma promessa do passado. Kafka, por outro lado, foi interpretado como um exemplo da perda da verdade, do sentido e da experiência. Dessa forma, enquanto Proust figura como salvação da memória, Kafka figura como o esquecimento (PRESSLER, 2006, p. 218).

Gagnebin ainda destacou a busca de Benjamin por coerência teórica sem que houvesse submissão a um sistema racional e científico, o que ele realizou por meio de suas figuras ou imagens de pensamento. Além disso, ela apresentou uma crítica à usual divisão entre uma etapa teológica e outra marxista na trajetória intelectual de Benjamin, pontuando uma complementaridade em que a esperança teológica da redenção se articula ao tema marxista da contra-memória dos vencidos (PRESSLER, 2006, p. 219). Zaidan (1989, p. 41) insiste com Kothe nessa divisão entre uma fase religiosa ou idealista e uma fase marxista ou materialista. Dessa coletânea apresentada por Gagnebin, Zaidan (1989, p. 33, 38, 87) utiliza como referências as teses sobre a História e os ensaios sobre o narrador e sobre a reprodutibilidade técnica.

Em 1985, Flávio René Kothe publicou uma antologia de textos benjaminianos sobre Baudelaire, intitulado *Walter Benjamin. Sociologia* (PRESSLER, 2006, p. 94, 206). A coletânea

foi uma sugestão de Florestan Fernandes e foi produzida em diálogo com Willi Bolle,⁴¹ quem organizava outra antologia de textos benjaminianos, mas sem contato com os organizadores do primeiro volume das *Obras Escolhidas* (PRESSLER, 2006, p. 212). No prefácio, Kothe insiste na divisão entre uma fase idealista e outra marxista no desenvolvimento do pensamento benjaminiano (PRESSLER, 2006, p. 137). Por publicar textos da fase materialista de Benjamin, ele afirmava ir na contramão do campo internacional dos estudos benjaminianos, cujo enfoque associava à fase idealista de Benjamin e a um suposto conservadorismo. A forma como os textos foram organizados, contudo, foi criticada por Michael Löwy⁴² por dificultar a apreensão do desenvolvimento cronológico das ideias benjaminianas (PRESSLER, 2006, p. 212). Pressler (2006, p. 212), por outro lado, defende que as informações presentes na apresentação de Kothe suprem essa lacuna.

As *Passagens* foram destacadas por Kothe, o qual colocou como principal contribuição benjaminiana a análise da relação entre o capitalismo industrial, a urbanização e o surgimento de novas formas de produção artística (PRESSLER, 2006, p. 212-213). Ele também ressaltou a necessidade de ler os textos benjaminianos à contrapelo, identificando na escrita a dependência de Benjamin em relação ao Instituto para Pesquisa Social. Essa situação teria como consequência certas reservas de Benjamin no que se refere ao marxismo, pois o instituto tinha como enfoque, na visão de Kothe, a expressão da minoria étnica judia, não da classe operária. Assim, Kothe enfatizou o caráter marxista de alguns momentos da obra benjaminiana, mas apontou que a análise cultural por vezes encobriria os aspectos socioeconômicos. Em concordância com Bertolt Brecht, ele salientou os perigos das implicações semânticas mítico-religiosas da noção de salvação ou redenção.

Kothe também comparou o livro sobre o drama barroco e a *Obra das Passagens* no que toca a articulação da dialética com o materialismo-histórico. As *Passagens* foram interpretadas por ele como uma autocrítica de Benjamin em relação ao livro *Origem do Drama Barroco Alemão* e como uma renovação metodológica e estética (PRESSLER, 2006, p. 213). Inconclusa e censurada, a obra serviria como inspiração temática para inúmeros intelectuais contemporâneos e posteriores (PRESSLER, 2006, p. 214).

⁴¹ Willi Bolle pesquisou autores brasileiros como Guimarães Rosa e Mário de Andrade, defendendo em 1984 a primeira tese de livre docência sobre Benjamin no Brasil, defendida na USP e intitulada *Tableaux Berlinoises*. Nesse trabalho, Bolle compara a experiência metropolitana em São Paulo com a experiência de Benjamin em Paris e na República de Weimar (PRESSLER, 2006, p. 132-133).

⁴² Na época, Michael Löwy lecionava na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*.

Os textos “Paris, capital do século XIX” e “A Paris do segundo império em Charles Baudelaire”, presentes na antologia organizada por Kothe, figuram entre as referências de Zaidan (1989, p. 87). Ao longo de *A Crise da Razão Histórica*, há uma citação do segundo texto, abordando as imagens de desejo presentes na consciência coletiva, as quais articulam o novo e o antigo (ZAIDAN, 1989, p. 56-57). Essas imagens seriam uma tentativa de superação e transfiguração das carências sociais, recuperando elementos do passado e gerando utopias.

No ano seguinte, em 1986, foi publicada a antologia *Documentos de Cultura, Documentos de Barbárie*, a qual foi organizada por Willi Bolle (PRESSLER, 2006, p. 210, 215). A coletânea consiste de vinte e dois textos de Benjamin, entre artigos, ensaios, resenhas e peças radiofônicas, dos quais treze eram inéditos (PRESSLER, 2006, p. 215). Diferentemente da coleção organizada por Kothe, *Documentos de Cultura, Documentos de Barbárie* não é referenciada por Zaidan, embora uma passagem do livro sobre o drama barroco alemão presente na coletânea seja citada por Zaidan (1989, p. 53) para diferenciar o símbolo e a alegoria.

Em 1987, Sérgio Rouanet publicou *As Razões do Iluminismo*. Nesse livro, ele criticou o conceito de razão utilizado pelas correntes historiográficas que se apropriaram do pensamento de Michel Foucault, Jacques Derrida e Walter Benjamin, pois as considerava marcadas pelo irracionalismo nietzscheano. Para ele, a crítica da Modernidade deveria ser orientada por autores como Karl Marx, Sigmund Freud, Max Weber, Theodor Adorno e Jürgen Habermas, sem negar a razão. Para isso, caberia reconhecer seu papel comunicativo e formular um Novo Iluminismo (PRESSLER, 2006, p. 249). Rouanet buscou formular uma razão que tivesse como capacidades a crítica e a autocrítica. Essa nova crítica teria como base a ética ou a normativa e seria o contraponto do que ele caracteriza como anarquismo, cegueira ou niilismo. Segundo ele, o irracionalismo teria assumido nessa época uma nova faceta: a do conformismo.

Sob esse prisma, Rouanet interpretou o “Prefácio Epistemológico” do livro benjaminiano sobre o drama barroco e concluiu que Benjamin não poderia ser o fundamento teórico do seu Novo Iluminismo, pois sua reflexão neoplatônica da noção de ideia seria uma negação da formulação de conceitos (PRESSLER, 2006, p. 250). Para ele, Benjamin teria se enganado sobre a possibilidade de uma mudança social radical na sua época, ou seja, o despertar da Modernidade. A partir disso, Rouanet concluiu que a pós-modernidade, apesar de caracterizada pela banalidade, seria uma continuidade do sonho moderno (PRESSLER, 2006, p. 251).

A principal contribuição benjaminiana para a construção do Novo Iluminismo de Rouanet foi a teoria do sonho e das imagens dialéticas. As imagens dialéticas possibilitariam o

despertar e a interpretação dos sonhos e dos “desejos imaginados de um mundo melhor”. Dessa forma, Rouanet propôs um “programa racional” baseado na noção benjaminiana de contra-memória dos vencidos (PRESSLER, 2006, p. 251).

Rouanet é o leitor brasileiro de Benjamin com o qual Zaidan (1989, p. 29, 31-32, 38, 40, 53, 55-57, 85, 87) mais dialogou, buscando enfatizar a importância do despertar na teoria benjaminiana do sonho e das imagens dialéticas, bem como a importância dessa teoria para a compreensão da alegoria moderna e do fetichismo da mercadoria. A partir dessa leitura, Zaidan (1989, p. 70) pontuou que Benjamin tematizaria o inconsciente e o irracional a serviço da razão para reconhecer os seus limites. Os elementos religiosos em sua obra seriam somente “o fermento crítico indispensável numa modalidade de pensamento que sempre recusou toda e qualquer forma de interpretação *definitiva* (e triunfalista) da História” (ZAIDAN, 1989, p. 70).

No mesmo ano da publicação de *As Razões do Iluminismo*, foi publicado o volume 2 das *Obras Escolhidas*, com a tradução de *Rua de Mão Única*, “A Infância em Berlim por volta de 1900” e os fragmentos de “Imagens de Pensamento” feita por Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa (PRESSLER, 2006, p. 205-206). Em 1989, ano da publicação de *A Crise da Razão Histórica* de Michel Zaidan Filho, foi publicado o volume 3 das *Obras Escolhidas*, o qual conta com textos sobre Baudelaire, incluindo os fragmentos “O Flâneur” e “Jogo e Prostituição” presentes na *Obra das Passagens* (PRESSLER, 2006, p. 206, 215). Esses volumes não foram utilizados como referências por Michel Zaidan Filho, apenas o primeiro volume da coleção *Obras Escolhidas*.

Nesse mesmo ano, Michael Löwy publicou *Redenção e Utopia. O Judaísmo Libertário na Europa Central*, em que um capítulo foi dedicado a Benjamin. Löwy abordou em seu livro a relação entre o messianismo e os movimentos revolucionários anarquistas e comunistas nas primeiras décadas do século XX (PRESSLER, 2006, p. 245). Assim como Gagnebin, Löwy foi criticado por Zaidan por uma suposta “recepção teológica” de Benjamin (ZAIDAN, 1989, p. 24, 40).

A partir do diálogo com autores como Merquior, Kothe, Rouanet, Gagnebin e Löwy, Michel Zaidan Filho (1989) buscou se apropriar da teoria benjaminiana em defesa da razão histórica. Em seu diagnóstico do contexto histórico vivido por ele, a razão moderna e o marxismo estariam passando por uma crise com o surgimento de um novo irracionalismo: a pós-modernidade.

3. A HISTÓRIA EM CRISE?

*No presente a mente, o corpo é diferente / E o passado é uma
roupa que não nos serve mais*
Belchior (na voz de Elis Regina)

O surgimento da renovação historiográfica brasileira dos anos 1980, com sua leitura de Walter Benjamin, foi percebido por Michel Zaidan Filho (1989) como uma crise do marxismo e da Modernidade e como o advento da pós-modernidade. Diante disso, o filósofo e historiador empreendeu sua defesa da razão histórica contra o que chamou de novo irracionalismo, apropriando-se para isso da teoria benjaminiana. *A Crise da Razão Histórica* se trata de uma fonte bibliográfica de natureza fragmentária, na medida em que compila sete ensaios e textos utilizados como base para conferências com diferentes temas, tendo como fio condutor a relação entre razão e História. Esse trabalho de reflexão teórica sobre a História e de crítica historiográfica implica uma narrativa sobre a historiografia brasileira, pois busca dar um sentido temporal às mudanças experienciadas no debate historiográfico daquele momento, como a apropriação de teorias e metodologias estrangeiras.

Os capítulos 1, 2, 3 e 5 tematizaram o que Zaidan (1989) percebeu como a crise da razão moderna e o surgimento de uma nova historiografia. O capítulo 1, *Razão e História*, foi apresentado originalmente no seminário *Marxismo e novas tendências na História, uma proposta de debate sobre da produção historiográfica atual*, realizado em Mariana, Minas Gerais (MG), em março de 1988. Nesse capítulo, Zaidan (1989, p. 15-17) apresenta muito brevemente o contexto de crise da Modernidade por ele percebido. O capítulo 2, *A “nova” historiografia brasileira*, serviu como base para um seminário de pesquisa histórica realizado em junho de 1988 no Departamento de História da UnB. Nesse capítulo, Zaidan (1989, p. 19-26) apresenta algumas características da pós-modernidade e introduz as matrizes intelectuais do que chamou de historiografia pós-moderna: Michel Foucault, a Nova História francesa e Walter Benjamin. O capítulo 3, *Uma história “pós-moderna”?*, por sua vez, foi redigido para o caderno especial *Dúvidas da Ciência* da revista *Humanidades*, publicada pela Editora da UnB (ZAIDAN, 1989, p. 11). Segundo uma nota no início do capítulo, o texto teria servido de base para um simpósio sobre a pós-modernidade e a História realizado na Universidade Federal de Pernambuco em agosto de 1988 (ZAIDAN, 1989, p. 27). Esse evento não foi registrado no currículo *Lattes* de Zaidan. Nesse capítulo, Zaidan (1989, p. 29-36) resumiu o pensamento de Walter Benjamin, especialmente no que se refere aos recursos da alegoria e da citação. A origem do capítulo 5, *O Novo Olhar do Historiador – A Recuperação da Narrativa Histórica e a Descoberta de Novos Objetos*, não foi especificada por Zaidan (1989). Em seu currículo *Lattes*,

consta um texto com o mesmo título, publicado em 1989 no “Suplemento Cultural do Jornal do Commercio”. Nesse capítulo, o historiador pernambucano analisou mais detidamente a historiografia das mentalidades e do cotidiano (ZAIDAN, 1989, p. 72-74).

O capítulo 4, *Imaginário e História – Uma Introdução ao Conceito de História em Walter Benjamin*, foi elaborado como um roteiro para um curso sobre a obra de Walter Benjamin, o qual foi ministrado nas universidades federais de Pernambuco, Sergipe e Brasília (ZAIDAN, 1989, p. 11). Segundo Pressler (2006, p. 226), Zaidan havia organizado um encontro homônimo em 1987 em Recife. O texto abordou o conceito benjaminiano de crítica, a linguagem alegórica, o tema da contra-memória dos oprimidos e os conceitos de experiência e messianismo (ZAIDAN, 1989, p. 42). Nesse capítulo, a característica caleidoscópica do livro chegou ao seu auge com uma construção textual a partir de fragmentos escritos por diversos autores como Homero, Theodor Adorno, Franz Kafka, o próprio Zaidan e alguns de seus alunos, como Kátia Gonçalves, Luis Marcelo e Carlos Alexandre Rocha (ZAIDAN, 1989, p. 45-51, 61-65). Além disso, Zaidan utilizou a letra da canção “Alegria, Alegria” de Caetano Veloso e o texto “Perda da Auréola” de Charles Baudelaire como exemplos de alegoria (ZAIDAN, 1989, p. 58-60). As diversas vozes textuais presentes nessa montagem foram chamadas por Zaidan (1989, p. 43) de interferências críticas e literárias.

Os últimos dois capítulos enfocaram a obra de Marx. O capítulo 6, *Marx: Dimensões*, serviu de base para uma palestra sobre a relação entre positivismo e marxismo para o IIº Seminário de História (1984) organizado pelos alunos da graduação em História do campus de Campina Grande da UFPB. Também foi apresentado na *XXXVI Reunião Anual da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência* (1989) em São Paulo (ZAIDAN, 1989, p. 77). No currículo *Lattes* de Zaidan, há um texto homônimo que teria sido publicado no volume 4 da *Presença: Revista de Cultura e Política*. Esse texto também teria sido publicado em 1987 sob o título “Marx e a História” no volume 4 da revista *Brasil em Debate*. A origem do capítulo 7, *Teleologia e Causalidade na Obra de Marx*, assim como a do capítulo 5, não foi especificada por Zaidan (1989). Também não foi possível encontrar indícios sobre a sua origem no currículo *Lattes* do filósofo e historiador pernambucano.

Neste capítulo do presente, analiso *A Crise da Razão Histórica* (1989) em relação ao embate entre modernos e pós-modernos e à apropriação da teoria elaborada por Walter Benjamin. No primeiro subcapítulo, exploro a compreensão de Zaidan (1989) da Modernidade, associada por ele ao iluminismo, ao positivismo e ao marxismo, e da pós-modernidade, caracterizada pela apropriação do pensamento de Michel Foucault, da Nova História francesa

e de Walter Benjamin. Isso é feito a partir da análise dos capítulos. No segundo subcapítulo, examino mais detidamente a apropriação das noções benjaminianas presentes em *A Crise da Razão Histórica* (1989).

3.1 Modernidade e pós-modernidade

Dois pobres inválidos, bem velhinhos, esquecidos numa cela de asilo. [...] O mais velho acabou morrendo, para alegria do segundo, instalado afinal debaixo da janela.

Dalton Trevisan

As noções de Modernidade e pós-modernidade foram centrais na defesa da razão histórica empreendida por Zaidan (1989) em *A Crise da Razão Histórica*. A Modernidade foi associada por ele ao iluminismo, ao marxismo e ao positivismo (ZAIDAN, 1989, p. 15-16). Em concordância com Foucault, ele pontuou que o primeiro teria sido inaugurado com o discurso de Kant sobre a coragem de saber e a ousadia de autodeterminação humana a partir do uso autônomo da razão (ZAIDAN, 1989, p. 15). Dessa forma, teriam sido imputadas potencialidades emancipatórias à razão, possibilitando que a humanidade se libertasse do que Zaidan (1989, p. 15) chamou de superstição e despotismo. A razão, o espírito crítico e a liberdade figuram, assim, como capacidades associadas entre si. O positivismo, por sua vez, foi definido por Zaidan (1989, p. 15) como uma tradição intelectual que valoriza a razão “pela sua capacidade de controlar, prever, supervisionar – para intervir na realidade” e pela “posse de uma legalidade causal, seja da natureza ou da História”. Essa tradição intelectual seria caracterizada por uma hipertrofia da face pragmática da razão.

Como visto no primeiro capítulo do presente trabalho, no que se refere à historiografia marxista, Zaidan (1989, p. 24, 39, 74, 85) se limitou a breves referências a Ciro Cardoso e Edgar de Decca. O pensamento marxiano, em contrapartida, foi abordado com mais profundidade nos últimos dois capítulos de *A Crise da Razão Histórica*. Partindo de uma avaliação de 1859 de Marx a respeito de sua própria carreira intelectual, Zaidan (1989, p. 77-78) abordou a ambiguidade, dicotomia ou tensão dialética entre determinismo (causalidade) e luta de classes (objetivação) no pensamento de Marx. Embora Zaidan (1989) não evidencie isso, é possível supor pela data que essa autoavaliação de Marx se trate do livro *Uma Contribuição para a Crítica da Economia Política* (1859).

Nesse autoexame de Marx, o historiador pernambucano percebeu um silêncio em relação a algumas obras marxianas. As quatro exceções seriam *A Miséria da Filosofia* (1847), o *Manifesto do Partido Comunista*, o *Discurso sobre o Livre Comércio* (ambos de 1848) e uma série incompleta de artigos intitulada *Trabalho Assalariado e Capital* (1849). Segundo Marx, a

primeira foi onde havia exposto pela primeira vez os fundamentos de seu método científico. Zaidan (1989, p. 77) também pontuou que os *Manuscritos Econômicos-Filosóficos* (1844), a *Sagrada Família* e as *Teses sobre Feuerbach* (ambas de 1845) não foram mencionados pelo filósofo alemão no seu autoexame de 1859, enquanto *A Ideologia Alemã* (1846) só foi referida como um trabalho abandonado por ele e Engels.

Esse silêncio sobre suas próprias obras foi compreendido por Zaidan (1989, p. 77) como um “índice” dessa ambiguidade entre determinismo e causalidade. Estas seriam esferas de determinação ontológica da realidade que figurariam por vezes isoladas, paralelas ou sobrepostas na obra marxiana. Os exemplos citados por Zaidan (1989, p. 77-78) foram a abertura do *Manifesto*, o prefácio à edição alemã de 1883 e o prefácio à *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1859), em que a produção econômica e a estrutura social dela decorrente foram colocadas como base da história política e intelectual de uma dada época.

Para Zaidan (1989, p. 78), seria um desafio manter o equilíbrio entre os dois polos dessa dicotomia. Por vezes, a obra de Marx seria considerada um “discurso (positivo) do método das Ciências Sociais e Históricas” e, por vezes, uma “concepção do mundo como outra qualquer”. Em relação ao primeiro caso, Zaidan (1989, p. 78) citou um trecho dos *Manuscritos Filosóficos-Econômicos* e outro de *O Capital*, em que Marx prenunciava a assimilação da História às ciências da natureza e a criação de uma única ciência.

De acordo com Zaidan (1989, p. 78), o fio condutor da relação entre natureza e sociedade no desenvolvimento do pensamento marxiano seria apenas aparente. O primeiro momento da filosofia marxiana seria marcado por uma dialética da sociabilidade mediada pelo trabalho. Nessa dialética, a separação entre humano e natureza seria artificial (ZAIDAN, 1989, p. 79). Cada um só existiria em relação ao outro, formando uma unidade, cuja definição mais elaborada seria a práxis e cuja materialidade teria o trabalho como fundamento ontológico. O trabalho também seria o responsável pela objetivação da subjetividade e pela subjetivação da objetividade. Dessa forma, a ontologia do ser social teria o trabalho como núcleo central, enquanto a epistemologia teria como eixo a dialética entre objetividade e subjetividade, materializada pela práxis.

O segundo momento do pensamento marxiano, para Zaidan (1989, p. 79), seria o discurso do método, exemplificado pelos prefácio e posfácio de *O Capital*, os quais subordinariam o desenvolvimento social ao natural, deslizando para o que Zaidan (1989, p. 79) chama de evolucionismo e positivismo. Além disso, a mediação realizada pelo trabalho teria sido ocultada pela busca de leis naturais e históricas. Nesses textos, Marx apresentou sua ciência

como uma continuidade em relação à economia política formulada por Adam Smith (1723-1790) e David Ricardo (1772-1823). Nessas reflexões, a realidade foi apreendida de forma positiva por leis econômicas que foram equiparadas às leis naturais (ZAIDAN, 1989, p. 79). Dessa forma, o discurso do método da *Crítica da Economia Política* foi separado dos pressupostos ontológicos negativos (ZAIDAN, 1989, p. 79-80). O que antes era visto como objetivação fetichizada das relações sociais numa sociedade alienada e alienante (a sociedade burguesa) passou a ser visto como leis materiais ou objetivas (ZAIDAN, 1989, p. 80).

Com essa transformação da ontologia dialética em um discurso positivo sobre o método, a *Crítica da Economia Política* teria se tornado uma Economia Política marxista e perdido seu vigor negativo e crítico, substituindo a categoria trabalho pela busca de nexos causais que explicassem as transformações sociais. O materialismo dialético teria surgido dessa conversão metodológica em que a ontologia do ser social passou a ser uma ontologia do ser em geral (ZAIDAN, 1989, p. 80).

Essa ontologia foi caracterizada por Zaidan (1989, p. 80) como uma “apreciação positivista do resultado das várias ciências da natureza” em que a dialética da sociabilidade se tornou uma “dialética da natureza, cujo motor” seria uma contradição abstrata, demasiadamente abrangente e, portanto, inútil. Nesse discurso do método, ocorreria o que Zaidan (1989, p. 80) qualificou como naturalização da história, cuja maior expressão seria o materialismo histórico, ou seja, a aplicação da ontologia do ser em geral ao campo social e à história, o que resultaria em uma “teoria setorial, fatorialista, evolutiva e determinista”. Ele citou como exemplos o *Materialismo Histórico* (1921) de Nikolai Bukhárin (1888-1938), *Os Princípios do Marxismo* (1908) de Georgi Plekhânov (1856-1918) e o *Materialismo Dialético e Materialismo Histórico* (1938) de Josef Stálin (1878-1953). A partir daí, a herança de Marx passou à berlinda, entre ser um “discurso do método das ciências sociais e históricas em geral [...] dissociado de seus pressupostos ontológicos originais” ou uma visão de mundo privada de potencial crítico e validade científica, como outra qualquer (ZAIDAN, 1989, p. 80).

Zaidan (1989, p. 81) prosseguiu com uma reflexão sobre a relação entre teleologia e causalidade no pensamento marxiano. Segundo ele, a primeira seria a ciência dos fins, enquanto a segunda seria a ciência das causas. O pensamento teórico anterior a Marx tendia a enfatizar uma em detrimento da outra. Por vezes, isso resultava num enfoque na construção subjetiva da realidade e, por outras, restringia o sujeito à determinação do objeto. O primeiro caso corresponderia ao idealismo, enquanto o segundo equivaleria ao que chamou de materialismo grosseiro, associado ao século XVIII. Ambos seriam abstrações, limitando-se a tomar um

aspecto da realidade pela totalidade. A dialética marxiana do trabalho seria caracterizada por uma tensão entre sujeito e objeto, liberdade e causalidade, humanidade e natureza.

Nesse contexto, Zaidan (1989, p. 81) reintroduziu a categoria práxis, identificando-a à categoria trabalho. Essas categorias seriam, de acordo com ele, as que melhor traduziriam essa tensão dialética presente no pensamento marxiano, possibilitando um deslocamento do domínio teórico para as ciências sociais e para a história (ZAIDAN, 1989, p. 81). Dessa forma, o trabalho foi equiparado por ele ao fundamento ontológico da humanidade, pois foi o meio encontrado pelo humano para satisfazer suas necessidades e construir sua realidade e subjetividade a partir da matéria-prima oferecida pela natureza pré-existente (ZAIDAN, 1989, p. 81-82).

A busca de Zaidan (1989, p. 82) era por uma resposta dialética à relação entre necessidade (ou determinação) e liberdade no campo social. Para ele, um primeiro passo seria reconhecer uma necessidade social aparente. Disso decorreria a busca por uma legalidade causal empreendida pelos cientistas sociais. O segundo passo seria vincular essa necessidade a uma totalidade, a sociedade burguesa, e à reificação das relações sociais produzida pelo capitalismo, as quais subsidiariam a interpretação da constituição da legalidade causal e da imagem da história enquanto encadeamento natural de eventos (ZAIDAN, 1989, p. 82).

Para Zaidan (1989, p. 82), estudar a sociedade e a história a partir de leis independentes da vontade humana seria o mesmo que ignorar o potencial negativo e crítico da teoria da reificação, o que decorreria na transformação do materialismo histórico em um saber positivista e na sua desvinculação da práxis enquanto pressuposto (ZAIDAN, 1989, p. 82-83). De acordo com o historiador pernambucano, a prática política orientada e legitimada ideologicamente por um saber desse tipo estaria sujeita ao risco de se tornar oportunista (ZAIDAN, 1989, p. 83).

A partir dessas reflexões, Zaidan (1989, p. 83) distinguiu, esquematicamente, três interpretações da obra de Marx. A primeira foi chamada por ele de “empiricismo cego e despolitizador”, que privilegiaria a pesquisa em detrimento da construção teórica. Essa perspectiva foi associada por ele ao positivismo e consistiria em um movimento em direção aos arquivos e acervos documentais sem clareza sobre a definição do objeto de pesquisa e sem o amparo de pressupostos teóricos e historiográficos. Ainda de acordo com ele, essa seria a concepção dominante na formação dos alunos da graduação em História (ZAIDAN, 1989, p. 83).

A segunda postura historiográfica identificada por Zaidan (1989, p. 83-84) seria a oposta, em que o referencial teórico figuraria como um saber cristalizado e dogmático, atribuindo um papel secundário à pesquisa documental. Nesse caso, o objeto de estudo e a

realidade seriam forçados a se adequarem à teoria, entendida como algo dado, pronto e acabado. A pesquisa, por outro lado, seria vista como uma formalidade descartável, pois as conclusões já estariam prefiguradas pela teoria.

A última perspectiva por ele identificada foi uma síntese dialética entre a pesquisa e a teoria, sem que houvesse uma reificação ou separação das duas (ZAIDAN, 1989, p. 84). Nessa concepção, haveria uma busca pela construção de categorias a partir da própria análise do objeto (ZAIDAN, 1989, p. 83). Assim, não se confundiria o objeto de estudo com o acervo documental, nem se perceberia a teoria como um saber formal que serviria a qualquer objeto. Dessa forma, as relações dialéticas entre sujeito e objeto, teoria e prática e método e objeto seriam preservadas (ZAIDAN, 1989, p. 84).

As três posturas em relação à obra marxiana identificadas por Zaidan (1989, p. 83-84) poderiam ser interpretadas, de acordo com ele, como resultado do autodidatismo e da desorientação dos alunos. Zaidan (1989, p. 84) atribuiu esse problemas à formação teórica e metodológica oferecida pelos professores aos estudantes. Dessa forma, caberia uma reflexão sobre a concepção de história assumida e sobre a função exercida pela teoria e pela pesquisa na produção do conhecimento histórico, além do compromisso político e social implicados na profissão. Sendo a crítica a exigência fundamental do pensamento científico, caberia submeter a própria formação e o trabalho historiográfico a um exame rigoroso para contribuir para um equilíbrio entre teoria e prática e entre método e objeto no fazer historiográfico dos estudantes (ZAIDAN, 1989, p. 84).

Com isso em vista, Zaidan (1989, p. 83) apresentou sua proposta de restituir a práxis ao centro da teoria marxiana de análise social como uma necessidade para a construção de uma nova história e de uma sociedade mais livre e justa, reconhecendo o papel do trabalho na produção da realidade social. Não seria o caso de recuperar o velho projeto iluminista, especialmente sua face positivista, contra o que ele chamou de irracionalismo, mas de reconhecer os limites desse projeto e buscar outro paradigma para a racionalidade, com o auxílio dos recursos benjaminianos da alegoria e da citação (ZAIDAN, 1989, p. 12, 16, 26-27, 36; CEZAR, 2015, p. 449). O pior tipo de irracionalismo, para Zaidan (1989, p. 17, 26) seria o não reconhecimento dos limites da razão. Caberia, assim, uma denúncia dos fundamentos ideológicos e irracionais do discurso que se pretende científico e uma reflexão crítica sobre a modernidade e sobre a relação entre razão e História para erigir o conceito de razão sobre novos alicerces (ZAIDAN, 1989, p. 16-17). Assim, Zaidan (1989, p. 25, 75) propôs, com base na

filosofia de Habermas, uma razão comunicativa⁴³ como novo paradigma (CEZAR, 2015, p. 449).

Dessa forma, Zaidan (1989, p. 15-16) situou o marxismo na Modernidade, estando essa tradição intelectual comprometida com o ideal emancipatório da razão postulado pela concepção kantiana de iluminismo. O historiador pernambucano também reconheceu a participação do marxismo, por vezes, no uso de uma razão positiva, já que essa corrente intelectual buscou construir uma ciência histórica por meio da formulação de uma legalidade causal, tendo como horizonte a intervenção na realidade e sendo o fundamento de movimentos pela transformação social (ZAIDAN, 1989, p. 16). Zaidan (1989, p. 15, 27) também admitiu que o potencial emancipatório da razão iluminista foi atualizado de maneira desigual, em proveito da razão positiva e sua faceta manipulatória e instrumental, e que o legado da Modernidade seria responsável por grande parte dos problemas enfrentados pela humanidade, incluindo a concentração de renda, o Terrorismo de Estado, a destruição dos ecossistemas e a ameaça de destruição nuclear (ZAIDAN, 1989, p. 16, 19, 26, 37). Para ele, a denúncia da razão elaborada no século XX, sobretudo depois da teoria psicanalítica do inconsciente e da crítica à ideologia, tornava-se, na década de 1980, uma campanha contra a razão em geral, principalmente sobre seu aspecto instrumental e como dispositivo de poder. Ele caracterizou a pós-modernidade pela rejeição das grandes sínteses, do conhecimento das causas fundamentais e de um sentido único para a História. Dessa forma, o processo histórico passaria a ser visto sob o ponto de vista da indeterminação e como um espaço de livre criação pelos sujeitos (ZAIDAN, 1989, p. 16).

Nesse sentido, a crise do marxismo e o surgimento de novas metodologias históricas foram compreendidos por Zaidan (1989, p. 16) como uma crise da razão instrumental, técnica e positiva, constituindo um embate entre razão e desrazão, entre modernidade e conservadorismo (ZAIDAN, 1989, p. 16). Esse quadro teria como principais fatores a condenação do modelo leninista de organização política e das teorias da História que reivindicam a razão⁴⁴ a partir de uma recuperação da crítica cultural nietzscheana que, segundo Zaidan (1989, p. 19-20, 37), encontraria sua maior expressão na obra de Michel Foucault. A reflexão sobre a capilaridade do poder, segundo Zaidan (1989, p. 20), já teria sido feita por Antônio Gramsci e pelos frankfurtianos, porém o filósofo francês teria uma influência maior na

⁴³ Cezar (2015, p. 449) destaca, com razão, que Zaidan só se refere a Habermas em um dos capítulos em que se propõe a construção de uma razão comunicativa.

⁴⁴ Zaidan (1989, p. 19) menciona Claude Lefort e Cornelius Castoriadis como exemplos de autores responsáveis pela condenação do modelo leninista de organização política e de teorias da História que reivindicam a razão.

onda irracionalista identificada por ele, principalmente no campo da História. Essa onda irracionalista teria início em 1968, sendo caracterizada por uma suspeita metódica em relação aos valores ocidentais da Verdade, Liberdade e Felicidade (ZAIDAN, 1989, p. 37). Nesse quadro de descrédito da razão, o discurso científico passaria a ser encarado como uma estratégia de poder, enquanto a realidade objetiva seria reduzida ao conflito entre práticas discursivas (ZAIDAN, 1989, p. 38). Essa atmosfera de crise do fim de século também seria caracterizada pelo recurso ao espiritualismo e por um surto de orientalismo (ZAIDAN, 1989, p. 38-39).

Para Zaidan (1989, p. 20), a tensão verificada no campo da historiografia no fim do século XX seria uma atualização da polarização entre vida e razão, experiência imediata e abstração, atualidade e história. Esse debate entre uma visão experiencial e cíclica e outra providencialista da história já teria sido feito, em outras épocas, entre Agostinho de Hipona (354-430) e Tomás de Aquino (1225-1274), entre Nicolau Maquiavel (1469-1527) e Giambattista Vico (1668-1744), entre Augusto Comte (1798-1857) e Wilhelm Dilthey (1833-1911), e entre Karl Marx e Søren Kierkegaard (1813-1855) (ZAIDAN, 1989, p. 20). Essa discussão seria atualizada, contudo, num cenário de uma profunda crise da modernidade, resultante da contradição entre o capitalismo monopolista e o socialismo real (ZAIDAN, 1989, p. 20; ABREU, 2012, p. 26).

Essa crise seria acompanhada do advento da sociedade pós-moderna, engendrada a partir da soberania do signo, da informática e dos meios de comunicação de massas (ZAIDAN, 1989, p. 20, 28). A pós-modernidade foi definida por Michel Zaidan como um período em que há uma elisão da referencialização do real e da substancialização do sujeito (ZAIDAN, 1989, p. 20-22, 28-29; ABREU, 2012, p. 27; CEZAR, 2015, p. 448-449), além de outras características, como o surgimento de um proletariado de colarinho branco (com sua forma imediatista e corporativista de associação política), o predomínio do setor de serviços⁴⁵ na economia e a centralidade que assumem as mídias, principalmente as digitais. Nesse contexto, há uma proeminência dos aspectos de imagem, de aparência, de representação e de simulacro da realidade (ZAIDAN, 1989, p. 21; ABREU, 2012, p. 27; CEZAR, 2015, p. 448).

O avanço dos meios de reprodução tecnológica seria a base dessa perda de referenciais, obrigando a operação com a cópia do real (ZAIDAN, 1989, p. 28). Isso teria como consequência o caráter intertextual da historiografia, que passaria a abordar somente textos e representações ideológicas da realidade em detrimento da realidade objetiva em si (ZAIDAN, 1989, p. 21, 71).

⁴⁵ A secundarização do setor produtivo em proveito do setor de serviços teria como consequência a prevalência do desempenho e da performance (ZAIDAN, 1989, p. 21).

A historiografia passaria, assim, a abordar a História e a sociedade como um sistema de signos e uma construção imaginária em termos de representação, discurso ou simulação (ZAIDAN, 1989, p. 71; ABREU, 2012, p. 27). Essas interpretações seriam baseadas em uma economia política da significação e no pressuposto de que os meios de comunicação de massa e as mentalidades produziram os fatos e a História (ZAIDAN, 1989, p. 71). Isso decorreria, de acordo com Zaidan (1989, p. 71-72), no que ele chamou de neokantismo e nominalismo, em que a História seria reduzida à experiência particular do historiador e a realidade seria incognoscível, privilegiando a vida, a experiência e a intuição nas interpretações.

O sujeito, por sua vez, seria fragmentado, formando um conjunto de prazeres gerenciados pela sociedade de consumo e pela indústria cultural (ZAIDAN, 1989, p. 21-22, 29). Essa fragmentação teria como consequência a elevação de tudo à condição de objeto histórico. O mundo histórico se tornaria, assim, um caleidoscópio de objetos microscópicos, sem sentido, razão, hierarquia ou nexos causais (ZAIDAN, 1989, p. 22, 29; ABREU, 2012, p. 27). Dessa forma, o conhecimento histórico perderia seu substrato ontológico e não haveria um sujeito autoconsciente, racional e unificado com a capacidade de dar sentido ao mundo (ZAIDAN, 1989, p. 22). Dessa forma, o real seria subordinado “a um processo de significação sem referente, ou auto-referenciado [*sic*]” (ZAIDAN, 1989, p. 28). O caráter fragmentário e ruinoso da realidade e sua abertura de sentido levariam a uma relatividade do saber, a uma pluralidade de pontos de vista e a uma incapacidade de produzir sínteses ou totalidades (ZAIDAN, 1989, p. 28-29). A História, com seus temas, métodos e objetos se tornaria, na Nova República, matéria para uma indústria cultural altamente rentável, entretendo um público novo e crescente (ZAIDAN, 1989, p. 39, 71).

Nesse quadro, a política e seus objetivos passariam por uma redefinição, já que a preocupação com o futuro desapareceria diante da falta de sentido da História. O objeto da política passaria, assim, a ser definido pelo cotidiano e pela imediatez. Também haveria uma substituição da imagem da revolução enquanto evento político coletivo por uma multiplicidade de transformações moleculares sem uma estratégia unificadora. Disso decorreria certa apatia e corporativização da sociedade pós-moderna (ZAIDAN, 1989, p. 22).

Zaidan (1989, p. 22-23, 39) ressaltou a coincidência do advento da nova historiografia com o fim da ditadura civil-militar e as transformações resultantes de um processo de modernização empreendido pelo capitalismo monopolista de Estado, com destaque para o surgimento de uma indústria cultural e o aprofundamento da dependência cultural e ideológica em relação aos EUA e à Europa (ZAIDAN, 1989, p. 22-23, 39; ABREU, 2012, p. 26). Embora

reconheça as virtualidades reveladoras e democratizantes dessa indústria cultural, em diálogo com Carlos Nelson Coutinho, Zaidan (1989, p. 38-39) a caracterizou como um instrumento de enquadramento ideológico das massas, com efeitos alienantes e manipulatórios. Segundo Zaidan (1989, p. 39), o irracionalismo em voga seria matéria prima para o mercado editorial, com o recrutamento de quadros do corpo docente das universidades públicas e das colunas literárias dos principais periódicos de circulação nacional. O debate sobre a indústria cultural, por sua vez, seria marcado por uma postura maniqueísta, oscilando entre a admiração basbaque do campo da comunicação social e a recusa dogmática de setores de esquerda (ZAIDAN, 1989, p. 39).

A nova historiografia foi caracterizada por Zaidan (1989, p. 23-26) como o conjunto de historiadores que se apropriaram de Michel Foucault, da *Nouvelle Histoire* e de Walter Benjamin⁴⁶ (PRESSLER, 2006, p. 226). O primeiro teria sido utilizado em dissertações de mestrado para estudar os loucos, os homossexuais, as prostitutas e os leprosos, transformando-se em uma referência intelectual central para essas pesquisas, apesar da oposição de Foucault a toda e qualquer referência. Zaidan (1989, p. 23) criticou a apropriação da fase pós-estruturalista de Foucault em detrimento da fase característica do terceiro volume da *História da Sexualidade* (CEZAR, 2015, p. 449). Essa apropriação do filósofo francês teria se dado em proveito da revolta anarquista contra a razão disciplinar, normalizadora e tecnocrática (ZAIDAN, 1989, p. 23), o que parece ser uma crítica indireta de sua parte ao trabalho de Margareth Rago.

A Nova História e sua diversidade de métodos e objetos, por sua vez, foi caracterizada por Zaidan (1989, p. 23) como uma moda motivada pelo deslumbramento com temas não usuais e heterodoxos, os quais foram tradicionalmente ignorados pela historiografia moderna (ABREU, 2012, p. 26). Entre as novidades temáticas, o historiador pernambucano destacou o sexo, o prazer, a moda, o cheiro, o sonho e a feitiçaria (ZAIDAN, 1989, p. 23; ABREU, 2012, p. 26). Essa historiografia também seria marcada pela projeção anacrônica de questões da década de 1980 sobre épocas passadas como o período colonial, o medievo e a antiguidade (ZAIDAN, 1989, p. 23; CEZAR, 2015, p. 449). A heterogeneidade, o pragmatismo metodológico e o ecletismo seriam, de acordo com Zaidan (1989, p. 24), traços comuns a toda a Escola dos *Annales*.

Com base na análise das propostas teórico-metodológicas de Jacques Le Goff, Phillipe Ariès, Emmanuel Le Roy Ladurie, Paul Veyne e Carlo Ginzburg, Zaidan (p. 72-74) esboçou

⁴⁶ Abreu (2012, p. 26) destacou o papel de Foucault e da *Nouvelle Histoire* na caracterização da nova historiografia feita por Zaidan (1989), relegando Benjamin ao segundo plano.

algumas observações sobre o que considerava a Nova História. Uma primeira característica seria o relaxamento dos limites entre história, literatura, arte e mito. Outra marca dessa historiografia seria o combate à falsa neutralidade postulada pelo positivismo e às grandes sínteses deterministas e teleológicas, as quais foram frequentemente identificadas com o marxismo. Também haveria o resgate da dimensão crítica e utópica da profissão e o uso da fantasia, do jogo e da ilusão como recursos contra concepções triunfalistas e definitivas (ZAIDAN, 1989, p. 72).

Além disso, o relativismo tomado de empréstimo dos antropólogos possibilitaria a recusa a uma única causa e a um único sentido para a História e a ênfase na descontinuidade, na ruptura e na diferença entre as culturas, sociedades e épocas estudadas (ZAIDAN, 1989, p. 72). Essa crítica ao etnocentrismo estimularia a explicação de cada cultura por seus próprios referenciais, seu sentido e suas causas (ZAIDAN, 1989, p. 72-73). Isso decorreria numa completa ausência de sentido ou multiplicidade de sentidos e causas possíveis, em que cada fragmento da realidade teria seu mistério a ser decifrado. Esse olhar antropológico seria definido pela contemplação da estranheza do objeto e teria como objetivo a revisão crítica do próprio cotidiano e a apresentação do todo a partir dos fragmentos reunidos. Assim, o etno-historiador seria aquele preocupado com a dimensão micro e capilar da reprodução social (ZAIDAN, 1989, p. 73).

Esse olhar antropológico também conduziria a dois temas de preferência dos novos historiadores: o cotidiano e a mentalidade. Nesse contexto, haveria uma reabilitação política do cotidiano, o qual deixaria de ser visto como esfera da alienação. Zaidan (1989, p. 73) buscou diferenciar aqueles que realizaram o que chamou de micro-história, na qual haveria uma pulverização da sociedade em um conjunto de anedotas, dados dispersos e instantâneos, daqueles, como Le Goff, que se empenharam em uma análise dos sistemas históricos para interpretar o funcionamento do cotidiano. Tratava-se de diferenciar, respectivamente, aqueles que utilizavam o cotidiano como entretenimento literário daqueles que buscavam elucidar a totalidade histórica a partir de fragmentos (ZAIDAN, 1989, p. 73).

No que se refere à história das mentalidades, Zaidan (1989, p. 74) também buscou diferenciar aqueles que a compreenderam como uma esfera autônoma ou independente da sociedade, ou mesmo como sua infraestrutura, daqueles que procuraram compreender as principais obras em um meio sócio-cultural inserido num quadro material e econômico. Outras possibilidades seriam ainda a reconstrução da diferença entre o passado e o presente como

realizada por Ginzburg e a projeção anacrônica de questões atuais como a homossexualidade⁴⁷ e o feminismo para o passado como realizada por Paul Veyne e Philippe Ariès.

Com base em Ginzburg, Zaidan (1989, p. 74) fez duas observações críticas. A primeira crítica recaiu sobre o enfoque nos elementos inertes e obscuros de uma dada visão de mundo, como as sobrevivências, permanências, arcaísmos, afetividades e irracionalidades. A segunda crítica incidiu sobre a tendência a colocar as mentalidades coletivas a partir de uma perspectiva interclassista, sem diferenciar os elementos culturais referentes a cada classe social.

Além disso, tendo Ciro Cardoso como referência, Zaidan (1989, p. 24) criticou a Nova História por colocar a mentalidade no lugar da economia como infraestrutura determinante do social ou ainda como uma esfera social independente das outras (ZAIDAN, 1989, p. 24, 74). Ele também criticou a obsessão pela Antropologia como fundamento para o estudo de temas como o inconsciente coletivo, a festa, o ritual, a sensibilidade, a sociabilidade e o cotidiano. A interdisciplinaridade ocuparia a lacuna deixada pela falta de uma teoria do social, incorporando elementos aleatórios de outras (in)disciplinas, como a sociologia, a economia e a demografia (ZAIDAN, 1989, p. 24).

Por fim, a nova historiografia brasileira se caracterizaria, segundo Zaidan (1989, p. 24-25), por uma apropriação particular de Walter Benjamin, com estudos sobre a literatura, os meios de comunicação de massas e a história política e sindical do país. Nesse sentido, as principais características do que Zaidan (1989, p. 29) chamou de historiografia pós-moderna seriam a alegoria e a citação, sendo Benjamin considerado por alguns como o precursor dessa historiografia. O ensaio sobre a reprodutibilidade teria sido considerado, segundo Zaidan (1989, p. 29) uma antecipação da reflexão sobre a cultura do simulacro, o que o historiador pernambucano contrasta com o otimismo de Benjamin em relação ao avanço tecnológico. Os trabalhos sobre a alegoria e sobre o conceito de História, por sua vez, seriam o fundamento para uma leitura irracionalista da cultura e da (in)disciplina (ZAIDAN, 1989, p. 29). Além disso, Benjamin seria a grande inspiração historiográfica para a denúncia do existente e das possibilidades que poderiam ter sido efetivadas, mas que foram inibidas pelo processo histórico, embora Zaidan (1989, p. 72) tenha considerado equivocada a recuperação da memória histórica a partir dos conceitos benjaminianos de experiência e salvação.

Ao discorrer sobre a postura de Zaidan em *A Crise da Razão Histórica* (1989), Temístocles Cezar (2015, p.450) pontua que não fica evidente “o que exatamente o incomoda

⁴⁷ Como dito anteriormente, Zaidan (1989, p. 74) se referiu ao fenômeno como “homossexualismo”, termo em desuso pela conotação de doença.

em termos teóricos e mesmo políticos, nem, enfim, qual seria o grande mal que se dissimularia por trás do que chama de relativismo ou de irracionalismo”. Ele também aponta que Zaidan se coloca como um “crítico do marxismo ortodoxo e como um interlocutor dos ‘novos’ historiadores que não violentem a razão moderna”, buscando se diferenciar de Ciro Cardoso (CEZAR, 2015, p. 450).

3.2 Figurações de Walter Benjamin

*Vem amor / Que um paraíso / Num abraço amigo / Sorrirá
pra nós*

Arnaldo Baptista, Élcio Decário e Rita Lee

Em primeiro lugar, caberia descrever a percepção de Zaidan (1989, p. 24-25, 40-41) sobre o campo brasileiro dos estudos benjaminianos enquanto uma arena de embates ideológicos. Nesse cenário, ele distinguiu pelo menos três formas de apropriação da teoria benjaminiana.

A primeira seria a apropriação teológica realizada por Jeanne-Marie Gagnebin e Michael Löwy, a qual enfatizaria os motivos religiosos e teológicos na obra benjaminiana, sua leitura talmúdica dos textos históricos e sua concepção messiânica e fragmentária da História. Gagnebin recorreria à mística judaica para explicar a associação entre a alegoria e a concepção barroca da História, enquanto Löwy criticaria as leituras marxistas dos últimos textos de Benjamin, denominando-o teólogo da revolução (ZAIDAN, 1989, p. 24, 40).

A segunda forma de apropriação da obra benjaminiana seria a leitura freudiana ou psicanalítica empreendida por Sérgio Paulo Rouanet, a qual inscreveria Benjamin nas fileiras do racionalismo crítico moderno, dando destaque à teoria das imagens dialéticas e às instâncias do despertar. Para Rouanet, Benjamin teria realizado uma leitura psicanalítica da sociedade burguesa parisiense do século XIX a partir dos escritos de Baudelaire (ZAIDAN, 1989, p. 24, 40-41). Zaidan (1989, p. 70) buscou se alinhar à proposta racionalista, elaborada por Rouanet, de um Novo Iluminismo.

A terceira apropriação de Benjamin identificada por Zaidan (1989, p. 25, 41) seria a conversão comunista e marxista-ortodoxa realizada por Flávio René Kothe, a qual enfatizaria os aspectos brechtianos e lukacsianos na estética choquiforme. Kothe estabeleceu uma cisão entre uma fase idealista e religiosa e outra materialista e marxista da obra benjaminiana. A fase marxista seria constituída pelos estudos sobre Baudelaire, os fragmentos de Rua de Mão Única, o ensaio sobre a reprodutibilidade técnica e o trabalho inacabado das *Passagens*. Segundo Zaidan (1989, p. 41), a leitura de Kothe foi criticada por José Guilherme Merquior, pois Kothe

enfocaria os aspectos românticos e anti-historicistas da teoria benjaminiana da alegoria, insistindo em um Benjamin irracionalista. Essa crítica benjaminiana romântica e anticapitalista encontraria sua maior expressão em sua denúncia do progresso e do otimismo da social-democracia alemã (ZAIDAN, 1989, p. 70). Não foi possível, contudo, identificar a qual trabalho de Merquior o historiador pernambucano se referia.

Zaidan (1989, p. 25) ainda criticou a apropriação elíptica e indireta de Benjamin feita por Edgar Salvadori de Decca, caracterizada por ele como um nominalismo historiográfico, o qual associaria o mundo histórico à coisa-em-si kantiana, tornando-o incognoscível (ZAIDAN, 1989, p. 25, 39-40). De Decca faria um cruzamento de Benjamin e Foucault para desqualificar a razão histórica, resultando em uma “apologia orgiástica do sem-sentido” (ZAIDAN, 1989, p. 25).

Os principais temas benjaminianos tocados por Zaidan (1989, p. 42) seriam o conceito de crítica, em sua relação com o conhecimento histórico, a noção de alegoria, base para sua posterior formulação sobre a interferência, o tema da contra-memória dos oprimidos e os conceitos de experiência e messianismo (PRESSLER, 2006, p. 226). Esses temas figuram entrelaçados em *A Crise da Razão Histórica*.

A partir do artigo de 1980 de Gagnebin sobre o conceito benjaminiano de crítica, Zaidan (1989, p. 42) atestou a aproximação feita por Benjamin entre os textos histórico e literário enquanto obras marcadas pela abertura, pelo inacabamento e pela capacidade de transformação (PRESSLER, 2006, p. 226). Ao pontuar a transformação do teor coisal em teor de verdade, a decadência do efeito e o renascimento com a passagem do tempo, bem como a afirmação do caráter ruinoso da obra, Zaidan (1989, p. 42) atribuiu equivocadamente uma citação a Benjamin. No entanto, não se trata de um trecho do livro sobre o drama barroco alemão, mas de uma passagem da tese de Kothe, defendida em 1975 e publicada pela editora Ática em 1978.

A atividade crítica se distinguiria, assim, da empatia historicista, pois esse procedimento, em sua etapa destrutiva, seria caracterizado pelo reconhecimento da textura histórica, material e filológica da obra, bem como sua estranheza e seu distanciamento em relação ao tempo que a vislumbra (ZAIDAN, 1989, p. 43; PRESSLER, 2006, p. 226-227). Na etapa reconstrutiva da crítica, por outro lado, a insuficiência histórica da obra seria reconhecida e se recuperaria o seu teor de verdade, ou seja, as promessas e alternativas soterradas sob as camadas de sentido sedimentadas pela tradição construída sobre o seu processo de transmissão. Essa etapa seria caracterizada por uma leitura alegórica (ZAIDAN, 1989, p. 42-43; PRESSLER, 2006, p. 227).

Segundo Zaidan (1989, p. 51; PRESSLER, 2006, p. 228), Benjamin teria sido o responsável pela revalorização da linguagem alegórica na Modernidade, insistindo na oposição entre essa figura de pensamento e o símbolo. Enquanto este seria a escrita da dominação social, caracterizado pela imediatez, pela unidade harmônica de sentido e pela transparência entre a imagem e seu significado, aquela seria uma construção trabalhosa da contra-memória dos oprimidos (ZAIDAN, 1989, p. 51-52; PRESSLER, 2006, p. 228). Para Zaidan (1989, p. 29, 51), a teoria benjaminiana da alegoria teria duas fontes: a concepção barroca da História e a leitura da obra marxiana, especialmente a teoria do fetichismo da mercadoria (ZAIDAN, 1989, p. 29, 51). Na concepção barroca, a História seria marcada pela falta de liberdade e harmonia, as quais corresponderiam ao símbolo no Classicismo (ZAIDAN, 1989, p. 30, 53).

Dessa forma, Zaidan (1989, p. 30, 52-54) partiu de citações do livro sobre o drama barroco alemão⁴⁸ para caracterizar a História como o campo enigmático da lacuna, da ruína, da morte e da decadência, onde cada coisa pode significar outra qualquer (PRESSLER, 2006, p. 228). A alegoria barroca teria como fundamento a doutrina da queda, pois o mundo seria a expressão da deficiência, da imperfeição, do anacronismo, do pecado, da obscuridade, da dor e do sofrimento a partir da expulsão da humanidade do paraíso (ZAIDAN, 1989, p. 30, 51-53; PRESSLER, 2006, p. 228). Nessa compreensão, o mundo seria a expressão de uma linguagem a ser decifrada, encontrando sua redenção na morte (ZAIDAN, 1989, p. 30, 54; PRESSLER, 2006, p. 228). Assim, o alegórico expressaria o significado da existência humana em um mundo abandonado por Deus (ZAIDAN, 1989, pp. 31, 54).

A alegoria implicaria a morte do significado natural das coisas em um movimento de destruição dos significados tradicionais, recriação de significados e intertextualidade infinita, em que tudo morre e ressuscita com outro significado (ZAIDAN, 1989, pp. 31, 52, 54; PRESSLER, 2006, p. 228). Nesse eterno processo de alegorização ocorreria a redenção da vida humana sob o pecado e o surgimento de sentidos imprevisíveis (ZAIDAN, 1989, p. 31, 54; PRESSLER, 2006, p. 228). A principal característica da teoria benjaminiana da alegoria, segundo Zaidan (1989, p. 32), seria a não fixidez do sentido em um processo infinito de semiose ou significação. Por isso, ele seria o teórico por excelência da arte moderna e pós moderna com seu caráter fragmentário.

A definição do alegórico passaria, assim, pela falha do sentido, pelo seu caráter aleatório, arbitrário e gratuito, resultando em uma polissemia intertextual em que o objeto

⁴⁸ Algumas citações foram erroneamente associadas à tradução de 1984 de Sérgio Paulo Rouanet, embora sejam, na verdade, referentes ao texto *Símbolo e Alegoria* presente na coletânea *Documentos de Cultura, Documentos de Barbárie*, organizada em 1986 por Willi Bolle.

sempre ganharia um significado diferente do anterior a partir de um olhar descontextualizador. A partir desse olhar melancólico, o objeto seria salvo pelo alegorista, ficando entregue aos seus caprichos, sendo incapaz de irradiar um significado por conta própria e se tornando a chave para um saber oculto e venerado. A morte, enquanto relação fixa de sentido, demarcaria o limite entre o corpo e a significação (ZAIDAN, 1989, p. 52-53).

A outra fonte para a teoria benjaminiana da alegoria seria a teoria do fetichismo da mercadoria de Marx, o que se verifica nos trabalhos sobre Baudelaire (ZAIDAN, 1989, p. 31, 54; PRESSLER, 2006, p. 228). Zaidan (1989, p. 31, 54) citou um trecho das notas de Benjamin sobre Baudelaire presente no livro de 1982 de Gagnebin para aludir à desvalorização da aparência na mercadoria como base da intenção alegórica baudelaيرية. A mercadoria seria uma forma de desrealização das coisas e das pessoas, em que o valor de troca surgiria de uma absoluta desvalorização do significado tradicional dos objetos, ou seja, de seu valor de uso. Esse processo teria uma amplitude suficiente para atingir as pessoas e a esfera da cultura (ZAIDAN, 1989, p. 31, 54; PRESSLER, 2006, p. 228). No mundo das mercadorias, as relações sociais seriam transfiguradas em coisas, implicando um processo de alienação e fantasmagoria social, em que a alegoria e o fetichismo se entrelaçariam, sendo um o fundamento do outro. Dessa forma, haveria uma substituição do alegorista barroco pelo mercado capitalista, o qual definiria o significado e o preço de cada coisa (ZAIDAN, 1989, p. 31, 55; PRESSLER, 2006, p. 228). As mercadorias nas galerias das passagens seriam, então, contempladas pela humanidade também transformada em coisa (ZAIDAN, 1989, p. 31-32, 55). Nesse sentido, Zaidan (1989, p. 32, 55) constatou a relação do caráter alegórico da modernidade com o poder desrealizador do valor de troca e com a fantasmagoria social produzida pelos processos de alienação e reificação.

Os questionamentos de Rouanet em relação à fidelidade na leitura benjaminiana de Marx foram apontados por Zaidan (1989, p. 55). Segundo o diplomata, o uso do conceito de fetichismo derivaria de uma leitura de segunda mão da obra marxiana⁴⁹, tendo como principal matriz a própria teoria benjaminiana da alegoria. Isso foi explicado por Zaidan (1989, p. 55) a partir da teoria benjaminiana das imagens dialéticas, a qual foi formulada com base na relação entre o pensamento de Baudelaire e a modernidade capitalista do século XIX. Zaidan (1989, p. 55-56) citou um trecho do texto *A Paris do Segundo Império em Baudelaire* presente na coletânea organizada por Kothe em 1985. No trecho, Benjamin pontuou a integração do novo

⁴⁹ Isso não fica claro na leitura da obra de Zaidan (1989) realizada por Pressler (1989, p. 228), em que Freud e Marx aparecem como referências de importância equivalente para a teoria benjaminiana das imagens dialéticas.

ao antigo presente nas imagens de desejo na consciência coletiva. Por meio dessas imagens, a coletividade buscaria a superação e a transfiguração das carências e deficiências da ordem de produção social, afetando o passado com a fantasia em relação ao novo (ZAIDAN, 1989, p. 55). No sonho seriam gestadas as utopias de uma época, as quais se manifestariam em modas fugazes e construções duradouras (ZAIDAN, 1989, p. 56).

Embora tenha citado Marx, o modelo psicanalítico da linguagem onírica seria o paradigma da teoria benjaminiana da alegoria moderna. De modo semelhante ao alegorista barroco, o sonho efetuaria um trabalho de descontextualização, reagrupamento e rearticulação que possibilita a expressão de imagens do desejo censurado numa cadeia de associações e correspondências imprevisíveis para a razão diurna. Essa reconstrução imaginária do sentido produziria fantasmagorias temporais e espaciais, possibilitando a comunicação de uma verdade ocultada pelos mecanismos de defesa da psique. Por isso, o sonho guardaria um potencial cognitivo para aqueles capazes de realizar sua leitura alegórica (ZAIDAN, 1989, p. 56; PRESSLER, 2006, p. 228).

Zaidan (1989, p. 56) também apontou o destaque que Rouanet deu à teoria benjaminiana da expressão. Segundo ele, as condições econômicas e técnicas de cada época foram vistas por Benjamin como condicionantes das imagens produzidas pelo desejo e comparadas aos estímulos somáticos, os quais seriam expressos pelo sonho (ZAIDAN, 1989, p. 56). O conteúdo imagético do sonho teria, então, uma relativa autonomia em relação ao vivido e à infraestrutura social. Os sonhos coletivos articulariam, portanto, o velho ao novo em configurações de sentido incompreensíveis para a razão (ZAIDAN, 1989, p. 56).

Ao discorrer sobre as potencialidades das imagens dialéticas para o historiador materialista, Zaidan (1989, p. 57) pontuou que essa teoria poderia ocasionar uma leitura irracionalista da obra benjaminiana ao atribuir ao sonho uma capacidade divinatória e profética como os surrealistas lhe dotaram um poder de iluminação sobre a realidade. Segundo o historiador pernambucano, contudo, o despertar teria centralidade no pensamento de Benjamin, inscrevendo as revelações alegóricas do sonho no campo da consciência para decifrar sua verdade. O exame dos componentes oníricos instauraria, assim, um pensamento dialético. Para Benjamin, cada época sonharia a sua sucessora, deslocando-se para o seu despertar e carregando em si o próprio desfecho (ZAIDAN, 1989, p. 57).

A teoria das imagens dialéticas estaria, segundo Zaidan (1989, p. 57), inscrita em uma polêmica entre a razão e a desrazão (PRESSLER, 2006, p. 228). Nesse contexto, Zaidan (1989, p. 32, 57) pontuou que Rouanet, em sua leitura dessa teoria, colocou a alegoria a serviço da

razão (PRESSLER, 2006, p. 228). Nesse sentido, o temperamento melancólico possibilitaria o uso das imagens pelo pensamento para alcançar o abstrato por meio do concreto, engendrando novas relações entre as coisas (ZAIDAN, 1989, p. 33, 57). Alguns leitores, por outro lado, entenderiam a teoria das imagens dialéticas como expressão da primazia da paixão, da experiência e da vida (ZAIDAN, 1989, p. 57). Nesse sentido, Zaidan (1989, p. 33) criticou Nicolau Sevcenko por colocar Benjamin como um teórico pós-moderno que tematizou o fragmento e a falta de sentido (CEZAR, 2015, p. 449). Sobre isso, Zaidan (1989, p. 33) citou um comentário de Sevcenko sobre as teses benjaminianas sobre a História. No trecho, Sevcenko sugeria a presença de um sentimento de esperança e de um anseio por justiça em que predominava a sensibilidade ao pequeno, incompleto e múltiplo, bem como à diferença entre cada elemento da natureza, ser humano, comunidade e circunstância. Ele também enxergou nas teses sobre a História uma sensibilidade ao acaso, à contradição e à aleatoriedade, assim como a convivência com o imponderável, o incompreensível e inefável (ZAIDAN, 1989, p. 33).

Para Zaidan (1989, p. 33, 35), citar seria um sinônimo de extrair, romper e chocar, ou ainda uma forma de combater filosoficamente a empatia historicista e do evolucionismo vulgar do marxismo a partir de uma temporalidade circular (PRESSLER, 2006, p. 229). Dessa forma, seria possível reconstruir a memória dos vencidos ao atualizar as esperanças truncadas e os gritos silenciados pela História (ZAIDAN, 1989, p. 35). O recurso à citação e à infinita intertextualidade seriam, assim, uma marca de todas as formas de expressão pós-moderna (ZAIDAN, 1989, p. 33; ABREU, 2012, p. 27). Nesse contexto, Zaidan (1989, p. 33) citou o aforismo 14 das “Teses sobre o Conceito de História”. No trecho, Benjamin formulou a noção de um tempo saturado de agoras, em que se alcança o passado por meio de um salto de tigre. Esse salto poderia ser comparado à forma como a moda utiliza vestuários antigos e à relação que a Revolução Francesa estabelecia com o passado romano.

Para explicar a importância da citação no pensamento benjaminiano, Zaidan (1989, p. 33, 66) considera fundamental recorrer ao tema da memória e à concepção messiânica do tempo histórico (PRESSLER, 2006, p. 229). O primeiro estaria, segundo o historiador pernambucano, estreitamente ligado ao tema da experiência. A respeito disso, Zaidan (1989, p. 33, 66) recorreu à distinção feita por Benjamin entre a experiência e a vivência. A primeira seria característica da vida nas sociedades pré-capitalistas, em que havia uma sociabilidade comunitária e o nascimento da tradição era possibilitado pelo tempo das atividades artesanais, ocorrendo uma fusão entre o coletivo e o individual a partir de um fundo cultural comum transmissível entre as gerações. A segunda estaria associada ao capitalismo e sua dinâmica traumatológica, o qual

teria como base divisão técnica do trabalho e a produção industrial, prevalecendo uma sociabilidade egocentrada. O ser humano figuraria aqui como um autômato sem passado ou futuro, cuja atividade psíquica se resumiria a interceptar os choques da vida moderna na metrópole (ZAIDAN, 1989, p. 34, 66).

A proposta benjaminiana seria, então, evocar deliberadamente essa memória coletiva e involuntária que foi soterrada pelo desenvolvimento capitalista, visando tornar acessível à sociedade moderna as lembranças e esperanças de um outro tipo de sociabilidade (ZAIDAN, 1989, p. 34, 66-67). Essa proposta teria um caráter reconstrutivo na medida em que buscava recuperar as potencialidades inibidas pelo desenvolvimento histórico por meio da evocação deliberada de uma memória em que está registrada a derrota e a frustração, possibilitando a decifração alegórica das esperanças derrotadas e a salvação da História. Dessa forma, Zaidan (1989, p. 34, 67) vinculou o tema da memória involuntária à questão da salvação. O historiador dialético seria, portanto, o messias capaz de libertar os oprimidos de todos os tempos por meio do resgate de sua tradição (ZAIDAN, 1989, p. 34, 67; PRESSLER, 2006, p. 229).

Para explicar essa proposta, Zaidan (1989, p. 34, 67) recorreu à concepção benjaminiana do tempo histórico e à sua noção de salvação⁵⁰, situada por ele no “terreno arenoso da religião” (PRESSLER, 2006, p. 229). Segundo ele, seria necessário repensar a temporalidade da (in)disciplina para compreender o projeto de salvação alegórica da memória involuntária sepultada pelo processo de transmissão da historiografia dominante (ZAIDAN, 1989, p. 34, 67). Assim, Benjamin confrontaria as concepções historicista e positivista de um tempo histórico linear, homogêneo e vazio em que os fatos seriam alocados em uma série cujo sentido orientador estaria pré-definido.

Em sua denúncia de uma História constituída por um acúmulo de vitórias em direção à realização da humanidade, Benjamin teria proposto uma concepção messiânica centrada no tempo de agora (ZAIDAN, 1989, p. 35, 67). Nessa concepção circular, o presente é visto como uma ruptura para salvar a memória e as esperanças das gerações passadas que foram soterradas sob as ruínas da continuidade temporal onde caminham triunfantemente os vencedores (ZAIDAN, 1989, p. 35, 68).

A atividade histórica foi entendida, assim, como uma crítica salvadora em que a redenção seria uma reescritura a contrapelo da História, ou seja, em que se decifra

⁵⁰ Pressler (2006, p. 229) buscou diferenciar as noções de redenção e salvação presentes em Zaidan (1989). Enquanto a redenção estaria associada à História enquanto mudança social ao longo do tempo, a salvação seria uma reescrita da história a contrapelo para resgatar a memória dos vencidos. No presente trabalho, entende-se que os dois termos foram utilizados por Zaidan (1989) como sinônimos.

alegoricamente os registros na documentação para revelar as narrativas silenciadas pela dominação. Dessa forma, seria possível recuperar os sonhos de outra sociabilidade, centrada na coletividade, atualizando o passado e realizando suas esperanças. Essa tarefa redentora teria como enfoque a classe dos oprimidos históricos, sem distinção da natureza da opressão,⁵¹ seja social, racial ou religiosa (ZAIDAN, 1989, p. 69; PRESSLER, 2006, p. 229).

Zaidan (1989, p. 68-69) recorreu também ao modelo proustiano da memória involuntária, em sua relação com a noção de experiência, para explicar a teoria benjaminiana da História presente em suas teses sobre a História e no ensaio sobre o narrador. Nesse modelo, as imagens fornecidas pela vida suscitariam sensações e lembranças diversas, possibilitando o entrelaçamento de dois objetos em uma metáfora por meio da palavra. Dessa forma, a diferença temporal seria anulada pelo reconhecimento da semelhança essencial entre os dois objetos (ZAIDAN, 1989, p. 69).

A conclusão a que Zaidan (1989, p. 69-70) chegou é de que a obra de Walter Benjamin seria um caleidoscópio formado pela psicanálise freudiana, a leitura de alguns textos marxistas e a mística judaica. Reconhecer essas influências seria uma exigência para avaliar a teoria benjaminiana em relação à razão. Após retomar as interpretações de Jeanne-Marie Gagnebin e José Guilherme Merquior, Zaidan (1989, p. 70) terminou por concordar com Sérgio Paulo Rouanet: Benjamin conjugaria uma crítica cultural romântica ao capitalismo com um otimismo a respeito do avanço tecnológico e das novas formas de expressão artística. O filósofo judeu tematizaria os campos da irracionalidade inconsciente e do sonho, colocando os limites da razão a serviço dela. Os elementos religiosos de sua filosofia, por sua vez, seriam somente o fermento crítico de um pensamento que recusava qualquer postura triunfalista e definitiva em relação à História (ZAIDAN, 1989, p. 70).

⁵¹ Em sua leitura de Zaidan (1989), Pressler (2006, p. 229) acrescentou o sexo-gênero como uma forma de opressão histórica, o que não aparece em *A Crise da Razão Histórica*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Já li tudo, cara, já tentei macrobiótica psicanálise drogas
acupuntura suicídio ioga dança natação cooper astrologia
patins marxismo candomblé boate gay ecologia, sobrou só
esse nó no peito, agora faço o quê?*

Caio Fernando Abreu

Neste trabalho, busquei evidenciar a forma como Michel Zaidan Filho (1989) se apropriou da obra de Walter Benjamin em defesa da razão histórica. Isso ocorreu em um contexto de reação dos historiadores marxistas, na década de 1980, à apropriação de correntes historiográficas estrangeiras, como a história das mentalidades ou a *nouvelle histoire*, a micro-história italiana e a história sociocultural britânica. Além disso, havia uma explosão dos estudos benjaminianos no Brasil, com um crescente interesse pela teoria benjaminiana da história e uma ampliação do diálogo com a (in)disciplina História. Dessa forma, o livro *A Crise da Razão Histórica* (1989) de Zaidan foi tomado como um documento das mudanças historiográficas no contexto brasileiro, cuja análise contribui para a memória (in)disciplinar.

Essa renovação historiográfica foi associada por Zaidan (1989, p. 12, 15-16, 20, 27, 29, 33, 36, 73-74) à pós-modernidade, enquanto o marxismo, o iluminismo e o positivismo foram vinculados à razão moderna. Ao longo dos anos 1990, essa querela entre modernos e pós-modernos foi naturalizada, o que implicou o encobrimento de sua dimensão histórica e sua especificidade no campo brasileiro (ABREU, 2012, p. 24; SANTOS, 2019, p. 314). Ao longo deste trabalho, buscou-se desconstruir isso ao apresentar a historicidade desse embate. Também cabe destacar como as categorias Modernidade e pós-modernidade não são consensuais, tendo um caráter polissêmico. No campo dos estudos benjaminianos, inclusive, por vezes não é possível diferenciá-las, sendo ambas associadas à expressão alegórica e ao sentimento de perda de sentido diante da vivência na sociedade urbana e industrial.

Nesse contexto de renovação historiográfica, os recursos benjaminianos da alegoria, da citação e da intertextualidade foram considerados fundamentos do que o historiador pernambucano chamou de historiografia pós-moderna, a qual foi criticada por ele (ZAIDAN, 1989, p. 12, 29, 31-33, 36). Além da alegoria, outros temas benjaminianos abordados por Zaidan (1989, p. 42) foram o conceito de crítica, a contra-memória dos vencidos, a experiência e o messianismo, os quais foram abordados de maneira entrelaçada (PRESSLER, 2006, p. 226). Como um contraponto ao que chamou de historiografia pós-moderna, Zaidan (1989, p. 70) buscou alinhar a teoria benjaminiana à proposta racionalista, elaborada por Sérgio Paulo Rouanet, de um Novo Iluminismo.

Essa divisão entre modernos e pós-modernos se trata de uma simplificação do problema. O próprio caso de Zaidan (1980, p. 73-74) é exemplar, pois reconhece a validade de algumas formas de história das mentalidades e do cotidiano, caracterizadas por ele como uma historiografia pós-moderna. Também se apropriou do marxismo não-ortodoxo de Benjamin (ZAIDAN, 1989, p. 29-36, 39-43, 51-57, 66-70), ocupando, dessa forma, um entre-lugar na querela entre modernos e pós-modernos, embora se coloque como marxista e racionalista.

Nesse sentido, a apropriação de Benjamin e a proposta de defesa da razão histórica empreendidas por Zaidan (1989) podem ser caracterizadas como uma virada histórica,⁵² em que se busca reconfigurar os territórios da (in)disciplina de forma semelhante a um rio que retorna ao leito original após uma cheia que devastou e fertilizou as suas margens (MUNIZ; SALES, 2007, p. 24-25). Além disso, a reflexão teórica sobre a História seria um movimento de retorno de Zaidan à sua área de formação, a Filosofia, após concluir dois cursos de pós-graduação em História.

Também ficou evidente a presença do marxismo na formação da historiografia brasileira, apesar de sua crise nas últimas décadas do século XX. Esse movimento político e intelectual foi um fundamento da História Econômica, da História Social e dos campos de intersecção entre as duas, com seus problemas, objetos e instrumental teórico-metodológico (MALERBA, 2018, p. 60-61). Atualmente, no início do século XXI, o marxismo passa por um movimento caracterizado por Malerba (2018, p. 63) como um *revival*, voltando a ocupar mais espaço no cenário acadêmico brasileiro, inclusive na historiografia. Entendo essa atualidade do marxismo como uma consequência do progresso capitalista em escala global, com a intensificação da desigualdade social e com a ameaça aos ecossistemas.

Diante da crise do futuro e do regime presentista instaurados a partir da década de 1980, a teoria benjaminiana descortina um tempo oportuno para a ação política orientada pela utopia comunista (MARQUES, 2016, p. 44, 47, 51-52). Nesse sentido, considero necessário ir além do reconhecimento dos limites da razão proposto por Zaidan (1989, p. 16, 26, 36, 70). Caberia, como Zaidan, aproximar o marxismo dos debates sobre as viradas cultural e linguística, especialmente na historiografia brasileira. A filosofia benjaminiana forneceria, assim, a possibilidade de conciliar o marxismo com o reconhecimento do papel da linguagem na construção da realidade, principalmente na historiografia. No entanto, considero que a proposta de Zaidan (1989) se mostra insuficiente ao não reconhecer a existência de múltiplas

⁵² Muniz e Sales (2007) utilizam a categoria virada histórica e a figura do retorno do rio ao seu leito original para se referirem ao movimento de reestruturação do programa de pós-graduação em História da UnB entre 2001 e 2003. Acredito, contudo, que esse modelo interpretativo sirva para caracterizar a proposta de Zaidan (1989).

racionalidades e insistir em uma razão singular, a Moderna. Também considero que a teoria benjaminiana da perda da experiência coletiva seja insuficiente para explicar a multiplicidade e a especificidade dos contextos históricos. Nesse sentido, ela precisaria ser ampliada para reconhecer a diversidade de vivências individuais e de formas de sobrevivência da experiência coletiva no interior da Modernidade.

Além dessas considerações, aponto que minha orientadora, a Profa. Dra. Flávia Florentino Varela, não tem a historiografia do século XX como escopo de suas pesquisas, um desafio que foi superado por nós ao longo deste trabalho. Por fim, apresento caminhos possíveis para o seguimento da presente pesquisa. A possibilidade mais óbvia se trata do aprofundamento nas referências de Zaidan (1989), seja da historiografia brasileira e estrangeira ou dos estudos benjaminianos, buscando identificar sua chave de leitura a partir de um confronto do seu texto com as obras utilizadas pelo filósofo e historiador pernambucano. Assim, ficaria mais evidente a forma como Zaidan elaborou seu texto a partir de suas referências e as escolhas feitas por ele na construção do seu texto.

Também seria possível expandir o recorte temporal e o número de fontes analisadas para identificar a forma como o embate entre modernos e pós-modernos foi naturalizado ao longo da década de 1990. Para isso, seria necessário ler e analisar os trabalhos de Jacob Gorender (1990), Carlos Fico e Ronald Polito (1992), Astor Antônio Diehl (1993) e Margareth Rago (1993a; 1993b; 1995; 1999). Dessa forma, seria possível estabelecer uma genealogia desse debate na historiografia brasileira.

Outra possibilidade seria um aprofundamento na trajetória de Zaidan para entender de onde partiu sua defesa da razão histórica e qual impacto teve o estudo sobre a teoria benjaminiana na sua produção a partir de então. No primeiro caso, caberia ler e analisar sua dissertação de mestrado e sua tese de doutorado (ZAIDAN, 1982; 1986). Um obstáculo a ser superado, nesse caso, é a falta de disponibilidade online de sua tese. No segundo caso, caberia fazer um levantamento da sua produção posterior ao livro *A Crise da Razão Histórica*. Um desafio a esse caminho, identificado a partir do seu currículo *Lattes*, é a multiplicidade de temas sobre os quais Zaidan escreveu. Ainda seria possível buscar contato com o historiador para realizar entrevistas, aproximando-se da história oral para verificar como ele reconfigura e dá sentido à sua trajetória no tempo presente. Isso também possibilitaria compreender como ele enxerga agora, com um maior distanciamento histórico, esse embate entre modernos e pós-modernos nas décadas de 1980 e 1990.

REFERÊNCIAS

Fonte

ZAIDAN FILHO, Michel. **A Crise da Razão Histórica**. Campinas, Papirus, 1989.

Bibliografia

ABREU, Gabriel Fleck de. **Foucault do cabaré ao lar**: um estudo sobre a apropriação de Michel Foucault por Margareth Rago em *Do Cabaré ao Lar* de 1985. 2012. TCC (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

ALBERTI, Verena. A existência na história: revelações e riscos da hermenêutica. **Estudos históricos - Historiografia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 31-57, 1996.

ARAÚJO, Valdeí Lopes de. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 12, n. 1, 2006.

ASSIS, Angelo Adriano Faria de; MATTOS, Yllan de. A escrita como patrimônio: O queijo e os vermes, de Carlo Ginzburg e sua influência na historiografia contemporânea. **Escritas do Tempo**, v. 1, n. 1, p. 49-71, 2019.

BARROS, José d'Assunção. Os Campos da História – uma introdução às especialidades da História. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 16, p. 17-35, 2004.

BELIEIRO, Thiago Granja; CARDOSO JUNIOR, Hélio Rebelo. Diálogo assimétrico na historiografia brasileira: A Nova História entre os anos 1985 e 1994. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 23, n. 2, 2017.

BENATTE, Antonio Paulo. História, ciência, escritura e política. *In*: RAGO, Margareth; GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira (orgs.). **Narrar o passado, repensar a história**. Campinas: Editora Unicamp, p. 61-102, 2014.

CAMARGO, Sílvio César. A recepção da Teoria Crítica no Brasil: 1968-1978. **Em Debate**, Florianópolis, n. 7, p. 126-149, 2012.

CAMARGO, Sílvio César. Os primeiros anos da "Escola de Frankfurt" no Brasil. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 91, p. 105-133, 2014.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **Ensaio Racionalistas**: filosofia, ciências naturais e história. Rio de Janeiro: Campus, 1988. 117p.

CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. *In*: CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982, p. 65-109.

CEZAR, Temístocles. Hamlet Brasileiro: ensaio sobre giro linguístico e indeterminação historiográfica (1970-1980). **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, v. 8, n. 17, p. 440-461, 2015.

CHERNOVSKAYA, Maria. Walter Benjamin as the “Last European”: the transfer of Walter Benjamin’s ideas to American Cultural Studies. **Russian Sociological Review / Социологическое обозрение**, v. 19, n. 4, p. 137-150, 2020.

CORSI, Francisco Luiz. Notas sobre a crise do marxismo. **Tematicas**, Goiânia, Campinas, v. 2, n. 4, p. 1-20, 1994.

DIEHL, Astor Antônio. Considerações para uma teoria da cultura historiográfica. **História Revista**, Goiânia, v. 7, n. 1, p. 4, 2002.

DIEHL, Astor Antônio. **A Cultura Historiográfica nos anos 80**: mudança estrutural na matriz historiográfica brasileira. Porto Alegre: Evangraf, 1993.

DUARTE, Rodrigo, *et al.* Sobre la recepción de la teoría crítica en Brasil: el caso Merquior. **Constelaciones – Revista de Teoría Crítica**, n. 1, 2009.

FERNANDES, Rafael Zacca. Do conceito de Gehalt em Walter Benjamin. Para uma crítica do poema como crítica da vida. **Limiar**, São Paulo, v. 3, n. 6, 2016, p. 330-354.

FICO, Carlos; POLITO, Ronald. **A história no Brasil (1980-1989)**: elementos para uma avaliação historiográfica. Ouro Preto: Editora UFOP, 1992.

FONSECA, Selva Guimarães. A historiografia brasileira pós 70-uma revisão. **Educação e Filosofia**, v. 5, n. 9, p. 57-67, 1990.

FUNARI, Pedro Paulo A. Considerações em torno das ‘Teses sobre a filosofia da História’ de Walter Benjamin. **Crítica Marxista**, v. 1, p. 45-53, 1996.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. A propósito do conceito de crítica em Walter Benjamin. **Discurso**, n. 13, p. 219-230, 1980.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. **Walter Benjamin: Os Cacos da História**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993. 78p.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. Prefácio. Walter Benjamin ou a história aberta. *In*: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 7-20.

GARCÍA, Luís Ignacio. **Modernidad, cultura y crítica**: la escuela de Frankfurt en la Argentina 1936-1983. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2014.

GARCÍA, Luis Ignacio. Walter Benjamin en Argentina: una constelación paradójica. **Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, São Paulo, v. 25, n. 4, p. 81-98, 2020.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil. O populismo e sua história, **Tempo**, Niterói, v. 1, n. 2, p. 1-17, 1996.

GOMIDE, Bruno Barreto. Carpeaux e Benjamin: uma recepção contrafeita. **Cadernos Benjaminianos**, Belo Horizonte, n. 10, p. 3-20, 2016.

GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Ática, 1990

GOYENECHEA, Elisa. **Tiempo kairológico y tradición oculta**: la recepción de Walter Benjamin por parte de Hannah Arendt. Tesis (Doctorado en Ciencias Políticas) – Universidad Católica Argentina, Facultad de Ciencias, Sociales, Políticas y de la Comunicación, 2015. 424p.

GROSSMAN, Jeffrey. The Reception of Walter Benjamin in the Anglo-American Literary Institution. **German Quarterly**, v. 65, n. 3-4, p. 414-428, 1992.

ISENBERG, Noah. The work of Walter Benjamin in the age of information. **New German Critique**, Durham, n. 83, p. 119-150, 2001.

LINO, Raphael Cesar. **Apropriações da micro-história na historiografia brasileira nas décadas de 1980 e 1990**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2017. 150p.

LÖWY, Michael. Introdução. *In*: LÖWY, Michael. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história". Boitempo Editorial, São Paulo, 2005. p. 13-32.

LÖWY, Michael. Breaking out of the Steel Cage. *In*: LÖWY, Michael. **Morning Star**: surrealism, marxism, anarchism, situationism, utopia. Austin: University of Texas Press, 2009a. p. 1-12.

LÖWY, Michael. The Libertarian Marxism of André Breton. *In*: LÖWY, Michael. **Morning Star**: surrealism, marxism, anarchism, situationism, utopia. Austin: University of Texas Press, 2009b. p. 21-28.

LÖWY, Michael. Incandescent Flame. Surrealism as a Romantic Revolutionary Movement. *In*: LÖWY, Michael. **Morning Star**: surrealism, marxism, anarchism, situationism, utopia. Austin: University of Texas Press, 2009c. p. 29-42.

MALERBA, Jurandir. Em busca de um conceito de historiografia. **Varia historia**, Belo Horizonte, n. 27, 2002, p. 27-47.

MALERBA, Jurandir. Marxismo e historiografia brasileira. *In*: MALERBA, Jurandir. **Notas à Margem**: teoria e crítica historiográfica. Serra: Editora Milfontes, 2018. 246p.

BADARÓ, Marcelo. EP Thompson no Brasil. **Outubro**, n. 14, p. 81-110, 2006.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo; SALES, Eric de. Cultura historiográfica e história: a produção acadêmica do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (1976-2006). **Textos de História**, Brasília, v. 15, n. 1-2, p. 11-34, 2007.

OLIVEIRA, Fátima Bayma de. Razão instrumental versus razão comunicativa. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 15-25, 1993.

OLIVEIRA, Maria da Glória de; GONTIJO, Rebeca. Sobre a história da historiografia brasileira: um breve panorama. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 177, p. 13-37, 2016.

PEREIRA, Maria Antonieta. Leituras de Benjamin e intelectualidade brasileira. **Revista Txt: Leituras Transdisciplinares de Telas e Textos**, Santa Maria, v. 4, n. 8, p. 119-121, 2008.

PRESSLER, Gunter Karl. Bibliografia das obras de Walter Benjamin no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 15, p. 123-124, 1992.

PRESSLER, Günter Karl. O perfil dos fatos. A recepção de Walter Benjamin e a intelectualidade brasileira. **Revista do GELNE**, Porto Velho. v. 3, n. 1/2, p. 1-4, 2001.

PRESSLER, Gunter Karl. **Benjamin, Brasil**. A Recepção de Walter Benjamin, de 1960 a 2005. Um Estudo sobre a Formação da Intelectualidade Brasileira. São Paulo: Annablume, 2006.

RAGO, Luzia Margareth. As marcas da pantera: Michel Foucault na historiografia brasileira contemporânea. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 121-143, 1993a.

RAGO, Luzia Margareth. As marcas da pantera: Foucault para historiadores. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, v. 4, n. 5, p. 22-32, 1993b.

RAGO, Luzia Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. **Tempo social**, São Paulo, v. 7, n. 1-2, p. 67-82, 1995.

RAGO, Margareth. A "nova" historiografia brasileira. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 7, n. 11, p. 73-96, 1999.

RAMOS, Igor Guedes. **Genealogia de uma operação historiográfica**: as apropriações dos pensamentos de Edward Palmer Thompson e de Michel Foucault pelos historiadores brasileiros na década de 1980. 2014. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista. 541p.

RODRIGUES, Lidiane Soares. O Capital entre um mestre e um discípulo”. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, p. 1-15, 2011.

RODRIGUES, Lidiane Soares; MUDROVICIC, María Inés; AVELAR, Alexandre de Sá. Rebelia disciplinada? Introdução à ‘História como (in)disciplina’. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 14, n. 36, p. 25-44, 2021.

RÜSEN, Jörn. **História Viva**: teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: UnB, 2007. 159p.

RÜSEN, J. O que é a Cultura Histórica? Reflexões sobre uma nova maneira de abordar a História. In: RÜSEN, Jörn. **Contribuições para uma teoria da didática da História**. Organização de Maria Auxiliadora Schmidt e Estevão de Resende Martins. Curitiba: W.A. Editores, 2016. p. 54-81.

SANTOS, Andrea Paula dos. Trajetórias da História Social e da Nova História Cultural: cultura, civilização e costumes no cotidiano do mundo do trabalho. In: **Anais do IX Simpósio Internacional Processo Civilizador: Tecnologia e Civilização**, Ponta Grossa, 2005.

SANTOS, Wagner Geminiano dos. A crítica historiográfica no Brasil nos anos 1990 e o espectro do *linguistic turn*: embates entre “modernos” e “pós-modernos”. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 12, n. 30, 2019.

SILVA, Rogério Forastieri da. A história da historiografia e o desafio do giro linguístico. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 8, n. 17, 2015.

TEDESCO, Alexandra Dias Ferraz. Tradução, autoconsagração e o efeito editorial na difusão da Escola de Frankfurt na Argentina através da coleção Estudios Alemanes. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 13, n. 32, p. 261-288, 2020.

THIOLLENT, Michel. Maio de 1968 em Paris: testemunho de um estudante. **Tempo social**, São Paulo, v. 10, p. 63-100, 1998.

TOSCANO, Javier. Walter Benjamin: recepción intercultural y políticas de la interpretación. **Revista de Filosofía**, v. 42, n. 2, p. 173-189, 2017.

TURIN, Rodrigo. História da historiografia e memória disciplinar: reflexões sobre um gênero. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 6, n. 13, p. 78-95, 2013.

VAINFAS, Ronaldo. História cultural e historiografia brasileira. **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 50, n. 1, 2009.

VARGAS, Mariela Silvana. Recepción y actualidad de Walter Benjamin. **Murmullos filosóficos**, Ciudad de México, v. 2, n. 3, p. 60-75, 2012.

ZAIDAN, Michel. **Michel Zaidan** (depoimento, 2014). Rio de Janeiro, CPDOC/FGV; LAU/IFCS/UFRJ; ISCTE/IUL; IIAM, 2015. 30p.

ZAIDAN FILHO, Michel. **Pão-e-pau**: política de governo e sindicalismo reformista no Rio de Janeiro, 1923-1926. 1982. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas. 319p.

ZAIDAN FILHO, Michel. **Partido Comunista Brasileiro e a Internacional Comunista (1922-1929)**. 1986. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo.